

revista de estudos guineenses

n. 6 jul. 88

SORONDA



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA

**I
N
E
P**

Estimular a investigação científica em todos os domínios em ordem a reforçar a consciência nacional e promover o desenvolvimento económico
Centralizar toda a documentação disponível colocando-a ao serviço do estudo e da pesquisa
Coordenar os projectos de investigação em curso no país



SORONDA

REVISTA DE ESTUDOS GUINEENSES

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| ● Emanuel Hansen deixou-nos <i>Anyang' Nyongo</i> | 3 |
| ● O Estado e a Reprodução Étnica em África <i>Yarisse Zoctizoum</i> | 7 |
| ● Crise Ecológica e Conflitos Sociais na Guiné-Bissau <i>Carlos Lopes</i> | 21 |
| ● Os Valores tradicionais e o Direito Consuetudinário no Contexto da Problemática da Delinquência Juvenil <i>Mário Santos</i> | 39 |
| ● Investigação dos distúrbios mentais encontrados nas crianças atendidas pelas instituições de saúde na Guiné-Bissau <i>Joop T.V.M. de Jong</i> | 55 |
| ● Reflexões sobre as dinâmicas associativas e comunitárias na Guiné-Bissau <i>Eric Sabourin</i> | 71 |
| ● Instrumento de Pesquisa da Colecção Fotográfica dos Arquivos Históricos do INEP <i>Grupo dos A.H. sob a coordenação de Carole Laurin</i> | 95 |
| DOCUMENTOS | |
| ● Mensagem de Vasco Cabral apresentada no Congresso Internacional dos Intelectuais em Varsóvia | 117 |
| ● Actividades do INEP | 121 |
| ● Notas de Leitura | 129 |

Os artigos constantes desta revista podem ser reproduzidos parcialmente desde que citada a fonte. A reprodução total de qualquer artigo é sujeita a autorização escrita do editor.

HOMENAGEM AO DR. EMMANUEL HANSEN (1937-1987)

O último acto oficial do Dr. Emmanuel Hansen, as circunstâncias que antecederam e que rodearam o seu falecimento são aqui relatadas pelo seu colega e amigo Anyang' Nyongo, também presente na Tanzânia, local onde se deu o factídico acontecimento. O Dr. Hansen era um grande amigo do INEP e seu defensor na Associação Africana de Ciências Políticas, de que era vice-Presidente.

O Dr. Emmanuel Hansen chegou a Arusha, na Tanzânia, 3.ª feira, dia 10 de Novembro de 1987, para participar no Simpósio sobre “Agricultura Africana, o investigador e o empreendedor”, organizado pela Academia Africana de Ciências (AAC), no quadro da série de Simpósios da Comissão Especial sobre África, um projecto da AAC de que Emmanuel Hansen era membro. Para além de ter feito uma brilhante exposição sobre a sociologia dos “Estudos Africanos” depois da independência, Emmanuel foi também um dos relatores deste Simpósio.

O Simpósio terminou no dia 13 de Novembro, 6.ª feira, às 13 horas, tendo, por volta das 15 horas uma parte dos participantes deixado Arusha por estrada em direcção a Nairobi, ou de avião para Dar-Es-Salam. Como Emmanuel só devia partir no domingo de manhã,

combinámos jantar juntos nessa noite, por volta das nove horas. Ora, a minha cunhada Elizabeth Omuodo, convidou-me para jantar com a família em sua casa, nessa noite, o que aceitei, esquecendo o meu encontro com Emmanuel.

Quando o encontrei, às 15 horas, no local do hotel, despedindo-se de Issa Shivji e de Naceur Bourenane, que iam para Dar-Es-Salam, sugeri que alterássemos o nosso programa e que tomássemos antes o pequeno-almoço juntos no dia seguinte, às 7h 30. Assim, Togba-Nah Tipoteh poderia reunir-se connosco e redigiríamos em duas ou três horas o relatório dos relatos, discutindo também o simpósio. Emmanuel achou a ideia óptima, dizendo que não me preocupasse de maneira nenhuma com a troca, uma vez que tinha a oportunidade de estar um pouco com a família. Despedimo-nos de Issa, de Naceur e de outras pessoas e lembro-me perfeitamente de Emmanuel ter dito a Issa que voltariam a estar juntos brevemente.

Passado pouco tempo, Archie Mafeje saiu do seu quarto e Emmanuel sugeriu que fossem a pé à cidade, como já o tinham feito no primeiro dia. Aparentemente, habituava-se, desde há um ano e de acordo com os conselhos do seu médico, a dar grandes passeios a pé todas as tardes para relaxar. Archie não pode ir, visto que queria ficar no seu quarto e aproveitar o resto da tarde para pôr em dia as leituras em atraso. Lembro-me de ter brincado com Emmanuel a propósito do seu passeio: Porque será que os Akans gostam de fazer exercícios tão esquisitos como a marcha? Ao que respondeu sorrindo: “Pensas que lá por ter um nome como o meu posso ser Akan? Sou cem por cento Ga”. Archie foi, então, para o quarto e Emmanuel despediu-se.

Em seguida foi ter com Tipoteh que estava no quarto e, de acordo com o que aquele nos relatou mais tarde, ficaram a conversar até cerca das seis horas. Foi uma conversa geral, onde abordaram assuntos de que nunca tinham falado desde que se conheciam há dez anos.

Falaram da sua vida na família, da dificuldade de se viver na Europa, uma vez que há tanto a fazer no seu país. Reconheceram que é bom voltar de novo a África, de vez em quando, e encontrar de novo os amigos e ficarem a saber as últimas novidades.

Emmanuel falou a Tipo dos seus problemas de saúde, dizendo-lhe que agora se sentia muito melhor e que por outro lado estava com muito trabalho. Contudo, confessou que estava farto de viajar e que de futuro pretendia diminuir as suas deslocações para se dedicar mais à família. As suas filhas estavam em idade de ir para a universidade e necessitavam do apoio do pai. Evocaram os trabalhos dos intelectuais

africanos e sublinharam a necessidade de criar organizações africanas autónomas e de reforçar as que já existiam, tais como o Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa Económica e Social em África (CODESRIA), a Associação Africana das Ciências Políticas (AACP); falaram de tudo e de nada.

Por volta das dezoito horas, Tipo, sabendo que Emmanuel queria fazer o seu passeio a pé, propôs-lhe que dessem um passeio até ao centro de Arusha e que fossem jantar ao Hotel Mount Meru antes das vinte horas. Emmanuel ficou satisfeito com a ideia e deixaram o hotel continuando com a sua conversa íntima.

No caminho, pouco depois das dezanove horas, decidiram, como medida de segurança, subir a rua Nairobi em sentido inverso ao trânsito para chegarem ao Mount Meru Hotel. Iam pelo atalho paralelo à rua e que não é, propriamente, um passeio. Avançavam um atrás do outro com Emmanuel à frente, seguido de Tipoteh. Justamente, a uma dezena de metros antes da curva que leva ao pátio do hotel, uma camioneta que subia a rua tentou ultrapassar um táxi neste eixo estreito, fez uma guinada saindo da rua, chocando contra Tipoteh no ombro esquerdo. Fê-lo cair, batendo violentamente no Emmanuel que, sob o choque, foi projectado para a estrada, ferindo-se em diversas zonas. Foi devido a estes ferimentos que veio a sucumbir alguns minutos mais tarde.

Foram um suplício as horas que se seguiram ao falecimento de Emmanuel. Porém, o embaixador Sarakikya, os médicos do Hospital de Mount Meru e o próprio Tipoteh, merecem uma palavra de gratidão pelos esforços heróicos que fizeram por tentar salvar a vida de Emmanuel, apesar de tudo. Os serviços do Comissário regional de Arusha, o próprio comissário regional e o Governo da República Unida da Tanzânia trouxeram-nos toda a assistência necessária uma vez constatada a morte de Emmanuel e foram tomadas todas as medidas úteis para que os preparativos fúnebres fossem feitos de acordo com a vontade da viúva de Emmanuel, a senhora Elaine Hansen.

Elaine chegou a Nairobi no domingo, no dia 15 de Novembro, num voo da British Airways proveniente de Londres. Foi recebida no aeroporto pelo Secretário Científico da Academia Africana das Ciências, o Professor Samson Gombe e pelo Secretário Administrativo, senhora Rahab Runo que a levaram à fronteira entre o Quênia e a Tanzânia, de onde foi levada para Arusha pela senhora Joyce Motel do Comissariado Regional e por mim mesmo.

Passámos o domingo e a manhã de segunda-feira a tratar das formalidades funerárias. Foi a partir das treze horas que a autópsia foi feita no centro médico de Kilimanjaro Christian, em Monshi, e por volta das dezassete horas estávamos em Arusha, onde foi dada a Emmanuel uma sepultura cristã com toda a simplicidade em dignidade — às dezoito e trinta no cemitério de Arusha.

Custou muito dizer adeus a Emmanuel. Nós que o conhecemos e que colaborámos com ele no quadro académico e político, vamos ter dificuldades em preencher o vazio que deixou.

A sua família perde um filho, um pai e um marido querido. Retomando as palavras de Tipoteh no seu elogio fúnebre a Emmanuel, devemos tomar o seu exemplo.

Numa carta que recebi há pouco de Elaine, dizia a propósito de um livro sobre o Ghana, deixado por Emmanuel: “Fiz alguns progressos relativamente ao livro de Emmanuel. Um amigo ajudou-me a imprimir todos os capítulos terminados e pedi a um outro amigo que acabasse o livro. Pedido que foi aceite. Uma boa parte do livro parece terminada e quase que o poderíamos publicar no estado actual. Se o publicarmos no próximo mês, ficarei muito satisfeita.”

Paz à sua alma.

P. Anyang' Nyongo.

in Bulletin du CODESRIA, n.º 1, 1988, Dakar, SENEGAL

(Traduzido do francês por Ana Maria Bayan Ferreira)

O ESTADO E A REPRODUÇÃO ÉTNICA EM ÁFRICA

Yarisse ZOCTIZOUM

A problemática do estudo das etnias em África, enquadradas nas novas sociedades e Estados e a sua interligação com estas formas de organização da sociedade, tanto na época colonial como no pós-independência.

I — Observação de ordem metodológica

Nas ciências sociais, os estudos sobre a África Negra são ainda dominados pelos estudos sobre as etnias. Tem-se a impressão de que as etnias não se transformaram — desde a colonização até aos nossos dias. Alguns estudos feitos sobre esse assunto parecem ainda surgir do imaginário, — outros, mais sérios, dão um conjunto de reflexos da realidade.⁽¹⁾

Quanto aos estudos marxistas, as suas aproximações — muitas vezes mecânicas — das etnias não dão uma leitura convincente; muitas vezes não são exemplos da deformação das realidades africanas (longe de mim o fetichismo das realidades!).⁽²⁾

É conveniente notar também o comportamento intelectual, ambíguo, dos próprios africanos perante a questão étnica.

Este comportamento é reforçado pela reacção contra a obsessão dos europeus, sobretudo nas ciências sociais, que geralmente só consideram a África Negra através dos conflitos étnicos. Todo o conflito em África reside na sua expressão étnica mais simples.

Os intelectuais africanos tanto idealizam a aproximação e as questões étnicas, como as rejeitam pura e simplesmente.⁽³⁾

Contudo, é preciso reconhecer que é difícil escapar a estas correntes pelas principais razões que se seguem:

- Os estudos das etnias fazem parte integrante dos estudos das diferentes sociedades, raças, classes sociais, grupos sociais, etc, que têm interesses económicos, políticos, ideológicos, ecológicos, etc, diferentes. Nestas condições cada autor não é de modo algum neutro quanto às aproximações.
- As noções de: etnia, tribalismo, clã, nação, nacionalismo, multinacionalismo, até mesmo raça, etc designam atitudes, as posições e os cálculos que deram às independências africanas a sua forma particular. Esta situação caracterizada por perturbações suscitou teorias mais ou menos sérias.⁽⁴⁾
- Em geral alguns vêem aí o ressurgimento, por causa da situação social e política criada pela colonização e pelas independências, das velhas formas de solidariedade e de antagonismo da África tradicional.
- Para outros, pelo contrário, trata-se de uma criação pura e simples dos poderes coloniais que as burguesias africanas continuariam a utilizar para perpétuar o seu poder sobre o Estado.

Contudo, noto que as coisas na maioria dos casos são muito complexas e complicadas e que não deixam compreender as diferentes teorias. Impõem-se aqui duas observações.

Em primeiro lugar, é preciso abordar cautelosamente a questão de saber em que medida os tribalismos actuais estão relacionados com a África pré-colonial, uma vez que a época colonial modificou sensivelmente as condições de existência e de evolução das formações africanas sociais e políticas. Além disso, é muito complicado empreender o estudo de África sob este ângulo.

Com efeito, parece que o Estado nacional na sua forma ideal, quer dizer, o Estado recuperando uma formação nacional, homogénea e consciente da sua identidade, não foi o tipo de organização política mais espalhada na África antiga.

Os Estados deste período foram, na grande maioria, casos de formações pluri-étnicas⁽⁵⁾ reagrupando comunidades com origens, história e por vezes estruturas diferentes; mesmo se existiu um processo de assimilação deliberada ou involuntária ao nível dirigente. Paralelamente a esta situação, grupos étnicos ou nacionais espalhados, partilhando uma comunidade de origem, de cultura ou de civilização, são encontrados “esquartejados” entre duas hegemonias diferentes ou “esmigalhados” em unidades autónomas. Por outro lado, se as uniões e as mestiçagens biológicas e culturais foram uma constante da história africana, elas não puderam ocultar uma situação complexa onde as relações entre grupos iam da aliança íntima à hostilidade aberta:

É assim, que muitos destes conflitos facilitaram, aliás, o estabelecimento dos colonizadores no fim do século XIX. Assim como a existência de contradições entre grandes forças étnicas (exemplos: no corno de África, no Sudão, no Tchad, etc.), são também de modo a impedir a unidade em África.

A segunda observação é a propósito da opinião que faz do regime colonial o responsável consciente e exclusivo dos conflitos tribais. Com efeito, os colonos puseram muitas vezes à frente a “política de raças”, termo um pouco enganador para designar os grupos étnicos — importado pelos franceses da Indochina em África e praticado, particularmente, em Madagáscar, no Tchad e na “África Ocidental Francesa” (A.O.F.).

Por exemplo: o costume de opôr os berberes aos árabes; e o que os britânicos adoptaram, e que lhes era bastante caro, métodos de administração diferentes no seio de uma mesma colónia (Uganda, Nigéria, etc.) produziram efeitos idênticos aos da “política das raças”.

Os Bantustões da África do Sul procedem da mesma forma.

Contudo, se considerarmos as coisas mais de perto, não parece que o regime colonial tenha sido somente uma manipulação diabólica das diferentes etnias. As contradições internas étnicas desempenharam também um papel importante. A história não é também muitas vezes consciente, nem inconsciente. É todo um feixe de contradições que se está a formar, no qual se encontra o consciente e o inconsciente.

Conscientes de que o regime colonial produziu toda uma série de práticas económicas, culturais, administrativas, geradoras de desequilíbrios regionais e sociais que, por sua vez, segregaram a ideologia tribalista. É assim que as diferentes facções da elite africana em lutas pelo poder, utilizaram e por vezes reavivaram esses particularismos.

Actualmente uma prática vulgar das classes dirigentes adquiriu uma forma subtil de uma acção que nega os interesses divergentes de grupos em presença (elites urbanas, proletariado ou semi-proletariado, massas rurais, burguesia burocrática, etc.) e as nega na colectividade tribal, pretensamente ameaçadas por grupos vizinhos.⁽⁶⁾

Antes de terminar com estas observações, devo acrescentar os factores de dificuldades existentes aos estudos para caracterizar as sociedades africanas tradicionais. Na sua maioria foram forjados a partir das realidades estrangeiras às sociedades africanas. Por outro lado, as ciências sociais, fossem elas do Oeste, ou do Leste, são dominadas pelo ideologismo, senão pelo exotismo, no que respeita aos estudos africanos.

A questão que actualmente se pode colocar é de saber o que é que deve determinar a análise das sociedades africanas: a questão étnica ou a questão das formações das novas classes e camadas sociais? O aspecto dominante dos estudos é ainda a etnia ou as novas classes nascidas destas etnias?

Parece-me que a crise que afecta a África neste momento, não só a crise alimentar, como crise de falta de tecnologia, de falta de capitais, é uma crise mais profunda, é uma crise das sociedades africanas e por isso das etnias vazias de conteúdo. De preferência, é antes esta dinâmica que é preciso compreender. Não se trata de separar a questão étnica da questão das classes, se bem que os estudos das etnias em África sejam mais significativos do que os estudos das classes ou outras categorias sociais generalizadas no mundo capitalista.

Com efeito, quaisquer que sejam as diferenças nas culturas, nas condições de vida, etc, pode-se estudar as condições de trabalho e de vida do operário da Renault no subúrbio parisiense, da mesma forma das do seu colega nigeriano que trabalha na filial da Renault na Nigéria.

Enquanto que parece ser difícil utilizar os mesmos termos para caracterizar a etnia Baya, por exemplo na África Central e os corsos ou os Bascos em França e, contudo, uns e outros são deste mundo.

É meu propósito na segunda parte do meu ensaio não analisar os grupos étnicos em África, mas mostrar o papel fundamental do Estado colonial e depois do neocolonial na reprodução das etnias. Entendo por reprodução étnica duas coisas:

- O processo espontâneo ou não de destruição-conservação das etnias e que é ao mesmo tempo um processo dinâmico de diferenciação de classes e camadas sociais da sociedade dita moderna, quer dizer, comerciante, capitalista ou a sua variante socializante.
- Como é que o Estado gera este processo, como é que acelera, trava, oculta a continuidade e a transformação das etnias.

Para o fazer, convém consequentemente analisar o papel do Estado na reprodução étnica em relação aos seguintes factores:

- 1 — A terra e o espaço étnico (de outra forma dito como sendo o problema de raíz)
- 2 — O mundo do trabalho, quer dizer: como é que se vai articular o espaço étnico na nova divisão do trabalho, aliado à colonização e ao advento da dita independência dos países africanos
- 3 — A reprodução aliada à escolarização
- 4 — A reprodução aliada à administração
- 5 — A reprodução aliada ao poder, etnização do poder sob a forma política (partidos), ideológica, tribalista, etc.
- 6 — A reprodução étnica como meio de ocultar a formação das novas classes e as suas alianças externas e internas.

Aqui, não tentaremos estudar o Estado porque esse não é o objecto deste artigo, mas compreender a sua função na reprodução étnica.

II — O Estado, factores e processos de reprodução étnica

1—A terra e o Espaço étnico

O regime de propriedade da terra aliado à organização social e económica apresenta-se como revelação deste conjunto sócio-

-económico. Este mostra nas sociedades africanas précoloniais pelo menos duas constantes importantes:

- Trata-se, primeiro, de sociedades camponesas; a relação com a terra é, portanto, por definição, fundamental, uma vez que se trata da base, mesmo da sobrevivência do grupo.

A segunda característica própria de África é que as estruturas do poder que regem a vida da colectividade aldeã, aliás mais no seio da aldeia do que nas suas relações com o exterior, são só parcialmente de base territorial.

- A relação com a terra não é por isso, nem necessariamente nem prioritariamente, uma relação territorial.
- A característica das relações de linhagem étnicas, é que estas repousam nos homens, não na terra; por isso a elasticidade do território é função das dimensões da linhagem.
- Os limites são imprecisos e mutáveis variando de acordo com as deslocações ou flutuações demográficas.

A relação essencial com a terra não está baseada numa ligação definitiva. Exemplo: a propriedade privada individual ou colectiva. O essencial é, por isso, cultivar a terra e não possuí-la, apropriar-se dela.

Para os africanos, a terra, a base e fonte da vida, é sagrada; é uma unidade presente, soberana e dada como tal, não sendo nem apropriável, nem alienável.⁽⁷⁾

Consequentemente, para quebrar estas instituições tradicionais aliadas à terra e que regem as relações entre os membros da etnia e das diferentes etnias, os colonos na África Central e algures vão, aliás, declarar as terras vagas. Depois, através de decretos repartem as terras por etnias e nomeiam como funcionários os chefes.

É uma forma de destruir o espírito das etnias e também de bloquear as suas relações e de reconstituir tal ou tal etnia reforçando os conflitos inter-étnicos devidos à nova repartição do espaço, tratando-se também de evitar todas as relações tradicionais de boa vizinhança.

Para o fazer irão territorializar as etnias e hierarquizar-las, classificá-las e distingui-las pela cultura. Na África Central, por exemplo, falar-se-á:

- de civilização da floresta para designar as etnias da floresta.
- de civilização dos cursos de água para designar as populações para quem a água tem um papel importante na vida produtiva.

a civilização da savana para os que vivem na zona da savana etc, etc.

Depois da primeira guerra mundial, vão tentar realçar as etnias criando o que se chama de “campesinato africano”. Tratou-se de estabelecer uma propriedade privada colectiva e também individual para cada etnia e de se teorizar a personalidade de cada etnia em função do novo espaço criado. Tentar-se-à mesmo interferir nas relações homens/ mulheres a fim de travar a aliança étnica por casamento ou a boa vizinhança. Depois da independência, vai-se redeclarar as terras, terras do Estado; outra mistificação ainda mais eficaz para reestruturar e esvaziar as etnias do seu conteúdo, pois, os novos agente económicos, sociais, políticos e ideológicos que desempenham o papel de intermediários vão, pouco a pouco, retirar aos chefes funcionarizados as últimas parcelas de poderes étnicos que detêm. Daqui em diante as relações interétnicas vão estabelecer-se em termos de valor de troca e não em termos de valor de utilização, dominando nas relações tradicionais entre etnias.

O indivíduo étnico é avaliado em termos de valores mercantis. A escola vai também contra os hábitos das famílias. Os que tem os filhos nas mesmas escolas terão de defender os mesmos interesses antes dos interesses tipicamente étnicos. Ao modificar o espaço, o Estado reproduz de outro modo a relações étnicas. Pode-se, nestas condições, acelerar a destruição física das etnias (genocídio colonial) limitar a sua transformação em classe sociais novas ou ainda acelerar este processo. A isto designa-se por: política indígena do Estado onde se tenta de acordo com a conjuntura uma integração das etnias e das suas relações no espaço dito nacional. (Ver o caso do México).

2. O modo de trabalho

Trata-se de mostrar como se articula o espaço étnico à nova divisão do trabalho aliado à colonização e à situação após a independência. O modo de trabalho précolonial estava baseado sobretudo na divisão sexual e na divisão por classe de idades. Esta divisão de trabalho era caracterizada por um desenvolvimento limitado das forças produtivas.

Este correspondia mais ou menos à organização das sociedades onde o trabalho e a exploração deste por outrém não era visto imediatamente como um meio de enriquecer. Tudo era controlado, ao máximo, através de regras costumeiras.

Com a colonização o modo de trabalho vai modificar-se progressivamente tendo em conta a nova divisão social do trabalho. O motor será o trabalho forçado ou as culturas obrigatórias. Tudo, tendo em conta o espaço étnico tradicional do trabalho, criando-se outros espaços, outras estruturas. Por exemplo, na África Central, o transporte será essencialmente tarefa da etnia Madja. Como não existiam meios de transporte motores, o sistema de transporte permitia aos colonos recrutar a mão de obra para transporte dos produtos, e os próprios colonos. Um corpo de carregadores foi estabelecido a partir de elementos Madja. Assim, as outras etnias definiram os Madja como uma etnia que transporta os brancos.

A cultura do colono estava sobretudo reservada aos Baya da savana, a do café aos Mbaka da floresta, a construção de novos caminhos aos Bada e a procura de diamantes aos Karé. Os Yakoma eram especializados na gerência de lojas modernas, uma parte no artesanato moderno — vestuário; os Gbadjiri na pesca profissional moderna, etc. Assim, havia a tendência em especializar cada etnia em tal ou tal profissão e as etnias acabaram por se definir em função de profissões impostas pelo poder-colonial. Estas profissões deviam criar as contradições — inter-étnicas e também o despoletar de cada etnia em novas camadas sociais.

3. A reprodução ligada à urbanização.

Em África, a urbanização moderna, é consequência da colonização. Urbanizar é modificar o espaço de relação étnica. E destruir, mas também reproduzir os caracteres étnicos dos urbanizados. Oficialmente e na realidade, a administração colonial vai etnisar a vida urbana. Os chefes dos bairros são nomeados pelas autoridades coloniais. Mas esta nomeação é acompanhada por uma certa espontaneidade. Com efeito, as populações que vêm das suas regiões vão espontaneamente em primeiro lugar para os bairros onde se encontram as etnias das suas regiões. Vamos para os bairros de pescadores, dos ferreiros, dos alfaiates, etc., se tivermos parentes no ofício. É preciso dizer que o corte entre a cidade e o campo não foi muito simpático durante o início da colonização devido a uma série de razões:

- A respeito do espaço físico, a cidade colonial estende-se em torno da residência da autoridade colonial que muitas vezes constitui o papel de centro administrativo, até à última aldeia que forma com outras, correntes de aldeias étnicas que estão lá no fundo do mato longínquo. Assim, o centro da cidade está ligado cada centro da aldeia de cada etnia. As milícias coloniais estão encarregadas de assegurar a ordem destas regiões.
- Os bairros são obrigados a ter o nome dos chefes étnicos. Por exemplo: em Bangui, a capital da República Centro africana, os bairros têm, quer o nome do chefe étnico, quer o nome da etnia; bairro Sara (etnia encarregue sobretudo da milícia), bairro N'galipassi (nome do chefe Baya) etc. A disposição do espaço étnico urbano permite, assim, reproduzir fisicamente, moralmente as etnias e as suas contradições. Trata-se de identificar, personalizar as etnias destruindo a própria concepção da sua identificação. Este processo cria, por natureza, conflitos permanentes favoráveis às autoridades coloniais.

4. *A reprodução aliada à escolarização e às religiões.*

A escola como trabalho forçado e as religiões católicas, protestantes e muçulmanas tiveram um papel duplo:

- “universalizar” e individualizar as pessoas, por isso desorganizar as etnias.
- constituir grupos étnicos, hierarquizar as etnias pela instrução de uns e manter a manutenção dos outros perante a ignorância. Certas etnias por razões de ordem prática de colonização vão ser escolarizadas para facilitar certas tarefas administrativas e a penetração nas novas terras étnicas. A escolarização vai, assim, hierarquizá-las e criar o movimento de rejeição de outras. Todavia pode-se assistir a situações contrárias que confirmam o processo da sua reprodução. Com efeito, certos chefes étnicos vão recusar a escolarização dos seus próprios membros e por consequência rejeitar as etnias escolarizadas acusadas de estarem a soldo dos brancos. Nestas condições a escola vai ter um papel de destruição e reconstituição. A escola permite proletarianizar os membros das etnias, dar-lhes uma consciência

nova e comum do seu espaço e da sua identidade de colonizados, comum em relação ao poder colono e até, neocolonial, mas ao mesmo tempo permitindo às etnias distinguir e reivindicar cada uma a sua identidade própria em relação aos poderes diferentes e às outras.

As relações entre o estado colonial e a igreja católica foram muito estreitas notando-se, por vezes, algumas contradições,. Como a administração, como a escola, etc, a religião católica e outras foram também instrumentos de desorganização étnica; abandono da crença ancestral, nova concepção do mundo; estas religiões tinham também tendência em privilegiarem uma ou outra etnia porque mais dócil do que as outras. Cada religião: católica, protestante e muçulmana tinha tendência a monopolisar alguma apropriando-se estas das contradições das diferentes religiões. O combate entre religião muçulmana e outras tornou-se combate étnico, identificando-se cada etnia com uma religião que é apresentada pelas autoridades — como a melhor possível. Por exemplo: os Baya são, na maioria, protestantes, os Madja e os Sara são católicos, os Bada mais muçulmanos do que católicos ou outros. Uma tal situação poderia criar contradições étnicas, dar uma falsa consciência da sua identidade a cada etnia. Os Estados africanos actuais herdaram esta situação e os aparelhos religiosos tornaram-se nas suas mãos os meios de reforçar os seus poderes, dividindo ou hierarquizando as etnias.

5. A reprodução aliada à administração.

A administração colonial foi para as etnias a funcionarização do seu chefe e a hierarquização étnica. Não só certas etnias serão mais representadas na administração, mas tentar-se-à desenvolver a hegemonia de certas ao fazer de um chefe étnico o chefe de região comportando etnias diferentes, por vezes inimigas. Uma tal política, em lugar de as unificar reforça pelo contrário o sentimento de cada uma, que terá tendência para se desligar das outras e por isso reproduzir-se como tal. Mas uma reprodução desse género empobrece a etnia e conduz à sua desorganização. Vemos que, qualquer que seja a situação, a reconstituição ou a desorganização da etnia segue o mesmo processo sempre benéfico para as diferentes autoridades do Estado.

No Senegal, no Tchad e no Gabão, na África Central, etc, nota-se o

mesmo processo, os aparelhos estatais vão ser etnisados. Na África Central o exército será, no início da colonização, o lugar comum dos Sara e dos Baya, cujos colonos vão unir-se para glorificar aos olhos das outras a força, o físico atlético e a bravura. A polícia será a tarefa dos Yokoma — a guarda republicana dos Madja.

Haverá tendência para as etnias se identificarem com algum aparelho. É fácil voltar de novo para o exército se se for Baya etc. Depois da colonização directa, os novos poderes irão praticar uma redistribuição cruzada a fim de ocultar o esquema colonial que, apesar de tudo continua a funcionar.

6. A reprodução aliada ao poder político e às línguas.

A reprodução aliada ao poder político é a associação de certos chefes étnicos à gestão do Estado colonial e neocolonial. Dá-se, assim, certos poderes a algumas etnias em prejuízo de outras. Estas situações nota-se nos partidos e nos sindicatos dominados por uma etnia. Por exemplo: o Abako (Associação dos Bakongo no Zaire); M.S.A. (o movimento socialista africano) de Koulomala no Tchad reagrupava os negros muçulmanos do Norte.

O estado neocolonial continua a mesma prática, impondo uma etnia no poder em relação às outras. Por exemplo, o imperialismo francês impõe às outras etnias a ditadura de um Bokassa e todo o seu séquito étnico na África Central.

As línguas étnicas utilizadas pelos poderes coloniais vão também ter um papel importante na reprodução étnica, uma vez que a língua utilizada fará das etnias de origem, umas superiores a outras. É nesta língua que o colono vai dar ordens às outras etnias. É na língua imposta que a bíblia católica, como protestante, vai ser traduzida. A língua imposta vai servir de meio de unificação das etnias, mas também de rejeição de umas e de outras. Foi à custa deste processo que o sango se impôs hoje como língua nacional na República Centro Africana. Infelizmente a recusa do poder identifica-se com a recusa desta língua. Antes que esta não seja admitida por todas as outras etnias e enriquecida pelas suas próprias línguas, falar o sango era identificar-se com as etnias de origem, quer dizer os Yakoma e os Sango. Assim, o poder político e os poderes das línguas são meios de reproduzir ou destruir uma etnia.

7. A reprodução étnica como meio de ocultar a formação das novas classes e das suas alianças externas e internas.

A reprodução étnica tal como foi definida tem com efeito duplo transformar as etnias em classes mascarando esta transformação. A sua hierarquização cria novas contradições nestas condições, as etnias são esvaziadas da sua substância tradicional. A nova divisão que aparece no seu próprio seio individualiza as pessoas, cria-lhes interesses novos que são os das sociedades modernas, quer dizer capitalista ou "socializante". Os assalariados de uma fábrica, quaisquer que sejam as suas diferenças étnicas tem interesses comuns a defender que são em primeiro lugar os interesses dos assalariados. O operário não vai procurar os membros das suas etnias para fazer uma greve, mas os colegas de trabalho; o mesmo acontece com as facções diferentes da burocracia burocrática, comerciante, etc, que emergem das várias etnias para deterem por mais tempo o poder, cada facção tenta utilizar a sua etnia dando origem ao tribalismo.

Há uma prática que é corrente em África para mascarar a aliança das classes dos diferentes elementos burgueses emanados das etnias. Trata-se de recrutamentos cruzados dos elementos étnicos nas diversas administrações dirigidas por outros diferentes. Por exemplo, se um ministério é dirigido por um elemento da etnia A, este elemento vai abster-se de recrutar por mais tempo elementos da sua etnia; pelo contrário, recrutará elementos das etnias B, C, E. É um pouco o mecanismo de clientelismo conhecido em muitos países do mundo. Esta manipulação permite aos vários responsáveis dos ministérios reforçar o seu poder, defenderem os seus interesses conjuntamente, sem se fazerem acusar de tribalistas. Assim, cada vez mais, quer seja a o nível da administração pública ou privada, tem-se tendência em defender, de preferência, os interesses de classe aos interesses étnicos. Sabendo que o Estado nestes países é um utensílio importante de aburguesamento, compreende-se que esta manipulação reforça mais a reprodução das classes dominantes novas ligadas às forças estrangeiras políticas e económicas.

Por outro lado, os vários trabalhadores subalternos das empresas privadas e públicas tomam também consciência dos seus interesses comuns e defendem-nos como tal. Mas se a ideologia do "desenvolvimento nacional", da "luta contra o imperialismo" mascara este processo, ele esconde também os conflitos étnicos que este processo pode provocar.

As sociedades africanas encontram-se, assim, em crise permanente e esta crise é o motor da sua mutação. Certos de que as rivalidades étnicas continuam a existir, mas elas não existem mais por elas mesmas, uma vez que daqui em diante só se exprimem em conjuncturas modernas político-económicas dadas e tanto num sentido como noutro. Nestas condições, estão vazias do seu conteúdo e a sua evocação frequente levanta sobretudo ideologismos ou etnocentrismos malévolos.

É, portanto, difícil continuar nestas condições a reduzir todos os conflitos em África a conflitos étnicos ou a inventariar “ex-catedra” as etnias para classificar algumas como minorias nacionais. A este nível também se deve dizer que as minorias nacionais não estão congeladas, nem determinadas fisicamente, nem quantitativamente.

A minoria nacional só se determina em função do poder de Estado, não o sendo em absoluto, só se determina em função de uma dada situação concreta em relação ao poder do Estado e em determinadas conjuncturas políticas concretas e num dado país concreto.

Conclusão

Este pequeno artigo é a minha contribuição à questão étnica em África.

Não sou etnólogo, mas estou bastante convencido enquanto negro e elemento de uma etnia africana — e depois pelas minhas observações sobre o plano social e económico — de que hoje as sociedades africanas não podem ser reduzidas às questões étnicas. As etnias são uma realidade, mas esta determina-se hoje pela educação moderna que a África conhece.

As etnias são atravessadas por relações comerciantes — capitalistas, cujas leis regem, daqui, em diante as suas relações, sem esquecer os factores de que atrás dei alguns exemplos.

Que dizer do papel das grandes potências e dos Estados na manipulação dos conflitos étnicos? a renovação contínua dos estudos étnicos, as pesquisas das origens étnicas “ex-catedra” não são também factores que alimentam directa ou indirectamente a ideologia étnica ou o tribalismo que esconde novas relações sociais, económicas e políticas nas sociedades africanas?

(Traduzido do Francês por Ana Maria Bayan Ferreira)

Notas

(1) Ver Gerard Leclere, **Anthropologie et Colonialisme**, Ed. Fayard 1972. O autor exprime a origem e a deformação colonialista da etnologia.

Ver também os artigos de :

Jean-Pierre — Les Beté: **Une création coloniale** (páginas 49 —85)

Jean Bozin — **A chacun son Bambara** (páginas 87—127). Os dois na obra **Au coeur de l'ethnie**, sob a direcção de Jean-Loup Anselme e Elikia M'Bokolo. Ed. la Decouverte, Paris 1985.

(2) Meillassoux, **Terrain et theories**, Ed. Anthropos, Paris 1977 (344 páginas). O autor analisa as dificuldades de aplicação das teorias europeias sobre os terrenos Africanos.

Meillassoux, **Anthropologie économique des Gouro de Cote-D'Ivoire** (de l'économie de subsistance à l'agriculture commerciale). Paris, Mouton 1964.

Copons, J., **Mode de production, formation sociale ou ethnité** (les sciences d'une anthropologie Marxist Document de travail, Paris centres d'études E. H. E. S. S.

Godelier, M., **Le Concept de tribu, crise d'un concept ou crise de fondement empirique de l'Anthropologie**. In Horizon: Trajets Marxistes en anthropologie. Paris, Maspero 1973 (page 93-131).

(3) Lanciné Sylla, **Tribalisme et parti Unique en Afrique Noire**, Paris. Presse de la Fondation Nationales des Sciences Politiques, 1977.

Diop Majhemout, **Contribution à l'étude des problèmes politiques en Afrique Noire**, Paris, Presence Africaine, 1958, 267 pages.

Histoires des classes sociales dans l'Afrique de l'Ouest, ED. F. Maspero. Paris (260).

(4) Revue Française d'histoire e d'outre-mer: **Revue et société em Afrique Noire**. Acte du colloque organisé a Paris, centre de recherches africaines, tome LXVIII, Paris (516 pages).

(5) Revue Française d'histoire e d'outre-mer. Ibidem.

(6) Zoetizoum Yarisse, ver o capítulo sobre o aparelho de Estado e reprodução sociais na História da África Central (violence du development domination et inegalités) Tome II, Ed. l'Harmattan, Paris 1984 (page 384)

(7) Catherine Coquery — Vidrwich. **Afrique Noire** (permanences e ruptures), Ed. Payot Paris 1984 (ver sobretudo o capítulo sobre a agricultura).

CRISE ECOLÓGICA E CONFLITOS SOCIAIS NA GUINÉ-BISSAU

Carlos LOPES (*)

O Director do INEP, Carlos Lopes, defende neste estudo a tese de que existem ligações entre as crises de ordem ecológica e os diversos conflitos políticos.

A análise da ecologia sudano-saheliana, conjuntamente com as especificidades próprias da Guiné-Bissau levam o autor a dissertar sobre a temática crise ecológica / papel do Estado desempenho dos diversos intervenientes e seus reflexos no nível político, quer como causa, quer como efeito.

O objectivo deste estudo é tentar demonstrar que existem vínculos entre as crises ecológicas e os conflitos políticos. Estes vínculos estão longe de estar determinados por causas unanimemente reconhecidos e despidos de controvérsia. Não existe de facto nenhuma relação de

(*) Este estudo foi encomendado pelo projecto conjunto da Academia Real Sueca de Ciências e do Instituto Escandinavo de Estudos Africanos sobre "Crises ecológicas e conflitos em África", no quadro de uma reflexão mais vasta sobre Desenvolvimento Meio ambiente e Segurança no continente africano.

causa efeito que possa justificar tomadas de posição definitivas sobre o assunto; mas uma breve leitura do mapeamento dos conflitos africanos demonstra-nos vínculos, (com todo o conteúdo semântico híbrido desta palavra) que são susceptíveis de fazer crer que a relação de interdependência é de se tomar em conta.

É muito mais fácil provar que os conflitos políticos armados causam danos ecológicos do que o contrário. Os desastres ecológicos estão na base de rupturas políticas violentas. Uma linha de investigação recente considera importante ter em conta as duas possibilidades.

Durante muito tempo os problemas ecológicos estiveram ausentes do discurso político africano, já que se considerava essa “moda” como sendo ocidental e provocada pela poluição dos grandes centros industriais. Hoje, a ecologia conquista vastos terrenos e novos adeptos, sobretudo em África. O meio ambiente está-se a tornar preocupação importante, como o está a igualar a demografia, dadas as enormes taxas de mortalidade que se registam em vários países do continente.

Esta sensibilidade nova é, no entanto, diferentemente interpretada conforme os actores sociais. Para os detentores de poder muito facilmente se transforma a preocupação em instrumento de análise nas perspectivas de se atingir “o desenvolvimento”, “a modernização”, “o progresso”. Para a esmagadora maioria dos camponeses este é um problema simples e sem resolução aparente. O “gap” entre estas duas visões é correspondente à amplitude dos problemas.

Na Guiné-Bissau os ventos de areia que atingem o país no tempo seco não permitem já a ninguém menosprezar que a ecologia é coisa séria. Já não é possível esquecer que estamos na fronteira do Sahel. A recente integração do país no Comité Inter-Estados para a Luta contra a Seca no Sahel (CILSS) é apenas a prova formal de um facto inegável: a transição gradual do ecossistema florestal para o Sudano-Saheliano.

Esta transição sobrepõe-se a uma outra de natureza sócio-política. A Guiné-Bissau, país independente desde 1974, após uma longa luta armada de libertação nacional, está a tentar erigir a bases de um Estado e legitimá-lo através da pretensa construção de uma nação. Esta é uma razão suplementar para recorrermos à definição exacta de uma sociedade em transição. Com o termo “transição” designa-se uma fase precisa em que a sociedade tem dificuldades em reproduzir o seu sistema económico visto encontrar várias dificuldades de organização e tenta-se uma nova forma de estruturação (que pode ser lenta e gradual ou rápida e violenta), que permitirá a expressão de novas condições de existência.

Todos os momentos de transição são de excepcional importância para se entender as regras que regem os hábitos sociais e compreender assim as lógicas e as leis básicas que possibilitavam ou põe em causa os equilíbrios existentes. Este é um desafio importante para as Ciências Sociais.

Em última análise, a configuração de novas formas de organização social visa a mudança das relações de produção e de distribuição de rendimentos e na base destes um controle sobre os recursos disponíveis. Atendendo a que os recursos são explorados sobretudo na óptica de satisfazer necessidades primeiramente alimentares, é no controle da terra e da produção de alimentos que se produzem ou se devem produzir as transformações mais duradouras.

A análise da transição social na Guiné-Bissau, na medida em que coincide no tempo com a transição ecológica, caracteriza-se por alterações que iremos precisar: crescimento demográfico, migrações, intervenção do Estado, reacções camponesas a essas intervenções e factores meio-ambientais incontroláveis⁽¹⁾. Todos estes elementos são, no entanto, insuficientes se não os relacionarmos com as articulações do espaço económico⁽²⁾ de que falamos.

Em função dos sistemas económicos assim difere a articulação dos espaços. Determinado sistema económico poderá favorecer a integração sócio-política de espaços territorialmente definidos como poderá ser uma das razões de constatações efectivas de determinada organização espacial.

Em termos práticos, a Guiné-Bissau, por ser um país jovem, com um território recentemente delimitado (Tratado luso-francês de 1886 e efectiva aplicação do princípio de fronteiras apenas em meados deste século) e sem uma integração económica, parece ser um Estado com um espaço físico determinado mas sem um modelo económico integrado. Aliás, os modelos económicos ainda estão a ser experimentados. Tais factos fazem-nos crer que existe uma demissão em relação aos problemas ecológicos porque estes obrigam a definições, obrigá-lo-iam a responder à difícil questão de saber se a Guiné-Bissau é um “espaço de desenvolvimento”

1. Ecologia Sudano-Saheliana

1.1. Seca e desertificação no Sahel

Acaba recentemente de ter lugar em Ndjamena (Tchad) a IX Cimeira do CILSS (Comité Inter-Estados de Luta Contra a Seca no Sahel)⁽³⁾, órgão coordenador dos países sahelianos que constatou que

a produção cerealífera de 1987 baixou de 10% em relação a 1986, considerado um bom ano agrícola. Nota-se que as zonas onde as colheitas foram mais escassas não distam muito das outras onde a produção foi excelente registando-se mesmo casos de excedentes importantes que dificilmente poderão ser escoados. Esta situação é cada vez mais grave, visto que muitos dos países importadores têm produções significativas que não conseguem transportar das zonas de grande produção para as de crise. As razões que explicam o fenómeno são necessariamente as dificuldades de transporte e as fronteiras, elementos estranhos às anteriores formas de intercâmbio do comércio de larga distância.

Assim, durante a estação das chuvas deste ano os países do CILSS solicitaram uma ajuda alimentar de 760 mil toneladas de cereais.

A razão desta situação caótica deve-se a condicionalismos ecológicos importantes.

Na zona Sudano-Saheliana, a evapo-transpiração é mais importante que a pluviometria durante quase todo o ano (Gorse). Sem a irrigação não é pois possível fazer mais do que uma colheita por ano, neste clima difícil, já que a estação das chuvas é curta (e muitas vezes com tornados e tempestades importantes e imprevisíveis), seguida de uma longa estação seca. a estação seca é quente mas logo a seguir ao fim das chuvas há uma certa frescura que causa problemas às culturas irrigadas. Por exemplo, o arroz (base alimentar da Guiné-Bissau) deve ser semeado muito cedo para que a germinação possa ter lugar antes da baixa das temperaturas.

A seca caracteriza-se sobretudo pela redução pluviométrica. Segundo Gorse as médias são enganadoras, particularmente para as zonas áridas setentrionais onde as precipitações variam muito de ano para ano. Alguns bons anos podem falsear as estatísticas. Por outro lado, a quantidade de água das chuvas só determina, parcialmente, a produção vegetativa e, é preciso ter em conta outros elementos como a sua repartição e as características dos solos.

| BOLAMA | BISSAU | BAFATÁ |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| pág. 65 Kacu Martel 3 | pág. 66 Kacu Martel 3 | pág. 66 Kacu Martel 3 |

A leitura dos gráficos de 3 estações da Guiné-Bissau dão-nos no entanto uma ideia precisa da queda tendencial das chuvas de 1984 a 1985.

Já a desertificação tem características distintas da seca, que podem advir ou do avanço do deserto ou da acção do homem ou dos dois factores conjuntamente, como é o caso no Sahel onde à aridez crescente vinda do Sahara se complementa uma exploração pelo homem dos recursos disponíveis.

Essa degradação provocada pelo homem é no sentido Sul-Norte e o futuro do Sahel joga-se muito mais neste eixo do que no sentido Norte-Sul, ao contrário do que supõe a opinião pública. Denota-se cada vez mais a existência de zonas deterioradas junto dos centros populacionais importantes, onde a luta pela sobrevivência leva à exploração desenfreada de recursos, provocando a desertificação.

Existem 3 teses sobre o avanço da desertificação na região Sudano-Saheliana (Gorse): a de que se trata de um fenómeno irreversível a longo prazo, no qual o homem não tem qualquer papel; a de que se trata de um fenómeno a curto prazo, igualmente independente da vontade do homem; e a de que é um processo complexo, mal conhecido, mas com interacções entre a seca e a acção do homem. Impõe-se reter esta última tese, pela experiência do nosso século. Os processos de transformação ambiental por influência climática são lentos e insidiosos enquanto que os fenómenos observáveis no Sahel são muito rápidos e conhecidos. Ao desprezar a questão do ambiente os homens estão a hipotecar o seu futuro. Com que grau de consciência deste processo se pode julgar cada um dos Factores?

1.2. A Degradação dos ecossistemas

As coberturas vegetais naturais toleram bem a seca e estão adaptadas às condições ecológicas da região Sudano-Saheliana, quer dizer florestas, florestas claras, savanas arborizadas ou arbustivas, ou esteques (Gorse). As próprias populações desenvolveram ou cuidaram espécies adaptadas às suas necessidades que se enquadram nestes ecossistemas. As florestas constituídas por espécies de crescimento lento são a principal riqueza da região e com o crescimento demográfico e animal começam a ser objecto de uma utilização que não permite

a habitual regeneração. Na realidade, a floresta natural continua a ser a principal fonte de energia doméstica dos países do CILSS (85%), para além doutras utilizações que tem.

A extensão das superfícies cultivadas e a redução do pousio provoca um empobrecimento do solo por sobreexploração. O aumento dos animais conduz a um sobrepastoreio, sobretudo nas zonas mais povoadas, com a destruição das espécies lenhosas, pela mondagem sistemática de locais à volta de centros populacionais, e poços de água naturais e artificiais. Por seu turno, a prática das queimadas agrava ainda mais a situação.

Estas causas várias transformam-se num círculo vicioso que provoca a degradação dos estratos arborescentes e modificam as condições ecológicas ao nível dos solos. A comunidade vegetal deriva para estudos mais combustíveis e a necessidade, para manter o nível do consumo, de aumento da pressão antrópica, à medida que baixa a produtividade dos ecossistemas (UNSO-1981). Ora a inexistência de medidas de protecção conduz à degradação irreversível dos ecossistemas.

Em qualquer ecossistema a utilização dos recursos naturais e as práticas agrícolas, por mais racionais que sejam, traduzem-se a longo prazo num conflito sobre o estado de evolução do meio-ambiente. Dois exemplos: as culturas itinerantes e os hábitos da transumância, que não eram irracionais há tempos atrás, e que são hoje os elementos principais de degradação dos recursos naturais (UNSO 1986).

1.3. Especificidades da Guiné-Bissau

Segundo um relatório oficial (Lopes 1987) “apesar do país ter condições edafo-climáticas favoráveis à prática agrícola e de ter uma densidade populacional relativamente pouco elevada (23 hab/ Km²), o meio-ambiente é afectado por diferentes processos de degradação ligados, por um lado, à agressividade do clima (regime de chuvas) e ao sistema de exploração praticados, por outro, à deficiente coordenação a nível nacional (por vezes mesmo sectorial) na implementação de diferentes acções que visam o aumento de produção e do nível de vida do povo guineense”.

O clima da Guiné-Bissau encontra-se caracterizado por uma zona intertropical de convergência devido à presença de aliseos marítimos e continentais. Ultimamente a situação caracteriza-se por uma nítida redução do volume de chuvas, mesmo de dias chuvosos, e um défice acentuado do balanço hídrico. Note-se que toda a parte Oeste do país é recortada por vias que expõem metade da parte continental da Guiné-Bissau à penetração da água do mar, tanto à superfície, como por infiltração. A progressão da salinidade e a redução das reservas dos lençóis freáticos demonstram que o problema de diminuição da pluviosidade tem um correspondente a nível da água nos solos.

A Guiné-Bissau é caracterizada por um relevo muito homogéneo composto por um bloco-planalto com altitude média entre 40 e 80m, com apenas algumas formações rochosas junto à fronteira Sul do país que não ultrapassam os 300m. O relevo e as influências climáticas sobre este dividem o país em 4 zonas: a marítima do noroeste, a marítima do sul, o interior e o arquipélago dos Bijagós.

As alterações ecológicas são mais notórias na zona marítima do noroeste e no interior, que se situam junto à fronteira com o Senegal.

A seca actual não constitui ainda um fenómeno irreversível, mas o impacto das baixas precipitações, ligado aos factores antrópicos pode vir a ter grandes influências sobre o meio-ambiente. Os anos de 1977 e 1979 foram difíceis e demonstraram que o Sahel avançou pelo país adentro, existindo de facto uma desestabilização dos ecossistemas.

2. Factores de crise ecológica na Guiné-Bissau

2.1. Sistemas agrícolas

Os sistemas de exploração agrícola do país caracterizam-se pela sua fraca produtividade e atraso tecnológico (0,4 ha/habitante rural médio). Revelaram-se no passado como sendo os mais apropriados para a salvaguarda do meio-ambiente. Hoje a situação alterou-se, sendo os sistemas existentes os seguintes (UNSO 1981): rizicultura inundada (ditas “bolanhas”), culturas pluviais itinerantes (cereais, mancarra), culturas domésticas (milho, mandioca, etc.), exploração de

palmeiras (óleo e vinho de palma) e da floresta (carvão, lenha). Normalmente as comunidades camponesas recorrem aos vários sistemas ao mesmo tempo, privilegiando uns em relação aos outros conforme a localização ou os hábitos culturais predominantes. O equilíbrio é, pois, variável. A rizicultura inundada necessita de água e enormes trabalhos de manutenção dos mangroves (bolanhas) o que faz coincidir essas culturas, que se situam na costa marítima ou junto dos rios, com as zonas de maior densidade populacional.

As culturas pluviais (nomeadamente a mancarra) desenvolveram-se à custa da destruição da floresta, e os pousios, correntemente utilizados, variam conforme a pressão demográfica. Os sistemas utilizados têm degradado a fertilidade do solo e a diminuição da actividade biológica. Em 1981 as culturas pluviais representavam 64% da área cultivada, incluindo uma parte do arroz pluvial.

A falta de chuvas põe em causa todo o sistema agrícola que dele depende prejudicando fortemente a economia agrícola do país.

As técnicas agrícolas utilizadas também têm as suas consequências ecológicas. O arroteamento muitas vezes é praticado de uma forma nefasta, quando há destruição total da cobertura vegetal, não permitindo a sua reconstituição.

O pousio quando praticado em solos esgotados não permite o renascimento da cobertura herbácea, ficando o solo a nu. Note-se que a reconstituição da fertilidade dos solos é mais elevada no pousio florestal que é a que temos de praticar.

A profundidade da lavoura, nas condições do país, contribui para a mineralização da matéria orgânica, ao que se deve acrescentar que muitas culturas são exigentes para com o solo, como é o caso do arroz pluvial. Esta é uma cultura muito nociva à floresta já que cada ano exige novos arroteamentos, degradando o meio-ambiente.

Finalmente nas culturas de rendimento o pousio tem vindo a diminuir espectacularmente o que baixa os rendimentos, provocando uma substituição das culturas tradicionalmente desenvolvidas (mancarra) por outras (cajú).

2.2 Deflorestação

As florestas representavam em 1978, 70% do território da Guiné-Bissau ou seja 2.525.900 ha. Em 1984 já se tinha reduzido a percentagem para 64%.

SUPERFÍCIES FLORESTAIS
— segundo os inventários realizados no país —

| 1978 | Superfícies em hectares | 1984 |
|-----------|-------------------------------|-----------|
| 2 525 900 | Superfície florestada | 2 317 284 |
| 1 131 400 | Florestas secas e sub-húmidas | 980 390 |
| 1 107 500 | Florestas claras e savanas | 1 019 894 |
| 287 000 | Mangal | 287 000 |

In Lopes 1987

Este decréscimo rápido é alarmante e se persistir esta tendência, 70% da floresta terá desaparecido até ao ano 2000, ao ritmo de destruição de 208.616 ha/ano. Esta exploração “mineira” (sem reposição) deve-se fundamentalmente aos seguintes factores: exploração de combustíveis lenhosos; exploração madeireira, gramados e sistemas agrícolas.

Alguns estudos (UNSO 1986) demonstram que a maioria dos países da África Ocidental consomem já muito mais combustíveis lenhosos dos que a cobertura natural pode produzir. O capital florestal está pois a ser delapidado. Este é um problema à escala mundial onde cerca de 2 biliões de pessoas dependem deste tipo de combustível (Costa), como única fonte de energia para cozer os seus alimentos ou aquecer-se.

Nove décimos de toda a madeira recolhida anualmente são utilizados para fins energéticos e os combustíveis lenhosos representam 2/3 do consumo total de energia de 24 países tropicais, dos quais 16 são PMA's (LDC'S).

Na Guiné-Bissau a exploração de combustíveis lenhosos está estimada em 1.000.000 m³/ano e representa 90% da energia utilizada no país, com um consumo de 1.1 m³/habitante/ano na base de uma estimativa populacional de 860.000 pessoas. Este consumo é o dobro do crescimento anual total das florestas. Assim, se durante algum tempo a população cortava essencialmente a “Proposia africana”, agora recorre a tudo.

A exploração madeireira era em 1985 de cerca de 40.000 m³, o que não seria significativo não fossem as condições alarmantes de défice, e o incentivo do Estado à exploração deste tipo.

No concernente às queimadas, a situação é ainda mais alarmante, destruindo estas cerca de 40.000 ha/ano, de superfície vegetais. O recurso à queimada tem vantagens para o agricultor (meio rápido de eliminar as formações vegetais nocivas à sua cultura e forma expedita

de proceder ao arroteamento), pastor (serve para regenerar as pastagens de gramíneos) e caçador (afugenta os animais na mesma direcção, encaminhando-os), pelo que se torna difícil o seu combate. As queimadas estão a provocar uma degradação das formações vegetais, uma savanização da floresta, a redução da capacidade de retenção de água face à agressividade das chuvas e o desaparecimento da matéria orgânica por calcinação das camadas superficiais dos solos.

Finalmente os sistemas agrícolas causam também a deflorestação pelas razões já invocadas e pode ser muito mais grave com a introdução da mecanização pois esta perturba os ciclos de fertilização dos solos, enquanto o abate sistemático das árvores favorece a erosão eólica e de água.

2.3. Trasumância

Quando a seca aparece os pastores fazem o que podem para salvar os seus rebanhos. A procura de novas forragens e pontos de água intensifica-se de tal forma que a concentração em certos espaços conduz a situações de destruição, mais intensivas. No entanto, os efeitos negativos até agora são modestos porque a população pecuária é pequena ⁽⁴⁾

Há, no entanto, um factor importante a tomar em consideração, que é a concentração de 70% do gado na região interior, uma das mais afectadas pela desertificação (Costa).

3. Percepção da crise ecológica

3.1. Hábitos e costumes camponeses

Os sistemas tradicionais de produção agrícola caracterizam-se por formas de gestão participativa, não necessariamente democráticas mas com uma grande autonomia local e perfeito encaixe nas relações de poder étnicas.

As formas de gestão pelo Estado introduzem modificações substanciais neste esquema, não se fazem pacificamente, (deslocação de populações na Etiópia, por ex.) ou, se fazem, levam muito tempo a ser aceites. Normalmente até não são inteiramente aceites, antes se desenvolvendo uma atitude de adaptação conformista a determinados esquemas de rendimento, que não põem em causa métodos e técnicas.

Ora, é neste domínio que se devem procurar as grandes transformações para não destruir o meio-ambiente.

Por exemplo, a agricultura itinerante foi praticada, durante séculos, de diferentes formas, sem perigos aparentes porque estava adaptada às condições climáticas das florestas (FAO). Hoje em dia essas formas não são apropriadas nem possíveis, pois o pousio é um luxo, sendo o arroteamento por queimada um perigo.

Quanto mais intensivas são as técnicas agrícolas — se elas não comportam a mecanização — mais o rendimento produtivo é baixo, não se lucrando com a situação.

3.2. O papel do Estado

Face aos problemas identificados, o Estado não tem sabido definir nem uma estratégia, nem uma coordenação das suas intervenções, de forma a preservar o meio-ambiente.

De uma maneira geral a Guiné-Bissau, como quase todos os países africanos, faz o seu conceito de “segurança alimentar”, segundo o qual o objectivo primeiro do país é satisfazer as necessidades alimentares da população através da auto-suficiência alimentar. Este conceito é contraditório uma vez que as estratégias de desenvolvimento em prática privilegiam as culturas de rendimento e dentro estas as que se destinam à exportação. A paranóia da exportação chega ao ponto de proibir a venda de mancarra nas ruas de Bissau, consumida como aperitivo, para supostamente não diminuir as quantidades destinadas à exportação!

Se efectivamente se aplicasse o conceito de segurança alimentar adaptado às realidades do Sahel, este só teria sentido à escala regional, esquecendo as barreiras (ou abrandando a sua presença institucional) que são as fronteiras políticas. Dar-se-ia assim curso a uma articulação que corresponde a circuitos comerciais existentes desde há muitos séculos e que foram destruídos provocando a “não” auto-suficiência alimentar. A “balcanização” conduziu a uma repartição de produções — sem intercâmbio — que também contribuiu para a seca e a desertificação.

Esta análise é igualmente válida para a transumância que encontra barreiras na sua natural vontade de deslocação para os países mais a sul.

Quando o Estado intervém na alteração dos hábitos agrícolas tão pouco é para valorizar as técnicas e métodos que favoreçam a preserva-

ção ecológica . A cultura do arroz pluvial (sobretudo a variedade melhorada ROK-5) tem sido a principal inovação proposta aos camponeses. A utilização dos pesticidas também não tem sido apropriada (Galli and Jones).

A insistência na tração animal e na mecanização sem levar em consideração as nefastas consequências de uma desmesurada utilização é prática comum dos projectos de desenvolvimento agrícola. Na realidade a "approche" desenvolvimento rural integrado tem a sua origem numa famosa declaração de McNamara ⁽⁵⁾, então presidente do Banco Mundial/Bird, que reorienta as ajudas para as unidades familiares de produção, visto o fracasso de anteriores experiências.

Sobre o conteúdo a dar exactamente aos projectos de desenvolvimento integrado estes variam de projecto para projecto⁽⁶⁾, e em todos eles denota-se a inexistência de estratégias para os problemas meio-ambientais.

Estes projectos envolvem financiamentos avultados, que ultrapassam a capacidade de enquadramento das estruturas centrais do sector. Assim sendo, a sua autonomia transforma-se em desarticulação por ausência de estratégias, e a sua actuação junto dos camponeses é sentida por estes como remédio para fornecimento de imputs sem custos. É um papel contraproducente que só se pode manter enquanto durar o financiamento externo, mas que condiciona e orienta os camponeses para as técnicas que prejudicam os ecossistemas, sem os conseguir persuadir a mudar os hábitos que são nefastos a esses mesmos ecossistemas (p. ex. as queimadas). Os ganhos em produtividade ficam por provar pois se, de facto, houve um aumento anual considerável de 1985 até 1988, isso deve-se muito mais ao aumento dos preços e à revigoração da circulação de mercadorias.

Ultimamente o Estado tem vindo a favorecer os preços da castanha de cajú de maneira tão evidente que a recolha da castanha tornou-se uma actividade extramente importante. Da recolha já se passou à plantação em grande escala, e ainda não existem estudos sobre os efeitos do anacardio sobre os solos, mas parece ser nefasto.

Um último exemplo: na construção de diques para a protecção da água salgada nas bolanhas, o Estado tem vindo a favorecer a intervenção mecanizada (em detrimento dos processos artesanais) que têm sido recusada pelos camponeses por ser prejudicial ao solo.

4. Instabilidade política

4.1. O controle dos recursos: a produção de comida

Para controlar os recursos, os diferentes actores sociais dispõem de leis básicas que devem legitimar as suas pretensões. Face à lei do Estado os direitos consuetudinários são preteridos e não têm peso. Uma ilustração básica deste facto é-nos oferecida pelos regimes fundiários.

A terra como suporte de direitos tem um estatuto jurídico que determina os modos de ocupação e exploração em função do significado social e do seu valor. Isto consubstancia-se em regras fundiárias que em África são extremamente complexas porque baseadas em hábitos culturais de várias origens étnicas (Kovassigan). O colonialismo introduziu a industrialização dos direitos fundiários, através do recurso ao registo, inspirado no acto de Torrens (da doutrina colonial britânica)⁽⁷⁾, facto novo para a esmagadora maioria dos africanos.

Os procedimentos de registo passam normalmente pelo acesso à escrita (boletim oficial, requerimentos, etc) o que exclui a população camponesa analfabeta de tais benefícios e desta feita pode-se despojar das suas terras qualquer família camponesa. Esta noção de propriedade é para além do mais “consolidada” e mesmo que se verifique que houve fraude, ela não põe em causa o registo mas sim procede a uma compensação.

Após a independência estas noções foram postas em causa através de leis simples que asseguram a propriedade de toda a terra ao Estado, concedendo este um direito de utilização, devidamente regulamentado. Na prática os registos efectuados continuam a ser válidos e inatacáveis porque o aparelho jurídico reconhece-lhes legitimidade.

Esta ilustração da construção dos aparelhos de legitimidade é importante para demonstrar que o controle dos recursos faz-se na base de regras consolidadas pelas classes no poder. Estas controlam de forma indirecta a produção de comida através da sua comercialização, dos mecanismos fiscais e de preços.

A seca e a desertificação trazem outro elemento para o controle da comida pelo Estado que é a recepção da ajuda alimentar. As ajudas permitem ao Estado apropriar, como interlocutor, o indispensável na regulamentação das dependências: não só através da distribuição de comida, mas também pela distribuição de sementes e *impuls* às populações que pela seca tiveram de recorrer às suas reservas estratégicas.

O camponês capitaliza pelo *stock* que consegue ter, e se tem de recorrer a ele é porque se encontra numa situação desesperada.

Estes problemas avolumam-se com o crescimento demográfico e migração para os centros urbanos, reduzindo a mão-de-obra jovem disponível no campo, enquanto aumentam as necessidades e se mantêm os níveis produtivos. No caso concreto da Guiné-Bissau a instauração de rusgas e regressos forçados da cidade para o campo geraram conflitos gerais que têm origem no acesso ao alimento.

Hoje em dia a ajuda alimentar (arroz) é utilizada para troca com, castanha de caju — uma relação de valor inversa à do mercado internacional — permitindo ao Estado proceder a uma enorme acumulação (mais de 60% do valor exportado reverte para o Estado, a título de impostos).

4.2. O controle da comida: a produção de conflitos

A capacidade de resistência camponesa aos modelos económicos que não lhe são favoráveis é grande. As formas de manifestar o descontentamento são variadas.

É lugar comum afirmar que o poder político na Guiné-Bissau depende da existência de arroz no mercado. Esse produto estratégico vital faltava nos escaparates das lojas quando se produziu a mudança de regime a 14 de Novembro de 1980.⁽⁸⁾

Mais recentemente um movimento sincrético-religioso denominado Yang-Yang, nasceu no sul e pulverizou-se rapidamente por todo o país, sobretudo, no seio da etnia balanta, maioritária no país, e normalmente associada à cultura de arroz de bolanhas.

A importância económica dos balantas é grande e a importância do arroz na economia balanta é vital. Todo o tecido social depende desta relação de trabalho na bolanha, organizando as tarefas por classes de idades e complexas relações de parentesco e hierarquia. Qualquer perturbação neste sistema pode provocar uma grande instabilidade. Foi o que aconteceu com o Yang-Yang, seita “modernista” em relação a certos hábitos e que tem vindo a abalar a organizada sociedade balanta.

As autoridades regionais voaram em socorro dos equilíbrios anteriores, reprimiram o Yang-Yang, e muitos encontraram mesmo uma relação entre o movimento e um grupo de contestatários ao regime que foram presos. Na origem de todo este processo está o controle de comida, pois os desequilíbrios do Yang-Yang significam desequilíbrios produtivos e escassez de arroz.

Este é talvez o exemplo mais importante de uma relação directa entre perturbação produtiva — vinda da seca e desertificação entre outros factores — e produção de conflitos.

4.3. O controle dos conflitos: a produção das crises

“O sucesso de soluções políticas de longo prazo que apoiam ao campesinato e que se baseiam no seu conhecimento local e na sua criatividade, dependerá também da forma como este for capaz de manter o controlo das suas terras em qualquer tipo de reorganização dos sistemas de produção agrícola” (Lawrence and al.)

Quando o Estado não leva em consideração esta situação e estas forças, provoca conflitos. Uma das formas destrutivas mais correntes (por ex., pelo não respeito dos direitos tradicionais da terra) é o recurso à queimada das quintas de recém-chegados da cidade. Este processo é expedito e convincente.

A desregulação da economia do país provoca uma subalternização de criatividades e potencialidades, nomeadamente agrícolas, que podem estar na origem de crises sociais e conflitos entre grupos sociais. Uma das expressões dessas crises é a dissociação de todas as partes na reflexão sobre o longo prazo.

Segundo Mabogunjé, “a mobilização de um povo para construir uma nova estrutura social que possa levar a um grande desenvolvimento das capacidades produtivas latentes, exige um grande esforço de

trabalho, não só em adquirir uma forte consciência do passado, como também o seu papel importante no presente consciente. É isto que garante a modernização de estruturas tradicionais e a tradicionalização de formas modernas” (Sic.).

Só um caminho que não aliene os interesses dos actores sociais pode justificar a mobilização e essa mobilização tem a sua principal razão de ser na protecção de um meio-ambiente ameaçado pela crise de valores que não permite a sua protecção. Voltamos a repetir que as responsabilidades não são as mesmas para os que conhecem a dimensão do problema e podem participar na sua resolução e aqueles que pensam ser vítimas de uma situação irreversível.

A conclusão que se pode tirar do vínculo entre ecologia e conflitos sociais é de que não existe nenhuma relação linear de causa a efeito.

A causa dos conflitos não é só ecológica mas uma série de outros factores que se colocam a este espaço económico determinado que é a Guiné-Bissau. No entanto, é a situação geográfica-ecológica do país que condiciona o seu desenvolvimento, as disponibilidades em recursos, a segurança alimentar das suas populações e assim, em última instância, alguma relação existe.

Por seu turno os conflitos sociais provocam um debate político e uma concentração de forças em objectivos de curto prazo, impedindo a reflexão prospectiva, alarmante, no tocante à ecologia.

Só desta forma, sem relação linear se pode interligar, no caso específico da Guiné-Bissau, o meio ambiente e a segurança.

Notas

(1) A conferência das Nações Unidas sobre a desertificação, realizada em Nairobi em 1977, estimou que nos últimos cinquenta anos cerca de 65 milhões de hectares de terras produtivas da região Sudano-Saheliana forma transformados em deserto, processo esse que prossegue a um ritmo alarmante e sobre o qual a Guiné-Bissau tem, evidentemente, uma responsabilidade bastante reduzida.

2) “Há duas posições básicas que tendem a determinar outros tantos modos de conceber o espaço económico. Se se partir do princípio de que a economia é a análise de um conjunto de actividades humanas universais cujas leis podem ser, eventualmente, determinadas, o espaço (como o tempo torna-se o elemento secundário da descrição dessas actividades (...)) Se, contudo se pensar que há variedades de economias, com sistemas de financiamento que diferem qualitativamente de modo significativo, a especificação do espaço (e tempo) torna-se primordial...” (Godelier, “Espaço”, in “Enciclopédia Einandi”, vol. 7, INCM, Lisboa, 1986, pág. 216).

(3) São membros do CILSS: Burkina Faso, Cabo-Verde, Gâmbia, Guiné-Bissau, Mali, Mauritânia, Niger, Senegal e Tchad.

(4) Avaliação em 1985: bovinos 280.000, ovinos 110.000, caprinos 220.000, porcos 140.000, aves domésticas 600.000, segundo Mandiga citado por Costa.

(5) “Sem um desenvolvimento rápido dos pequenos proprietários agrícolas no mundo desenvolvido há pouca esperança, quer em conseguir um crescimento económico estável a longo prazo, quer em diminuir os níveis de pobreza absoluta. A verdade é que pouco tem sido feito ao longo destas duas últimas décadas, especialmente designada para aumentar a produtividade da subsistência agrícola”, citado por Cohen.

(6) O simposium da FAO sobre a questão, realizado em 1971, conclui que essas actividades podem ser variadas, tendo classificado pelo menos 16: (1) mercados agrícolas; (2) venda a retalho de produtos agrícolas; (3) crédito produtivo; (4) educação extensiva; (5) acordos de verificação local; (6) vias de comunicação entre a comunidade de produção e o mercado; (7) indústrias agrícolas; (8) trabalhos públicos; (9) projectos de construção comunitários; (10) actividades de grupo — de recreação ou culturais; (11) serviços de extensão e melhoramento das condições de habitação; (12) cuidados de saúde; (13) programas de planeamento familiar; (14) escolas; (15) governo local; e (16) actividades religiosas.

(7) Foi o instrumento essencial para a colonização da Austrália. Foi copiado nos seus traços gerais pelos franceses e portugueses.

(8) O jornal francês “Libération”, chamou-o o golpe de Estado do arroz!

NOTA BIBLIOGRÁFICA

AKIN MABOGUNJE, *The Development Process*, Hutchinson, London, 1980/ROSEMARY GALLI & JONES, *Guiné-Bissau, Politics, Economics and Society*, France Pinter, London, 1987/Carlos Lopes, **Guinea-Bissau, from liberation struggle to independent statehood**, Zed Books/Westwiew Press, London, Colorado, 1987/GUY KOUASSIGAN, *Afrique: revolution ou diversite des possibles*, Harmattan, Paris, 1985/LAWRENCE & AL, "Editorial: War and famine in Africa", *ROAPE*, London, n. 33, 1985/CARLOS LOPES (editor), *A problemática do meio ambiente em alguns países africanos*, INEP, Bissau, 1987/JOHN COHEN, *Integrated Rural Development. The Ethiopian experience and the debate*, SIAS, Uppsala, 1987/UNSP, *Analyse du problème de la desertification et examen des activités en cours et prevues pour la mise en oeuvre du Plan d'Action pour combattre la desertification en Guinée-Bissau*, UNSO, New York, 1981/UNSO, *Les ecosistemas forestiers et sahéliens*, UNSO, New York, 1986/GUILHERME COSTA, *Prevention et controle des feux de brousse en zone pre-guineense (sud Senegal et nort Guinee-Bissau)*, Université de Dakar. 1987/JEAN GORSE, la desertification dans les zones sahelienne en Afrique de l'Ouest, *Unasyva*, FAO, Rome , N.4, 1985/CLAIRE BRISSET, Le spectre de la faim gagne du terrain, *Le Monde Diplomatique*, Paris, N. 3, 1988.

OS VALORES TRADICIONAIS E O DIREITO CONSUETUDINÁRIO NO CONTEXTO DA PROBLEMÁTICA DA DELINQUÊNCIA JUVENIL

Mário SANTOS (*)

O presente artigo é uma reformulação ampliada da comunicação já apresentada pelo autor no Colóquio sobre o "Direito Consuetudinário Africano nos 'cinco'", efectuado em Bissau de 5 a 9 de Dezembro de 1987.

A ideia de base assenta na correlação existente entre os valores tradicionais e o Direito Consuetudinário e os seus vínculos com os factores que originam as transgressões das normas sociais pelos jovens.

Eis um facto indiscutível: o homem é produto do seu meio ambiente social. As suas percepções, aspirações, convicções, intenções, etc., isto é, tudo que reflecte o perfil da sua vida, e que prevalece através de usos e

(*) Mário Santos é psicólogo, licenciado pela Universidade de Havana (Cuba), e investigador permanente no Centro de Estudos de História Contemporânea (CEHC) do INEP.

costumes no decurso dos tempos, transparece a essência da realidade social que o rodeia.

As peculiaridades naturais e sócio-económicas do ambiente condicionam uma determinada realidade social a partir da qual o homem, grupo humano e sociedade, exprimem a sua visão intrínseca do Mundo e o seu modo de vida. Dependentes dessa condição ambiental geram-se necessidades e interesses específicos que por sua vez originam atitudes, acções e comportamentos dos seus integrantes congruentes com as especialidades em causa.

Tanto as necessidades, como os interesses, podem revestir-se de signos materiais ou espirituais que exigem uma satisfação efectiva, visto que a sobrevivência da espécie humana é indissociável das suas reiteradas objectivações.

Entretanto não seriam devidamente concretizáveis se não se tivesse em consideração o significado dos valores. Estes justificam a sua razão de existência, proporcionando uma determinada orientação e incutindo maior vitalidade na procura dos fins preconizados. Ademais há que considerar as características sócio-culturais e as personalidades inerentes aos próprios sujeitos em questão.

Apesar de variarem de acordo com os indivíduos, de um modo geral tem afinidades nos objectivos a que estes se propõem para torná-los viáveis.

Nessa ordem de ideias, convergem num ponto visando objectivos concretos, quer materiais quer espirituais. Esta base de motivações é o princípio assente que os leva a ver, pensar, sentir e actuar de uma maneira e não doutra. Os problemas têm solução em consonância com as premissas daí surgentes. O tempo encarrega-se de que as gerações vindouras assumam os seus compromissos históricos a fim de manter a vivacidade dos valores em causa, considerando as particularidades de cada época e as influências nelas ocorridas.

O certo é que nem sempre é fácil desvendar uma realidade como esta. Antes de tudo, ela constitui um enigma a ser descoberto e compreendido na íntegra. Porém, às vezes torna-se evidente uma visão parcial, singular ou colectiva, nestes moldes: “porque preocuparmos-nos com fenómenos insignificantes? O essencial consiste em cumprir-se com as obrigações em vigor”⁽¹⁾

Presume-se que os parâmetros institucionais são os únicos indí-

cios idóneos para a resolução de todos os diferendos sociais. Entretanto, que esperar dos conflitos susceptíveis de originar, tanto ao nível da consciência como ao nível de expressões verbais de lamúria, indiferença, atitudes e condutas, por parte do lezado, incongruentes com as normas sociais de convivência?

Com vista a proporcionar uma resposta compreensível a esta interrogação, incidaremos a nossa abordagem sobre alguns aspectos dos valores, a fim de determinar os múltiplos vínculos, entre os quais o seu relacionamento com o Direito Escrito e em particular com o Direito Consuetudinário a respeito das transgressões das normas sociais.

Noção de valores e a sua importância sócio-histórica

Como questionar a origem e a vigência contemporânea do Direito Consuetudinário Africano, em especial das sociedades tradicionais dos nossos países, sem ter em conta a base sobre a qual se assenta? Com efeito, não se poderá falar do Direito Consuetudinário nem se falar de valores e muito menos de valores tradicionais.

Os valores, são propriedades atribuídas a objectos materiais e fenómenos da consciência social. É o significado que tais fenómenos representam para o homem ou para a sociedade, no âmbito do relacionamento entre as diversas camadas sociais.

Deste modo, os objectos materiais constituem valores de diferentes géneros. Condicionam uma diversidade de interesses com a finalidade de satisfazer determinadas necessidades (materiais, económicas, sociais, espirituais, ou psíquicas) do homem, do grupo ou da sociedade.

Nesta óptica, a veracidade deste facto é evidenciada no seguinte exemplo: uma esferográfica, é um instrumento para escrever, útil ao homem, é um valor de uso, por ser produto de trabalho, pode ser destinado ao mercado, tornando-se assim uma mercadoria, um valor económico. Se for bem feita, bonita, constitui um valor estético, isto é, um valor espiritual ou psíquico.

Relações como esta a que acabámos de fazer referência, entre o objecto e o significado são de interesse humano específico e geral, devido à essência do carácter universal dos valores e as particularidades das suas manifestações. A universalidade valorizativa abrange inúmeros objectos e fenómenos. De tal forma que a importância do relógio e do rádio, do sol e da chuva (só a título de exemplo) é reconhecida no

âmbito regional, provincial, nacional e além-fronteiras. Contudo, é de salientar que a sua efectiva apreciação não é uniforme para todas as pessoas, adoptando um carácter particular, em que em determinadas ocasiões um objecto ou fenómeno pode ter um enorme significado para um indivíduo e para outro revestir-se de pouca ou nenhuma importância. Esta particularidade dos valores, embora relevante em certos casos, não é consciencializada como tal ou então é meramente subestimada.

Há que considerar os valores existentes (os valores históricos, culturais, morais, jurídicos, políticos, etc.) que concedem particular relevância aos fenómenos naturais, sociais e as actividades das pessoas, imprimindo nestas uma determinada orientação e regulação dos seus actos, acções e comportamentos.

Os valores tradicionais e o direito consuetudinário

A tradição, na essência, é o produto de uma vinculação de factos baseados em ideias, atitudes, valores, etc., normativos de comportamentos individuais e sociais ao longo dos tempos, que transmitida de geração em geração pode ser fiel às origens durante um certo período. Porém, modifica-se, sendo substituída por outra, sujeita a desaparecer sem vestígio, consoante as mutações sócio-económicas imperantes em cada época histórica.

Os suportes da tradição que se localizam nos valores tradicionais, independentemente dos seus sinais são relevantes para as sociedades tradicionais, já que transparecem a realidade do ambiente sócio-cultural da vida dessas sociedades nas distintas etapas da sua evolução. Em África, o facto é realçado por Oulimata Dia ao afirmar que “uma das riquezas de África reside nos seus valores tradicionais que nos diferenciam das outras culturas”⁽²⁾

Normalmente as sociedades tradicionais africanas, são sociedades com estruturas alargadas, não se verificando nelas o que acontece nas sociedades ditas modernas. Enquanto que naquelas o conceito da família é concebido com uma visão ampla, nestas a centralização ou nuclearização familiar é mais corrente. Por outro lado, a integridade da família alargada reside na sua composição estrutural, com o seu raio de acção disperso em vários componentes: Pais, tios, irmãos, filhos, avós, etc. Todos compartilhando do mesmo ambiente social

de vida (“morança”), nalguns casos a mesma habitação e sob a única autoridade, a do pai, tio, irmãos mais velhos ou de outro elemento de reconhecido prestígio.

Algumas estruturas, entre elas as classes de idades, em especial os grupos de anciãos, encarregam-se de manter a ordem e a harmonia social. Não só vão mais além, uma vez que contribuem bastante para a conformação de uma sólida coesão dos seus integrantes, de modo a resistirem ou eliminarem quanto antes os efeitos nocivos, alheios aos seus valores positivos e concorrentes para a sua desestabilização.

É de notar que há uma predominância da vida comunitária sobre a individual, sujeita a determinadas exigências a que as pessoas se devem submeter. Mas, acima de tudo, o objectivo primordial não deixa de ser a harmonização, na medida do possível, das relações humanas no seio de um dado grupo das sociedades tradicionais africanas servindo-se das influências positivas dos valores tradicionais. No dizer de Mohamadou Moctar M’Bake, ao analisarmos o percurso da história africana constataremos a existência de valores tradicionais em que os “direitos do indivíduo são garantidos e protegidos por um sistema social que assenta, não numa concepção de liberdade concebida como muralha contra o poder político, todo poderoso, mas antes num consenso político social, feito de respeito mútuo, de um código de honra inviolável, que rege o conjunto dos comportamentos dos homens numa solidariedade activa”⁽³⁾. Sem dúvida que a intenção que se pretende com isso é de evitar ou atenuar eventuais conflitos baseando-se em elementos normativos que desempenham uma função importante na rentabilização dessas estruturas.

A sua eficácia é assegurada por meio do sistema educativo tradicional reiterado, processado de forma a proporcionar o interesse, a vontade da criança, do adolescente e do jovem na assimilação de virtudes (subentenda-se valores) como o respeito e o carinho pelos membros da família, distinguir o bem do mal e comportar-se segundo os valores aceites em cada sociedade tradicional africana.

Em termos globais, alguns valores das sociedades tradicionais africanas, em particular as da Guiné-Bissau, são “institucionalizadas em leis através de legislação e normas jurídicas”⁽⁴⁾ para serem cumpridas por indivíduos das sociedades tradicionais em causa. Sintetizam-se, com efeito, os vínculos naturais existentes entre os valores tradicionais e o Direito Consuetudinário, demonstrando que é descabido conceber qualquer tipo de Direito à margem dos valores

sobre os quais se edificam as normas. Tais valores, de acordo com as normas, reflectem interesses de indivíduos, grupos ou classes sociais no poder numa dada etapa sócio-histórica.

Contudo, a presença “evangelizadora” portuguesa nos nossos países incorporou em seu beneficio uma outra faceta à situação prevalente servindo-se de uma série de preceitos concebidos e materializados ao longo dos cinco séculos de permanência em África.

O sistema colonial português manteve-se durante muito tempo sem reconhecer a importância dos valores tradicionais das nossas sociedades e muito menos sem conceder nenhuma importância ao Direito Costumeyiro vigente.

No intuito de atingir eficazmente os seus objectivos, concebeu um Estatuto de Indigenato que representava não só o máximo do esmagamento dos valores humanos na acepção mais ampla da palavra, mas que reflectia também, e sobretudo, o apelo à renúncia dos valores ancestrais que orientam o modo de vida e justificam o direito à existência das referidas sociedades.

Nesta óptica, numa genial análise crítica dos planos constitucional, jurídico e administrativo da denominada “Guiné-Portuguesa”, constatou que juridicamente o Artigo 230 do Estatuto dos Indígenas “legaliza e consagra, da forma mais flagrante, a discriminação racial e cultural que pesa sobre a vida política dos africanos da Guiné-Portuguesa”.⁽⁵⁾

Porém, detecta-se uma hipócrita ambiguidade neste Estatuto. Por um lado, exige-se a cada cidadão que ascenda a um estatuto social tido como modelo, por outro, sabe-se de antemão que são remotas as perspectivas reais do seu alcance por um grande número de indivíduos, atendendo os fins político-ideológicos que regiam a filosofia colonial. Alguns pressupostos do citado diploma legislativo aprovado em Outubro de 1946, definem como indígenas:

“Todos os indivíduos de raça negra ou dela descendentes que não satisfaçam conjuntamente as seguintes condições:

- Falar, ler e escrever a língua portuguesa,
- Ter bom comportamento e não praticar usos e costumes do comum da sua raça”.⁽⁶⁾

Trata-se de uma sujeição a que estavam submetidas as populações, dadas as características das perspectivas condicionadas pela realidade

especial e do absurdo que consiste para as sociedades tradicionais desprenderem-se dos seus valores em detrimento de outros, alheios e por diversas razões dificilmente assimiláveis.

O facto poderá querer mostrar que o colonialismo português não estava consciente disso, o que não corresponde à verdade. O certo é que, em último caso, os fins políticos induziram-no a adoptar certas posições consoante o momento histórico.

É o que retrata a relutância implícita numa série de preceitos que poderão ser constatados nos documentos oficiais da época. Especialmente no código civil, a respeito do Estatuto dos Indígenas (Decreto-Lei n.º 39666, de Maio de 1954), vêm implícitos elementos que permitem determinar a base filosófica dessa relutância. O Artigo 1490 refere que as “províncias ultramarinas reger-se-ão, em regra, por legislação especial, emanada dos órgãos legislativos provinciais, conforme as normas de competência fixadas pela lei”⁽⁷⁾; por sua vez, o Artigo 1380 faz um esforço para conciliar a situação prevalecente ao sustentar que “haverá nos territórios ultramarinos, quando necessário e atendendo ao estado de evolução das populações, estatutos especiais que estabelecem, sob a influência do direito público e privado portugueses, regimes jurídicos de contemporização com os seus usos e costumes se não forem incompatíveis com a moral, os dictames de humanidade ou livre exercício da soberania portuguesa”.⁽⁸⁾

Esses preceitos foram submetidos a fracassos administrativos sucessivos, ao subestimarem os valores tradicionais que regem o modo de vida dos povos colonizados. A “Metrópole” neste caso, viu-se obrigada, no decorrer dos tempos, a mudar de estratégia reajustando os seus princípios a par da realidade sócio-histórica dominante.

Por isso, em 6 de Novembro de 1961, revoga o Estatuto do Indeginato ao estabelecer que “são reconhecidos os usos e costumes locais, regulares de relações jurídicas privadas, quer os já compilados, quer os não compilados e vigentes nas regedorias”.⁽⁹⁾

Considerando os objectivos preconizados nas disposições realizadas, com o passar dos tempos damos conta de que Portugal Colonial jamais teve vontade que admitir com boa fé a evidência dos nossos valores ancestrais. Somente por força das circunstâncias adversas fora induzido a isso. As “reformas” da legislação colonial de 1961 não foram obras do acaso, para além de motivações de carácter interno, segundo Cabral “foram anunciadas pouco depois da Assembleia Geral da ONU ter adoptado, durante a sua XV Sessão, a resolu-

ção sobre a descolonização (14 de Dezembro de 1960)⁽¹⁰⁾. Sendo daí evidente o peso da pressão a que o colonialismo português foi sujeito por parte da Comunidade Internacional.

A promulgação das referidas “reformas”, não obstante possa dar a sensação de uma política adoptada para favorecer as aspirações das massas populares, na realidade não passa de uma mera concepção teórica, que na prática não é de admirar que ficasse bastante aquém da sua concretização real.

Esta percepção histórica das questões já anteriormente referidas, elucidada-nos acerca da situação vigente no passado, quanto às dificuldades enfrentadas pelos colonos nas contínuas tentativas (muitas das vezes abortadas) de sufocar os valores tradicionais, substituindo-os pelos seus próprios valores.

Nesta óptica, tanto o Direito Escrito como o Direito Consuetudinário apesar de serem semelhantes nas suas funções, divergem quanto aos seus componentes teóricos o que na essência justifica a razão de ser de ambos. Daí ser necessário a ponderação na interpretação de algumas normas do Direito Escrito tendo em conta os valores peculiares que nalguns casos reflectem os elementos político-ideológicos da dominação colonial e que, por conseguinte, não se coadunam com as intenções generosas que se pretendem alcançar numa justiça popular.

Por outro lado, os vínculos entre os valores tradicionais e o Direito Consuetudinário são homogêneos, uma vez que apresentam uma relação de dependência entre si. De facto o Direito Consuetudinário materializa-se por meio de inúmeros valores tradicionais, institucionalização normativa favorável a um reconhecimento de prestígio dos seus adeptos.

Constitui exemplo disso algumas localidades do nosso país, o início de determinadas actividades agrícolas, antecedido de cerimónias ou rituais onde normalmente se oferecem animais domésticos e bebidas alcoólicas aos “irans” (embora neste sentido se constate cada vez mais um acentuado declínio destas práticas). Para o efeito, o régulo (quando existir) ou os homens grandes, considerados dignos representantes da sabedoria popular, presidem a tais cerimónias evocando o apoio dos deuses para um próspero ano agrícola, uma das facetas religiosas da tradição africana inerentes, de uma forma ou de outra, às das sociedades tradicionais dos nossos países. Supõe-se, segundo as crenças, que sem esses rituais a lavoura estaria seriamente comprometida. Num território regulado, as primeiras sementes que a

terra recebe são as do régulo, como gesto de reconhecimento pela sua contribuição para o bem-estar e progresso da sociedade. Caso essas normas sejam infringidas por alguém, o infractor é obrigado a justificar a sua atitude perante as normas legais em vigor.

Tudo isso, permite-nos ter uma noção dos vínculos existentes entre os valores ancestrais e o direito consuetudinário; uma simbiose que transparece a dinâmica dos elos susceptíveis de se verificarem em cada caso concreto, e que são imprescindíveis para a manutenção e estabilização de estruturas sociais capazes de condicionar, na melhor das hipóteses, a vida socio-cultural das sociedades tradicionais.

Se em termos gerais (talvez com uma outra excepção relativa à realidade global) resulta factível estabilizar-se as relações sociais, e se nos nossos países não se constata uma acentuada polarização dos seus membros e as consequências desfavoráveis que daí advêm, como explicar as violações (em distintos níveis e tipicidade das normas sociais pelas crianças, adolescentes e jovens nas sociedades ditas modernas? E porque é que sucede algo semelhante nas sociedades tradicionais?).

Estas perguntas pertinentes vão ser objecto da nossa reflexão no capítulo seguinte.

A delinquência juvenil como consequência da crise de valores

A delinquência juvenil é uma expressão jurídica que exprime a ideia do estado situacional das transgressões pelos jovens, das leis ou normas sociais estabelecidas. As suas causas provêm de vários condicionalismos socio-económicos que reflectem a subsistência de de problemas insolúveis ao nível da superestrutura social provocados pela instabilidade da base económica.

Abstraindo-nos de uma abordagem sistematizada das causas económicas, por conveniências objectivas e metodológicas, de momento debruçar-nos-emos mais sobre os factores sociais que contribuem para a sua efectivação.

Uma mera comparação dedutiva da situação da criança, do adolescente e do jovem nas sociedades modernas e tradicionais referente ao papel das estruturas sociais; ao ambiente sócio-cultural; à tipologia e formas de educação, levam-nos a concluir que as condições vitais daquelas em casos consideráveis não lhes são favoráveis, sendo adversas no âmbito da própria concepção e materialização do processo educativo.

Nas sociedades modernas, os agregados familiares são nucleares o que já por si limita a concepção de várias estruturas indispensáveis a uma transmissão efectiva de conhecimentos e valores. As que existem possuem características distintas às das suas congéneres tradicionais, no que respeita às perspectivas de obtenção de influências positivas por meio da acção coerciva das normas com vista a manter a sua estabilidade. São, portanto, elementos desfavoráveis de relacionamento tendentes a rupturas num espaço de tempo teoricamente indefinido. Apesar de existirem vários grupos de idades, estes apresentam outras peculiaridades. O período de permanência do indivíduo (criança, adolescente e jovem) numa determinada classe e a sua passagem para a outra, tendo em conta as exigências educativas e a interiorização de valores morais positivos, baseia-se no mero formalismo e em alguns dos casos é estrito, senão fugidio, sendo produto da ausência de uma adequada orientação valorizativa dos seus integrantes pelos progenitores ou encarregados de educação a fim de usufruírem das disponibilidades favoráveis do meio social ao qual estão inscritos. Como diria Assane Diop, “nem as festas tradicionais, nem a religião, nem os contos de anciões, nem as recitações dos ‘djidius”, nem a música ou a dança trazem a esses jovens espíritos os alimentos de um sonho, de uma reflexão ontológica ou metafísica sobre as quais a personalidade se pode formar adequadamente”⁽¹¹⁾. O que deixa transparecer que não são criadas condições propícias para a formação integral de uma dada personalidade.

Perante esta situação compreende-se que é um indício palpável de que as supostas estruturas existentes, nomeadamente as classes de idades e outros elementos adjacentes, se encontram inoperantes em relação às influências positivas que deveriam enquadrar nos seus membros. Surge então a maturidade precoce que os impedem de assimilarem e manifestarem na prática os valores dos seus grupos de idades, e sim os dos grupos étnicos de referência baseados em modelos com os quais se identificam e que na maioria dos casos se revestem de signos negativos.

O jovem, em particular, pode orgulhar-se de dispor de um núcleo familiar aberto. No entanto, os mecanismos familiares e inclusive os sociais, de transmissão de conhecimentos, conformação de atitudes e comportamentos, enfim valores positivos, em certa medida negligenciados desde a infância à adolescência, chegando à juventude bastante deteriorados de tal maneira que os próprios pais e/ou encarregados de educação são incapazes de valores dos seus filhos ou educandos. Como

consequência verificam-se limitações afectivas, desconsiderações e “ruídos” comunicativos que os levam à sua independência total no modo de pensar, comportar e agir.

Ao não se conseguir um controlo rigoroso sobre o jovem, os seus marcos de percepção e de acção não correspondem a uma visão exacta da realidade. Os diferentes estímulos do mundo exterior motivam-no, constatando neles múltiplas áreas de intervenção e ansiando experimentá-los vivamente, recorrendo aos meios disponíveis para objectivar as suas curiosidades, compensar os seus interesses e satisfazer as suas necessidades. É o chamado jovem da rua, visto que manifesta a sua forma de ser de acordo com a filosofia actuante nesse meio.

Devido às circunstâncias inerentes ao próprio meio ambiente, às especificidades dos membros do grupo de pertença, adopta os fundamentos defendidos pelo seu grupo, que a partir de então passam a delinear o seu comportamento. Caso de um aluno quando começa a ausentar-se das aulas em dias ou períodos alternados acabando por abandoná-los.

Sem a orientação dos pais e da escola, apropria-se do grupo de pertença cujos elementos se caracterizam por afinidades de critérios. E apesar dos seus constituintes serem quase da mesma idade ou de se verificar um desnível considerável entre eles, disfrutam das mesmas condições de vida. Os conhecimentos e experiências embora às vezes inadequados, podem até ser muito nocivos, assimilados e caracterizados na prática.

A respeito do papel da família e quanto à desvinculação do jovem dos fundamentos que reflectem a sua plena integração no micro e macro-ambiente social de que faz parte, esta poderá ser atribuída em parte a uma inadequada educação familiar. A deserção da escola reflecte a existência de problemas no âmbito escolar ainda por solucionar, caso das precárias condições de financiamento destas, carência de materiais didácticos, deficiências na formulação de programas quase sempre incongruentes com o nível do ensino frequentado, atritos nas relações professor-aluno, falta de motivação daquele em virtude dos reduzidos benefícios profissionais, tudo isto atentando contra os interesses do jovem e contribuindo para deformar a formação da sua personalidade.

Nos últimos anos, na Guiné-Bissau, tem-se verificado uma queda considerável do número de alunos devido a conjunção desajustada dos citados componentes numa proporção em que “as taxas de abandono

do sistema nos primeiros quatro relapsos são da ordem de 20%, 18%, 12% e 33% respectivamente, o que acentua a perda da escolarização em cada geração”⁽¹²⁾.

O jovem, perante a situação do género e considerando a realidade sócio-económico do país, ao não conseguir ocupação no mercado de emprego, passa a constituir um fardo pesado para a família. As relações interfamiliares são susceptíveis de serem delicadas e em algumas ocasiões conflituosas. Não obstante, ele necessita de vez em quando de meios materiais e financeiros para satisfazer necessidades específicas. Entretanto, devido à atitude responsável em relação à escola e sem desempenhar outra actividade de realce, sujeita-se a uma série de divergências por parte dos membros da família que o consideram inútil, não aceitando o que lhe dizem. Acha que o seu procedimento não deverá ser condenado tal como sucede, sendo a rotura inevitável, optando por uma saída de modo a satisfazer todas as partes das necessidades não proporcionadas quer pela família, escola ou sociedade. Principais responsáveis pelo nefasto comportamento que assumirá através da vagabundagem, vandalismo e delinquência. Porém, existem outros meios, como determinadas instituições sociais, os meios de comunicação social, tal como a rádio, que desempenham um papel relevante na vinculação de programas publicitários que incitam ao consumo de necessidades fictícias. E o cinema que exhibe filmes apologistas da violência, imoralidade, bela vida e meios solícitos para a obtenção fácil de dinheiro, etc.

Não obstante, as pessoas ou entidades afins tentam justificar os fins que movem os citados meios de comunicação social, baseando-se em ridículos motivos sócio-culturais. Na verdade, a causa de tudo são as razões eminentemente económicas.

Sujeita a viver em tais condições e de acordo com as particularidades da sua personalidade ao não conseguir satisfazer as mencionadas necessidades por meios legítimos, procura outras vias de acesso às mesmas, embora ilegais. Na sua óptica, como única alternativa, decide violar as normas sociais institucionalizadas cometendo, desta forma, delitos.

As limitações na formação da personalidade do jovem explicam o porquê da delinquência juvenil nas sociedades modernas africanas, em especial nas dos nossos países.

As reiteradas violações das leis pelos jovens justificam-se pela não interiorização de valores morais positivos, ou então pela assimilação

de antivalores da sua sociedade, em particular do seu micro-ambiente social.

Retomando a abordagem dos valores tradicionais constata-se que com o decorrer dos tempos a estabilidade das estruturas sociais das sociedades tradicionais africanas têm estado a ceder, aos poucos, à pressão das influências dos valores das sociedades modernas, atendendo aos imperativos do desenvolvimento das zonas rurais.

Em virtude de transferência de valores entre ambas as partes, são imprescindíveis contactos com as populações rurais através de troca de opiniões. Em princípio, a assimilação dos valores dos implicados enfrentam obstáculos que vão sendo ultrapassados com o tempo, passando a constituir um processo natural. Mas esta não é a única forma de apropriação. Uma outra de apreciável significado vincula-se com as exigências da socialização no âmbito geral; condicionada pelos princípios da dinâmica e mobilidade populacional, do campo para os centros urbanos e vice-versa, originada por diversas motivações. Por exemplo, as visitas periódicas aos familiares dos indivíduos de origem camponesa residentes nas cidades, as viagens de férias ou de outro tipo, a presença temporária em zonas rurais por razões de serviço e as influências desfavoráveis exercidas pelos meios de comunicação social.

Todos esses factores proporcionam condições favoráveis para origem e propagação do fenómeno de aculturação no seio da população camponesa, com maior incidência na camada juvenil.

A prática quotidiana do jovem entra em conflito com as exigências da nova percepção delineada pelos valores culturais modernistas. A essência do interesse do jovem emerge aos poucos a seu favor com indubitável efectividade a ponto de serem relegados para o passado alguns dos valores tradicionais mais relevantes, que em tempos desempenharam um papel fundamental na formação da sua personalidade, enquadrados nas directrizes emanadas das estruturas sociais competentes. Uma realidade deveras lamentável. Em qualquer momento, a curto ou a longo prazo, o jovem opta pela via do delito. Há que reconhecer que as práticas anti-sociais delituosas no mundo rural, exceptuando outros factores, são motivados sobretudo pela não assimilação dos valores positivos das sociedades tradicionais africanas ou então pela assimilação dos valores negativos das sociedades modernas.

Lamenta-se que seria absurdo fazer a apologia dos valores tradicionais africanos, sem sequer detectar ou estar consciente dos seus

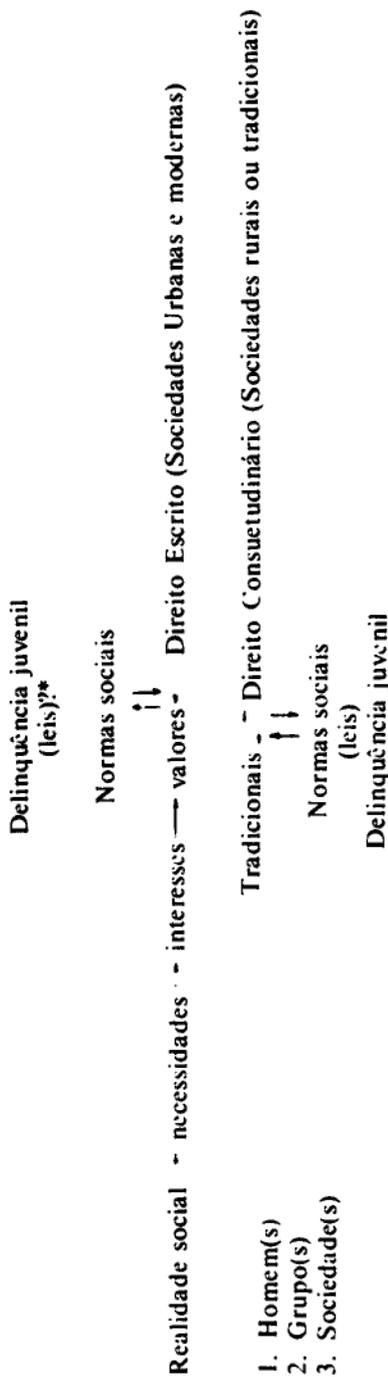
maus componentes. Esta observação é igualmente extensiva aos outros modernistas africanos.

Para além das características específicas de cada um, ambos os valores convergem com dimensões e impactos diferentes, devendo ser submetidos à prova de um modo contínuo, a fim de saneá-los por completo das mentalidades dos seus portadores, contribuindo para que a convivência humana se materialize sem contratempos lamentáveis. Com vista a concretizar esta aspiração, a atenção das entidades competentes responsáveis deve centrar-se na concepção de mecanismos idóneos que visem prevalecer os valores positivos das sociedades tradicionais africanas, particularmente os nossos, e integrá-los com eficiência no processo educativo das sociedades modernas.

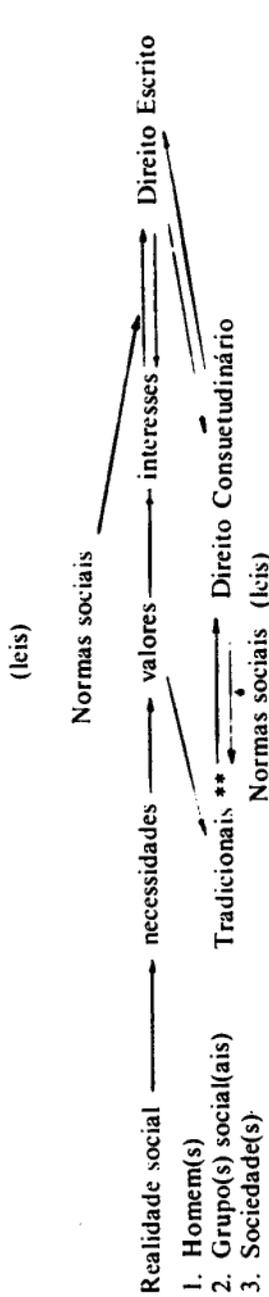
Tendo em conta a relação existente entre o Direito Escrito e o Direito Consuetudinário, o essencial para aquele, visto que é o que vigora nas instâncias oficiais (os Tribunais), é saber encontrar as vias de uma articulação dialéctica dos principais componentes de ambos os Direitos, uma vez que tanto os hábitos, os costumes, como devem ser considerados os valores tradicionais dessas sociedades, na medida do possível, na interpretação de normas jurídicas de qualquer conflito em termos do Direito privado, público, penal, etc.

Perante os problemas derivados da resolução dos conflitos inerentes aos valores tradicionais do Direito Consuetudinário através do Direito Escrito, é necessário uma articulação adequada dos elementos primordiais dos referidos Direitos, o que contribui para o colmatar de algumas das lacunas do Código Civil e Penal, evitando-se assim o desencadear de problemas de valores tradicionais do Direito Consuetudinário, acabando o próprio Direito Escrito por beneficiar dessa integração.

Quadro 1. VIABILIDADE DA DELINQUÊNCIA JUVENIL E PERSPECTIVAS DA SUA ERRADICAÇÃO



Quadro 2. PERSPECTIVAS DA JUSTIÇA NA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS, TENDO EM CONTA OS PRECEITOS DE AMBOS OS DIREITOS



* — Incógnitas que necessitam de uma solução com vista à eliminação das causas da delinquência juvenil.

** — Incógnita que necessita de uma solução jurídica com vista a eliminação dos entraves no relacionamento entre o Direito Escrito e o Direito Consuetudinário.

Notas

(1) A expressão é nossa. Reflecte uma visão conservadora dos defensores do Direito Escrito, que sua vez não dão importância às normas do Direito Consuetudinário.

(2) Dia, Oulimata

"L'Economie familiale et les valeurs traditionnelles Sénégalaises"

Ethiopiennes, Grande Imprimerie Africaine, Dakar, n.º 31, 1982, p. 24

(3) Fortes, Cristina

"Os direitos do homem — uma concepção africana"

África. Cooperativa de Edições e Impressão Gráfica, CRL. CRL, Lisboa, Ano II n.º 54, 1988, p. 5

(4) A ideia é nossa. Pretende demonstrar que algumas das normas das nossas sociedades tradicionais têm o carácter de leis. Portanto, sendo de cumprimento obrigatório sob pena de os infractores serem punidos de acordo com as disposições em vigor.

(5) Cabral, Amílcar

"A arma da teoria"

Volume I, Scara Nova, Lisboa, 1976, p. 80

(6) Brito, Eduíno

"A revogação do estatuto dos indígenas e o problema da sobrevivência dos estatutos de direito privado local nas províncias ultramarinas"

Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, Bissau, Volume XXI, 87, 1966, p. 182

(7) Brito, Eduíno

"O direito costumeiro e o conceito de personalidade"

Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, Bissau, Volume XX, n.º 79, 1975, p. 230

(8) Brito, Eduíno

Idem, p. 131

(9) Brito, Eduíno

"A revogação do estatuto dos indígenas e o problema da sobrevivência dos estatutos de direito privado local nas províncias ultramarinas"

Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, Bissau, Volume XX, n.º 82, 1966, p. 191

(10) Cabral, Amílcar

"A arma da teoria, unidade e luta"

Volume I, Scara Nova, Lisboa, 1976, p. 95

(11) Diop, Assane

"Problématique de la jeunesse Sénégalaise face à la société"

Ethiopiennes, Grande Imprimerie Africaine, Dakar, n.º 31, 1982, p. 41

(12) Colectivo de autores

"A Educação na República Democrática da Guiné-Bissau"

Novo Tipo, Lisboa, 1986, p. 24

INVESTIGAÇÃO DOS DISTÚRBIOS MENTAIS ENCONTRADOS NAS CRIANÇAS ATENDIDAS PELAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE NA GUINÉ-BISSAU

Joop T.V.M. DE JONG ()*

O estudo dos distúrbios mentais nas crianças exige investigação de casos concretos; é comparando os resultados com outras situações análogas noutras partes do mundo que se podem tirar conclusões que ajudem a procura de tratamentos para os vários tipos de distúrbios detectados.

Também um tratamento precoce desse tipo de doenças pode levar à recuperação, de modo a que se forme um adulto, se não curado, pelo menos com os seus problemas mentais controlados.

(*) Joop de Jong é psiquiatra, com larga experiência de prática profissional na Guiné-Bissau, onde dirigiu o Centro de Saúde Mental do Ministério da Saúde Pública.

Este artigo descreve uma investigação feita no âmbito dos distúrbios mentais de infância, nas regiões de Sul Quínara e Tombali e em Belém, um bairro de Bissau.

Uma investigação feita na Etiópia (Giel e al. 1969) revelou a prevalência de desordens mentais na infância, de 3% a 4% nas crianças de 0 a 9 e de 6% a 10% em adolescentes dos 10 aos 19 anos. Estes casos incluem incontinência urinária, epilepsia combinada com perturbações do comportamento, desordens psicossomáticas, distúrbios comportamentais, psicoses e atraso mental. Numa investigação feita numa aldeia do Sudão, 63% das crianças com idade compreendida entre os 3 e os 15 anos estavam, aparentemente, isentas de sintomas, 8% manifestavam calma, 20% moderação e 8% denunciavam sintomas que requeriam tratamento imediato (Baasher & Cederblad 1968).

Nas áreas urbanas de Blackburn e Londres, na Inglaterra, foram encontradas percentagens de 17,2% e 25% de moderadas e sérias desordens mentais (Leslie 1974, Rutter e al. 1975).

Numa pesquisa geral da população holandesa, 26% das crianças tinham perturbações mentais, das quais 7% tinham sérios distúrbios (Verhulst 1986).

O *"Who Collaborative study on Strategies for Extending Mental Health Care"* averiguou a frequência de perturbações mentais nas crianças sujeitas às facilidades dos cuidados primários de saúde, no Sudão, Filipinas, Índia e Colombia (Giel e al. 1981). Foram detectadas frequências de 12% a 19%.

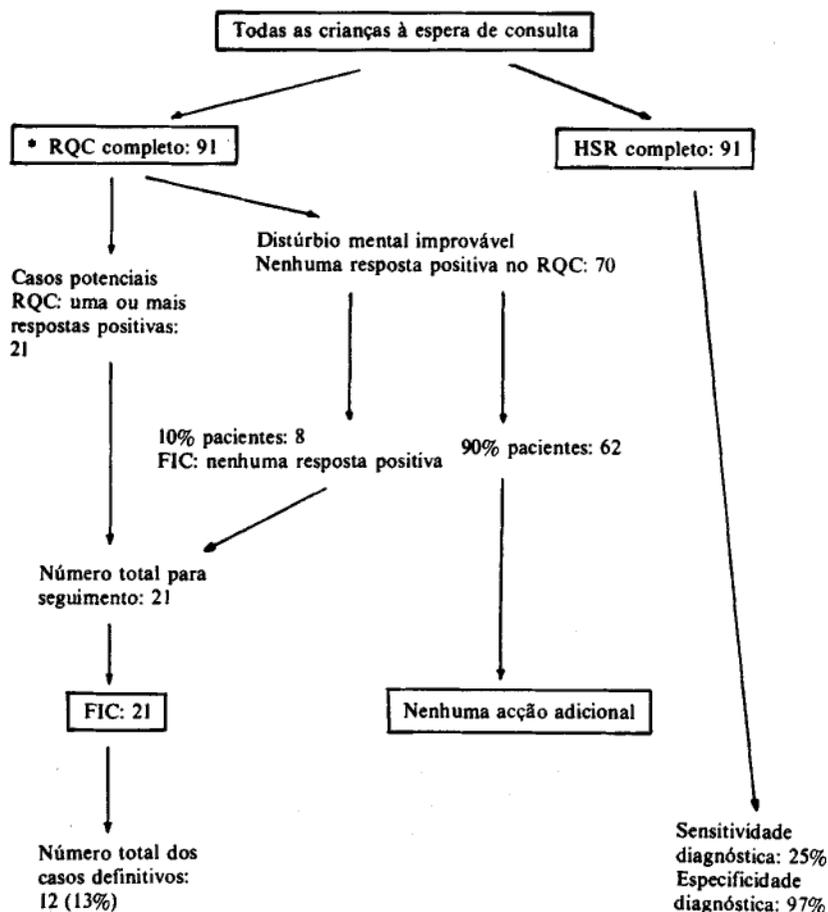
O nosso estudo no âmbito dos distúrbios mentais de crianças, centrou-se no estabelecimento do tipo e frequência das doenças mentais, confrontando os trabalhadores da saúde primária no seu trabalho diário. Adicionalmente nós quisémos testar a sua habilidade no diagnóstico da doença. A figura 1 mostra o diagrama com o processo de detecção do caso para crianças, e a comparação em relação à proporção de casos correctamente identificados pelos trabalhadores da saúde.

Método

Decidimos que qualquer criança que entrasse na clínica para cuidados ou qualquer problema de saúde, deveria ser incluída mais do que uma vez durante o período de selecção já que não são escolhidas uma segunda vez.

Em Belém, as crianças foram seleccionadas em dias consecutivos

Figura 1. O processo de detecção de casos para crianças e a comparação com a proporção de casos correctamente identificados pelos trabalhadores da saúde



RQC: **Reporting questionnaire for Children** (Reportagem questionário para crianças)

FIC: **Follow-up Interview for Children** (Entrevista de seguimento para Crianças)

* 60 crianças foram atendidas em Belém, um bairro de Bissau, e 31 em Quinara e Tombali.

até atingirmos um número de sessenta. Contudo, em Quinara e Tombali, somente seleccionámos 31 crianças, porque nos casos onde o tempo era limitado fez-se o fecho do processo de pesquisa num dia, centrando-nos mais nos adultos do que nas crianças.

A selecção foi levada a cabo em duas fases. A primeira consistiu em 10 questões que colocámos ao adulto que acompanhava a criança, com vista à detecção de casos potenciais. Esta fase foi executada quer por um sociólogo holandês quer por mim, em Quínara/Tombali, e por duas enfermeiras psiquiátricas, uma holandesa estudante em sociologia e por mim próprio, em Belém. As enfermeiras e a estudante receberam alguma formação prioritária no processo de selecção. O adulto acompanhante da criança foi interrogado pelo inquiridor da pesquisa a fim de fornecer um número de dados sócio-demográficos. Em seguida foi-lhe pedido para responder com “sim” ou “não” a 10 questões do “Reporting Questionnaire for Children (RQC)” que foram lidas em crioulo.

Foram as seguintes as questões:

- 1— É a linguagem da criança, de alguma forma, anormal?
(retardada, incompreensível, gaguejante)
- 2— A criança dorme pouco?
- 3— A criança teve alguma vez um desmaio ou caiu no chão sem qualquer razão?
- 4— A criança sofre ataques frequentes de dor de cabeça?
- 5— A criança foge de casa frequentemente?
- 6— A criança rouba coisas de casa?
- 7— A criança tem medo ou fica nervosa sem qualquer razão justificável?
- 8— A criança parece de qualquer forma atrasada ou lenta na aprendizagem, em comparação com outras crianças da mesma idade?
- 9— A criança nunca brinca com outras?
- 10— A criança “molha-se” ou “suja-se” sózinha?

Estas questões foram definidas pelo “Who Collaborative Study” a fim de se encontrarem os seguintes requisitos: que as questões fossem fáceis de perguntar e de responder, claras e relativas à conduta reconhecível ou às experiências da criança. Os entrevistadores foram instruídos para confirmar se a questão tinha sido ou não compreendida, antes de tomar uma decisão final em “sim” ou “não”.

Depois da criança ter sido vista ou examinada pelo técnico de saúde de acordo com a prática rotineira, foi-lhe pedido para comentar, da seguinte maneira, cada criança acompanhada:

Eu penso que este paciente tem:

- a) só um problema físico
- b) só um problema de saúde mental
- c) um problema de saúde físico e mental
- d) nenhum problema de saúde de qualquer espécie
- e) não posso fazer qualquer classificação

Durante esta colecta chamada “*Health Staff Rating*”(HSR ou “taxa da equipa de saúde”), foi pedido ao funcionário da saúde para que não se desviasse da sua clínica normal prática.

Depois do HSR ter sido completado, o entrevistador preencheu a ficha de registo da criança (RQC) com a ajuda do adulto acompanhante. A todas as crianças com uma ou mais respostas positivas no RQC foi-lhes pedido para esperarem por uma próxima entrevista. Este segundo encontro teve lugar no mesmo dia e consistia de uma entrevista semi-estruturada com o psiquiatra. Entrevista que inquiria os sintomas e sinais *standard*, sua duração e, se estes tinham estado presentes ou ausentes durante o último ano.

Os sintomas e diagnósticos foram registados no Fie de acordo com o método de classificação multi-axial desenvolvido por Rutter e al. (Rutter e al. 1975) (Fre-follow-up interview for children).

Um grupo de 10% das crianças que não responderam positivamente ao RQC, foi também entrevistado para provar a validade do método de acompanhamento, conforme mostra a figura.

As crianças deste grupo que tinham problemas mentais foram incluídas nos cálculos de avaliações mórbidas. Os informadores — chave indicaram crianças com problemas mentais. Os resultados das entrevistas deste grupo são apresentados em seguida.

Resultados

Frequência de distúrbios mentais nas crianças.

Os números e percentagens de crianças seleccionadas em Quínara-/Tombali e Belém estão descritos no quadro 1.

QUADRO 1— CRIANÇAS INCLUÍDAS NA SELECÇÃO POR IDADE

| idade (anos) | masculino (n=46) % de N=9 | feminino (n=45) % de N=9 |
|--------------|------------------------------|-----------------------------|
| 5 — 7 | 24 | 20 |
| 8 — 10 | 12 | 12 |
| 11 — 14 | 13 | 17 |
| 15 | 1 | 1 |

O nível global de morbidez mental entre os dois grupos detectados pela segunda fase do processo de selecção com as outras 4 áreas de estudo, está exposto no quadro 2.

QUADRO 2. — MORBIDEZ MENTAL DETECTADA PELA SEGUNDA FASE DO PROCESSO DE SELECÇÃO

| Área de estudo | Crianças Seleccionadas | Crianças com RQC positivo itens seguintes | | | Morbidez (****) detectada |
|----------------|------------------------|---|--------------------------|---------------------------|------------------------------|
| | | Total(*) | 1.ºaxis(**) distúrbio | 2.ºaxis(***) distúrbio | |
| | N (100%) | Abs (%) | Abs (%) | Abs (%) | Abs (%) |
| Guiné-Bissau | 91 (100%) | 21 (23%) | 11 (12%) | 4 (4%) | 12 (13%) |
| Colômbia | 286 (100%) | 117 (41%) | 83 (29%) | 29 (10%) | 84 (29%) |
| Índia | 151 (100%) | 39 (26%) | 30 (20%) | 17 (12%) | 33 (22%) |
| Sudão | 250 (100%) | 27 (11%) | 26 (10%) | 6 (2%) | 29 (12%) |
| Filipinas | 238 (100%) | 68 (29%) | 34 (14%) | 5 (2%) | 36 (15%) |

* todas as crianças com um ou mais itens positivos no RQC qualificados para seguimento/controlado

** primeiro axis=síndrome clínico psiquiátrico

*** segundo axis=diminuição intelectual

**** morbidez detectada pelas duas fases do processo de selecção.

Algumas crianças tinham distúrbios centrais tanto no primeiro como no segundo.

A frequência dos síndromas clínicos psiquiátricos, incluindo atraso, variou entre 12% no Sudão e 29% na Colômbia. A Guiné-Bissau ficou em segundo com 13% de morbidez.

Os 4% de atraso mental nas crianças da Guiné-Bissau, está entre os 2% do Sudão e os 10% e 12% da Colômbia e Índia respectivamente. Somente encontramos um caso de atraso mental sem uma associação clínica de síndrome psíquico.

Bem como noutras áreas de estudo, a maior parte dos problemas emocionais e de comportamento são encontrados por ocorrência. Não encontramos quaisquer psicoses de infância. Os sintomas modelo encontrados estão sublinhados no quadro 6.

Avaliação da equipa de saúde

Se considerarmos os dados mencionados no Quadro 2 como um critério, a percentagem dos dados diagnosticados pelos técnicos de saúde primária é baixa: nem um único paciente foi diagnosticado como tendo somente problemas de saúde mental, visto que (1%) foram diagnosticados como tendo problemas mentais e físicos.

A taxa de 1% é inferior a outras percentagens encontradas nas outras áreas de estudo: 5,9% na Colômbia; 4,6% na Índia; 1,2% no Sudão e 11% nas Filipinas.

O quadro 3 compara as taxas de diagnóstico dos técnicos de saúde primária, que transferidas para o psiquiatra, seguem para a 2.ª selecção do processo de acompanhamento.

QUADRO 3—DIAGNÓSTICO DOS TÉCNICOS DE SAÚDE PRIMÁRIA COMPARADO COM A DETECÇÃO DO CASO PELO PROCESSO DE PESQUISA

| Deteção do caso por duas etapas | Diagnóstico pelos trabalhadores da saúde primária | | Total |
|---------------------------------|---|---------------------------|-----------|
| | presença de doença mental | ausência de doença mental | |
| caso | 1 | 11 | 12 |
| não — caso | 2 | 77 | 79 |
| Totais | 3 | 88 | 91 |

Tal como para a selecção de adultos, calculámos as taxas de sensibilidade e especificidade dos resultados dos trabalhadores de saúde.

A taxa de sensibilidade foi de $1/12 \cdot 100 = 8.3\%$ (a média das outras áreas de estudo estipuladas foi de 15,2%).

A taxa de especificidade foi de $77/79 \cdot 100 = 97\%$ (a média das outras áreas estipuladas foi de 96,4%). Este nível elevado de resultados específicos resulta, em parte, da tendência dos trabalhadores de saúde em diagnosticar muitos poucos casos de perturbações mentais. A única criança com perturbação mental (epilepsia), reconhecida como tal pelo trabalhador de saúde, vivia na área de estudo Sul. Isto veio reforçar a nossa opinião prévia de que o nosso programa de formação deverá centrar-se primeiro na sensibilidade do diagnóstico dos trabalhadores de saúde primária.

Sintomas

Os resultados do RQC mostram o tipo de sintomas das crianças diagnosticadas como tendo perturbações mentais.

O quadro 4 mostra a percentagem de respostas positivas para cada item RQC, de acordo com o detectado e confirmado pela segunda fase do processo de selecção.

O "poder discriminatório" de cada item pode ser calculado através da divisão da frequência de respostas positivas por casos, e através da

QUADRO 4. PERCENTAGEM DE RESPOSTAS POSITIVAS EM CADA ITEM DO RQC PARA TODOS OS CASOS (CONFORME O DETECTADO E CONFIRMADO NAS DUAS FASES DO PROCESSO DE SELECÇÃO)

| Item | Quinara Iombali B.lem Guiné-B (n=12) | União d. Vivenda Popular Colômbia (n=84) | Raipur Rani India (n=33) | Shangara Jebel Awlia Sudão (n=26) | Sampaloc Filipinas (n=36) |
|---------------------------------|--|--|-----------------------------------|---|---------------------------------|
| 1.Perturbações de linguagem | 17 | 18 | 24 | 19 | 28 |
| 2.Perturbações de sono | 8 | 35 | 27 | 19 | 28 |
| 3.Desmaios ou quedas | 17 | 7 | 12 | 4 | 8 |
| 4.Dores de cabeça frequentes | 42 | 48 | 33 | 31 | 31 |
| 5.Fugir de casa | 0.0 | 7 | 3 | 8 | — |
| 6.Roubar de casa | 0.0 | 12 | 3 | — | 9 |
| 7.Nervos | 25 | 58 | 30 | 19 | 36 |
| 8.Atrasada | 8 | 43 | 39 | 8 | 44 |
| 9.Nunca brinca com as outras | 17 | 5 | 0.0 | 8 | 11 |
| 10.Molhar/sujar (incontinência) | 25 | 23 | 18 | 42 | 8 |

frequência de respostas positivas para não-casos. Os itens estão colocados em ordem de poder discriminatório para cada área no quadro 5.

Olhando para as respostas positivas dos itens RQC, os quais não indicam crianças com doenças mentais no “follow-up”, na Guiné-Bissau “dores de cabeça frequentes” e “nervos”, verificamos que se elevam mais, com respectivamente, 10 e 8 respostas falsas e positivas. Todos os outros itens RQC resultaram em duas ou numa resposta falsa positiva.

Relativamente à selectividade do RQC tentámos avaliar se este seleccionava casos, atendendo ao tipo de doenças, ou se questões específicas cobrindo desordens específicas. As três crianças que marcaram positivamente, considerando somente “molhar/sujar”, sofriam de enuresis como mostra a classificação final do diagnóstico. As duas crianças que marcaram positivamente, sómente considerando “desmaios ou quedas”, ambas tinham ataque (assim, só um destes casos provou estar com convulsões febris). Uma criança que apenas marcou positivamente atraso manifestou subanormalias mentais e outra criança com uma única marcação positiva em “distúrbios da fala” tinha deficiências de conversa e linguagem no “follow-up”.

Estes dados mostram que as questões do RQC “molhar/sujar”, “desmaios/quedas”, “atraso” e “perturbações da fala”, cobrem distúrbios psíquicos na Guiné-Bissau como o confirma a pesquisa feita pelo psiquiatra. Os outros itens RQC elucidam poucas respostas específicas, o que não é uma surpresa visto que as desordens “corresponding”, como anomalias de conduta ou de personalidade, estão definidas de uma forma menos clara. Isto está exposto no quadro 6 o qual apresenta a idade e o sexo dos pacientes, itens RQC positivo, taxas estipuladas para a classificação multi-axial de Rutter et., bem como duração e severidade dos sintomas.

As entrevistas com os informadores chave

Os informadores chave de Belém indicaram 7 crianças com problemas de saúde mental que foram conseqüentemente examinadas pelo psiquiatra. Três crianças mostraram um moderado atraso mental e uma delas sofria também de convulsões generalizadas de epilepsia. Duas crianças eram profundamente retardadas, uma com convulsões epiléticas generalizadas e a outra em vias de ficar muda. A sexta criança tinha uma conversa anormal e a sétima sofria de convulsões generalizadas de epilepsia.

QUADRO 5. RQC ITEMS NA ORDEM

| Guiné-Bissau | Colômbia |
|----------------------------|----------------------------|
| Distúrbios de linguagem | Distúrbios de sono |
| Molhar/sujar | Molhar/sujar |
| Distúrbios de sono | Atraso |
| Desmaios/quedas | nervos |
| Atraso | Desmaios/quedas |
| Nunca brinca | Distúrbios de linguagem |
| Dores de cabeça frequentes | Nunca brinca com os outros |
| Nervos | Dores de cabeça frequentes |
| Fugir de casa** | |
| Roubar de casa | Fugir de casa |

* Itens juntos por ligações igualmente marcadas nas respectivas áreas de estudo

No nosso estudo do Sul, os informadores chave indicam duas crianças com convulsões generalizadas de epilepsia e uma outra com enuresis.

Discussão

Como pode ser analisado através da comparação com as áreas de estudo, da OMS, o número de crianças que seleccionámos é limitado. De um ponto de vista estatístico não podem ser atiradas conclusões definitivas. No entanto, podemos retirar as seguintes indicações acerca dos resultados:

- 1 — 13% das crianças atendidas pelos cuidados primários de saúde, em Quínara/Tobali e Bissau, tem problemas de saúde mental. Visto que a distribuição de rapazes e raparigas foi igual, por razões desconhecidas, 80% da crianças com problemas mentais são raparigas;

DO PODER DESCRIMINATÓRIO

| Índia | Sudão | Filipinas |
|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Atrasado | Molhar/sujar | Nervos |
| Perturbações de sono | Dores de cabeça frequentes | Nunca brinca |
| Nervos | Distúrbios de linguagem | Atraso |
| Desmaios/ quedas | Distúrbios de sono | Molhar/sujar |
| Dores de cabeça frequentes | | Roubar frequentemente |
| Molhar/sujar | Fugir de casa | Dores de cabeça frequentes |
| Distúrbios de linguagem | Nunca brinca com os outros | Distúrbios de linguagem |
| Roubar de casa | Atraso | Desmaios/ quedas |
| | Fugir de casa | Desmaios/ quedas |
| | Perturbações de sono | Roubar de casa |
| | Nunca brinca com os outros | |
| | Fugir de casa | |

** Estes não foram mencionados na Guiné-Bissau

- 2 — 10% do grupo de crianças de Belém sem itens positivos de RQC provou não ter problemas mentais quando acompanhados pelo psiquiatra no follow-up;
- 3 — É possível fazer perguntas, lidas em crioulo, ao adulto que acompanha a criança e, desta maneira deduzir as respostas atendendo aos problemas complicados de saúde mental da criança. Contudo, o significado dessas respostas nem sempre é evidente.

Estas podem ser vistas como uma informação primária acerca de sintomas e, por esse motivo, conduzir a diagnósticos de distúrbios específicos. Este parece ser o caso que se passa com questões como “molhar/sujar”, “desmaiar/cair”, “atraso” e “perturbações de linguagem”. Relativamente a “desmaios” e “atraso”, isto acorda com os resultados das quatro áreas de estudo da OMS (Giel et al.).

Todavia, em contraste com essas áreas de estudo, encontramos em

QUADRO 6. ITEMS RQC POSITIVOS. ESTATÍSTICAS DE ACORDO COM CLASSIFICAÇÃO DE RUTTER E AL..
PERMANÊNCIA DA SEVERIDADE DE TODOS OS SINTOMAS PARA TODOS OS CASOS DETECTADOS E CONFIRMADOS NA 2.ª FASE DO PROCESSO DE SELEÇÃO.

| idade | sexo | RQC itema | 1.º axis (síndroma clínico psiquiátrico) | 2.º axis (nível intelectual) | 3.º axis (factores biológicos) | 4.º axis (factores psico) | Duração c/ os sintomas | Severidade dos sintomas nos anos precedentes | |
|-------|------|---|---|------------------------------|--|-----------------------------|------------------------|--|--------|
| 11 | F | 1. perturbação de fala perturbação do sono dores de cabeça frequentes nervos | 3. O distúrbio de conduta | 0. normal | 0.1 malária | 4. pressão do meio ambiente | 36 meses | moderada | |
| 5 | F | 2. dores de cabeça frequent. nunca brinca c/ outras crianças | 3.0 distúrbio de conduta | 0. normal | | dor de cabeça depois da | 1. castigado pela mãe | 18 meses | suaves |
| 13 | F | 3. desmaios ou quedas, dor de cabeça | | 1. leve atraso | malária dor de cabeça. Convulsões febris | 5. trauma de separação | 12 meses | severos (dor de cabeça) | |
| 10 | F | 4. atraso | 9.0 só subnormalia mental | 2. atraso moderado | 5 micro cefaleia | 0. esgotamento escolar | 36 meses | moderada | |
| 5 | M | 5. nunca brinca c/ outras | 6.0 desordens de personalidade | 0 | 0.6 dores abdominais 0.8 agitação na cabeça | 0 | 48 meses | suaves | |
| 5 | F | 6. perturbação da fala | 2.2 desordens de fala e linguagem | 0 | 0.1 malária | 4. pressão do meio ambiente | 36 meses | moderada | |
| 6 | F | 7. nervosismo | 2.3 outros distúrbios específicos de aprendizagem | 1. leve atraso | 0.1 malária | 5. trauma de separação | 36 meses | moderada | |
| 8 | M | 8. incontinência | 2.5 enuresis | 0 | | | | | |
| 9 | F | 9. desmaios ou quedas dores de cabeça frequentes | 2.5 enuresia | 0 | 0 | 36 meses | moderada | | |
| 13 | F | 10. dores de cabeça frequentes | 9.0 só subnormalia mental | 1. leve p. raso | 8.2 epilepsia convulsa generalizada | 0 | 36 meses | moderada | |
| 9 | F | 11. incontinência | 2.5 enuresis | | 0.1 coriunc. | 0 | 108 meses | severa | |
| 7 | F | 12. incontinência | 2.5 enuresis | | 7.7 atraso crescim. 0.1 conjunc. | 0 | 84 meses | severa | |

“distúrbios de conversação” respostas muito específicas, visto que, “nervos” e “dores de cabeça frequentes” parecem assim menores.

As respostas positivas podem também ser vistas como uma oportunidade de lamentar-se, i.e. para manifestar doenças de comportamento. Para alguns dos que se queixam é um meio de fazer frente, uma tentativa de se fazer instável, provocando uma situação mais maneável para a pessoa que se encontra em dificuldade (Mechanic 1966). A experiência com o SRQ na Etiópia (Kortman 1985) indica que muitas destas questões subtraem comportamentos de doenças de doentes que estão muito mais doentes, sendo estas muitas vezes ilusórias em relação ao diagnóstico. Por sua vez, oferecem oportunidade às pessoas que não estão doentes de se queixarem acerca da sua pobreza ou até de divergências em relação à situação política.

Vendo as coisas sob esta perspectiva, tanto o RQC, como o SRQ, podem classificar as doenças de comportamento tanto quanto à doença, com os riscos óbvios de registar respostas copiadas por qualquer coisa, ou então, uma condição médica verificável. No último caso o número de questões podem ser mais importantes do que o seu conteúdo específico. Analisando a relação entre o número de respostas positivas RQC e o número de casos diagnosticados pelo psiquiatra, não encontramos para isso qualquer suporte evidente.

O RQC parece ter validade de diagnóstico e nos casos em que parece menos específico, este é considerado tanto como uma definição de síndrome clínico como tendência em estimular os pais a se queixarem dos filhos.

4 — Os funcionários de saúde diagnosticam poucos problemas de saúde mental, i.e., 99% dos problemas de saúde mental da infância não são reconhecidos a nível dos centros de saúde;

5 — Para a formação dos trabalhadores de saúde, concluiu-se que “distúrbios de fala”, “molhar/sujar” e “atraso” são os pontos mais importantes, que deverão ser estudados mais profundamente com vista a detectar as perturbações mentais. A “dor de cabeça” pode ser meio útil para a selecção de problemas psíquicos.

6 — encontramos 4% de crianças atrasadas mentais e só um caso de atraso mental sem associação de síndrome clínico psiquiátrico.

Os vários factores sócio-culturais, que podem ocorrer de uma ou outra forma em muitas partes de África, contam para a baixa frequência de atrasos mentais.

Um destes factores é o infanticídio, que tem sido indicado nos

gêmeos recém-nascidos e bebês ou crianças mal-formadas ou com aberrações, tanto na África Central, Oriental e Ocidental (Carreira 1971, Lévy-Bruhl 1921). Isso pode acontecer com qualquer atrasado, deformado, apático, cambaleante, albino, criança monstra ou mongolóide, com crianças que tenham nascido com os dentes de cima, ou que quebram primeiro os dentes de cima, ou em crianças que sobrevivam às suas mães após o parto, ou crianças cujas mães têm contacto com espíritos maus.

De acordo com Carreira (ibid.), na Guiné-Bissau só o papel, manjaco, mancanha, (brame), balanta e mansonca seguem esta prática. O manjaco, por sua vez, sacrifica uma ou duas das suas crianças gêmeas, devendo depois a família destruir a casa e mudar para outro lugar.

Em muitas ocasiões, ouvi dizer que um dos gêmeos foi abandonado num lugar perto da aldeia a fim de impedir os espíritos de matar os seus pais.

Ainda hoje, no interior da Guiné-Bissau, pode acontecer que crianças pertencentes às categorias acima mencionadas, sejam tratadas como se segue:

“a criança é abandonada à beira da bolanha, uma cabaça com comida, um ovo e cana, são deixados com a criança; no dia seguinte a família volta ao local; se a criança desapareceu é evidente que não era um ser humano, tendo sido levada pelos espíritos a cuja geração pertencia; se por acaso, a cabaça desaparece, o espírito da água admite que a criança é humana e crescerá normalmente”.

Mas muito à parte destes costumes um tanto exóticos, o atraso mental tem consideravelmente muito menos chances de sobreviver e.g., devido à falta de cuidados por parte dos seus pais, no caso de doença ou negligência em virtude da sua percepção de criança como “feiticeira”.

“uma mulher velha que leva o seu neto profundamente retardado ao Centro de Saúde Mental, disse-nos que a sua filha, professora do ensino secundário, nunca olhou para a sua filha, lamentando que era um feiticeiro”.

A conclusão tirada da baixa percentagem de crianças atrasadas mentais, é que estas são mais tratadas pela população ou no sector local dos cuidados de saúde, do que no sector profissional. Qualquer destes factores, ou a combinação deles pode explicar a razão pela qual

encontrámos tão poucos casos de crianças atrasadas mentais, com a ajuda dos informadores “chave” em Belém.

Planos de saúde e de educação, em ambos os domínios, deve ser um dos objectivos para técnicos que devem estar conscientes da existência deste grupo de crianças, a fim de lhes dar um suporte psicológico, médico e pedagógico adequado.

REFLEXÕES SOBRE AS DINÂMICAS ASSOCIATIVAS E COMUNITÁRIAS NA GUINÉ-BISSAU

Eric SABOURIN

*“A Guiné-Bissau não fez ainda a sua escolha definitiva sobre a questão da organização das bases rurais”
Esta problemática conduz ao estudo de experiências já realizadas, os seus pontos fortes e suas fraquezas e dentro deste contexto esta é uma contribuição para se definir uma estratégia comum sobre a integração dos sistema cooperativo e associativo no sistema de organização global da Guiné-Bissau.*

Introdução

Antes de desenvolver alguns exemplos e reflexões sobre essa temática, a partir da experiência do IRFED em matéria de desenvolvimento rural na Guiné-Bissau, podemos tentar situar a problemática da reflexão que nos interessa aqui.

Trata-se da análise de elementos que poderão contribuir para definir :

- 1 — uma política de desenvolvimento a partir das estruturas de base;
- 2 — uma estratégia de intervenção junto da rede comunitária das tabancas e, em particular, um sistema de organização das bases camponesas ou rurais:
 - em função de objectivos de desenvolvimento da actividade económica: obter melhores resultados, a nível da produção, da transformação, da distribuição e do abastecimento.
 - em função de uma melhor inserção das actividades rurais na economia nacional.
 - em função do contexto sócio-económico nacional, regional e internacional.

A Guiné-Bissau não fez ainda a sua escolha definitiva sobre a questão da organização das suas bases rurais.

Existem já vários tipos de experiências no continente africano e mesmo nos países lusófonos de África como:

- Cooperativas em Cabo Verde, no Benin, Angola ou Senegal
- “Aldeias Comunais” em Moçambique;
- “Ujaama Village” na Tanzânia;
- Associações de produtores (“groupements villageois”) no Mali, etc...

Mesmo na Guiné-Bissau existe uma série de pequenas experiências mais ou menos espontâneas ou enquadradas, mais ou menos apoiadas, das quais todos ouvimos falar, mas que são de facto ainda pouco conhecidas e analisadas⁽¹⁾: a partir de algumas dessas referências e da experiência do IRFED com alguns projectos no meio rural, queremos interrogar-nos:

- Primeiro, sobre a necessidade da definição e da aplicação de uma política de organização das bases rurais (do ponto de vista do Estado, e do ponto de vista das tabancas, da população);
- Segundo, sobre o tipo de estruturas em vigor nas tabancas e nos sistemas de produção camponeses;
- Terceiro, sobre a compatibilidade ou as relações que podem existir entre essas estruturas camponesas actuais (muitas vezes qualificadas de tradicionais, por referência às suas origens

ancestrais e autóctones) e as estruturas de alguns modelos de organização económica de carácter mais moderno e originários de economias europeias, como as cooperativas ou as associações de produtores.

Através do projecto de criação dos Centros de Educação Popular Integrada (CEPI) iniciado em 1977 pelo Comissariado de Estado da Educação Nacional tentou-se apoiar a intervenção para o desenvolvimento rural sobre a realidade das estruturas comunitárias das tabancas Balantas, Nalu, Manjacas, Mandingas, Fulas, etc...

Já no fim do seu primeiro ano de funcionamento, o CEPI preocupou-se com a questão da criação de alternativas de integração dos jovens escolarizados na vida económica do meio rural. Após a saída da primeira promoção de antigos alunos do CEPI, foi lançada a ideia de organizar unidades de produção ou projectos económicos, a partir de associações de "antigos alunos".

Por várias razões, as primeiras experiências de criação de Pequenas Unidades de Produção em meio jovem, com antigos alunos, em 1980-81, durante a interrupção da assistência técnica, fracassaram.

O CEPI sempre teve a consciência de que essas dificuldades tiveram a sua origem em dois factores principais:

- A carência de uma estrutura de apoio específico;
- Os problemas de integração ou adaptação dessas estruturas novas (associativas, ou pré-cooperativas) às estruturas comunitárias das tabancas.

Quer dizer que existia ainda uma falta de conhecimento mais completo ou de compreensão do sistema comunitário camponês e da dinâmica social das actividades económicas dos diferentes grupos de população por parte do projecto.

Portanto, na sua segunda fase (1981-1984) o projecto desenvolveu duas linhas de trabalho, para além das acções de educação dos jovens, formação de quadros e de animação da comunidade.

- Uma linha de pesquisa aplicada em meio camponês na região de Tombali junto do DEPA (Departamento da Pesquisa Agrícola, MDR).
- Uma linha de criação de Pequenas Unidades de Produção integradas no meio rural do sector de Canchungo (Projecto UPAA).

Depois do fim do projecto CEPI, o projecto de pesquisa camponesa tem dado lugar à experimentação de alternativas e metodologias de estudo dos sistemas de produção camponeses na região de Tombali que talvez possam contribuir hoje para a constituição de referências a nível da região ou do país.

Primeiro apresentamos algumas observações relativas ao projecto de Criação de Unidades de Produção com os antigos alunos na sua fase inicial (1982/1984).

I — As experiências de desenvolvimento comunitário e a criação de novas unidades de produção:⁽²⁾

1.1. As razões dessa estratégia:

Porque é que o CEPI, projecto de educação e formação se preocupou com a criação de unidades de produção?

Antes de tudo pela sua própria concepção, pois o CEPI tinha entre os seus objectivos as funções de animação social para o desenvolvimento, o que compreende a animação económica.

Por outro lado, pela preocupação com o futuro dos alunos, dos jovens escolarizados num contexto já marcado pelo início do êxodo rural.

- Esses jovens nos Centros de Educação adquiriram novas atitudes face ao ambiente físico e social, e novos conhecimentos para interpretar os fenómenos e desenvolver alternativas. Era, pois, preciso encontrar aplicações.
- Também era fundamental que esses jovens, ex-alunos, pudessem participar de actividades criativas, que os impedissem de cair num processo de não-escolarização total.

Nesse contexto, o CEPI, que fazia parte da Educação Nacional, vias nestas actividades uma maneira de desenvolver um processo de “educação permanente”. Com isto, buscava eixos de formação “fora da escola”, mas que fossem recuperáveis dentro do sistema, pela hierarquia escolar.

1.2 — A Integração comunitária:

Na concepção do CEPI, a introdução de uma nova actividade económica na tabanca, sobretudo no meio dos jovens, devia ser negociado com o conjunto da população da comunidade.

Em particular, deviam ser discutidos temas sobre as alternativas de investimento: colectivo, comunitário e público (crédito, poupança, etc.).

De facto, como se trabalhava num meio estritamente rural e camponês, as novas actividades económicas não deviam introduzir novas divisões do trabalho “não agrícolas” (ou “não rurais” como o artesanato):

- De acordo com o contexto da tabanca, era preciso procurar as modalidades a diferentes níveis:
 - emprego do tempo nas novas produções adaptado ao calendário cultural;
 - comercialização da produção;
 - investimento, poupança, crédito;
- de maneira que se adaptassem ou que pudessem integrar-se no universo camponês local.

Era necessária, a esse nível, uma pesquisa aplicada, antes de propor qualquer tipo de inovação ao nível dos sistemas de produção locais.

Surgiu, entre outras, a ideia de realizar uma pesquisa camponesa sobre os sistemas de produção e as alternativas de desenvolvimento.

Outra necessidade que pareceu indispensável para assegurar a promoção de unidades de produção foi a criação de estruturas de apoio⁽³⁾

- um apoio técnico, com base numa procura de tecnologia adequada;
- um apoio à gestão com uma formação adaptada (de tipo permanente ou alternado);
- um apoio à procura e identificação de matérias-primas a partir dos recursos locais;
- um apoio para o estudo e a análise do mercado, o “marketing” e a procura de formas de saída e distribuição dos produtos.

Uma das ideias de base dessa experiência que foi também desenvolvida no projecto de pesquisa camponesa era chegar a conhecer melhor o espaço económico e as relações económicas dentro das tabancas e entre as tabancas, uma vez que uma das preocupações do “desenvolvimento local” é criar uma série de círculos de produção e redes de comércio e de redistribuição entre as tabancas, de modo a aumentar a

densidade das relações económicas entre os grupos e subgrupos da população da pequena região, a partir de meios e recursos reprodutíveis localmente, antes de se pensar em procurar os meios externamente ou através de relações de troca desfavoráveis.

Era uma forma de resposta à lógica do desenvolvimento autocentrado:

- intensificar a rede de relações e os circuitos económicos internos;
- desenvolver a auto-suficiência (self-reliance) ou a autonomia nos limites das possibilidades locais ou regionais, antes de sair.

1.3 — O exemplo da organização da Unidade de Produção de Cerâmicas em Calequisse

A partir de 1982, no sector de Canchungo, tentou-se integrar os jovens escolarizados (do CEPI, do EBC, ou até do liceu) através da organização e do melhoramento da produção e da comercialização de actividades artesanais tradicionais ou novas, das tabancas. Uma dessas experiências tomou a via “comunitária”.

Na tabanca de Calequisse, existia tradicionalmente uma comunidade de mulheres ceramistas. Para resolver problemas de comercialização no mercado regional e nacional, algumas inovações foram propostas às cerâmicas, pelo projecto:

- introdução de fornos, do torno;
- construção de um armazém, de uma loja, etc.
e asseguradas pelos antigos alunos.

O sucesso da operação vem do facto de que não se pretendeu propor ou impor estatutos ou regulamentos às mulheres ceramistas. A associação foi organizada por elas, segundo as suas normas e regras de funcionamento. Isto foi possível na medida em que as próprias mulheres controlaram essas inovações e a sua introdução; em particular, foi importante respeitar os estatutos da profissão, que dependem de normas de aprendizagem, iniciação e integração comunitária.⁽⁴⁾

Por exemplo, os rapazes foram aceites na medida em que não se ocupavam da produção de cerâmicas tradicionais (estatuto de produção feminino) mas somente de mosaicos, da construção de fornos e do armazém.

As jovens raparigas familiarizadas com as técnicas do torno e do forno, mas vindas de tabancas vizinhas, foram integradas uma vez que aceitaram o estatuto local de “mulher/ceramista”, e participaram na aprendizagem das técnicas tradicionais, em troca da vulgarização das inovações que dominavam (torno, forno, etc.). Também não foram criadas estruturas aos antigos alunos, pelo contrário, procurou-se uma modernização dos estatutos tradicionais, através da integração dos jovens na comunidade de ceramistas.⁽⁵⁾

Podemos citar também a experiência similiar da associação de mulheres para a produção de sabão na tabanca de Cadjekute, onde os antigos alunos tiveram um papel de organização e de formação.

Na região de Cacheu, dada a importância da emigração masculina, existe um terreno favorável para a introdução comunitária da inovação técnica nas actividades femininas, e a promoção de alternativas produtivas, através da organização de associações de mulheres ou de novos estatutos integrados à comunidade rural. Citamos também a produção de sal em são Domingos e de hortaliças em Varela e Suzana.

A questão do resultado produtivo e económico será, de todas as maneiras, mais determinante para o desenvolvimento local ou nacional, que qualquer tipo de estatuto empresarial ou cooperativo, de enquadramento nacional, sobretudo se for inspirado de modelos europeus que não chegaram ainda a demonstrar a sua validade e adaptabilidade às realidades africanas (quando não as estruturas camponesas em situação de transição, de uma maneira geral).

II — Uma tentativa de análise da realidade

II.1 — Contribuição para a compreensão dos sistemas de produção camponeses

II.1.1. — O Projecto de Pesquisa Camponesa na região de Tombali (DEPA-MDRP)

Na sequência da segunda fase do projecto CEPI, e a partir do diálogo estabelecido com os jovens rurais e os camponeses do Sul, em particular os rizicultores balantas, foi precisada a necessidade de organizar uma estrutura de pesquisa aplicada em meio camponês. Os quadros do DEPA e do CEPI coincidiram com essa preocupação comum, em particular dada a importância da produção rizícola nas

regiões do Sul, para o país, e a ausência de estrutura de vulgarização (extensão rural) do M.D.R. na zona, sobre essa produção.

A experiência começou no ano de 1984, a partir de algumas tabancas Balantas, Nalu e Sosso da baía do Rio Cumbija depois de uma fase de estudos preliminares nas tabancas Balantas de Cantone e Matofaroba (1982/1983).

O principal objectivo desse programa é o estudo em conjunto com os camponeses do sistema de produção local com vista à procura e experimentação de alternativas técnicas adaptadas ao desenvolvimento da produção agrícola.

A formação, a organização e a experimentação em meio camponês permitem produzir novos resultados de pesquisa aplicada em meio real (novas referências técnicas em meio camponês) e permitem preparar a produção de acções dos ciclos de um sistema de Pesquisa/Desenvolvimento a partir da base.⁽⁶⁾

Um dos resultados do trabalho com as tabancas Balantas, Nalu e Sosso do sector de Cubucaré, é de ter chegado a mostrar que longe de ser "arcaicos", os sistemas de produção camponeses são mais extensivos. Alguns podem ser considerados como sofisticados, bastante complexos e mesmo abertos à evolução e à inovação técnica. O problema hoje é de encontrar as vias para tais sistemas poderem passar a gerir unidades ou meios de produção considerados "modernos": isto é, com alternativas adaptadas, tecnicamente, economicamente e socialmente às estruturas locais e, portanto, com as acções de informação e formação (vulgarização) necessárias. É, entre outros, o caso do sistema Balanta de orizicultura de bolanha salgada.

Nesse sentido podemos notar certas características de comportamento económico nas comunidades camponesas do Sul, em particular acerca dos mecanismos que podem motivar o desenvolvimento da produção, preocupação essencial para o país. Nesse processo, foi evidenciado um facto importante: a existência de uma dinâmica sócio-económica comunitária, que corresponde a permanência e, por vezes, ao desenvolvimento de uma lógica económica próprias às estruturas e aos valores africanos, muitas vezes oposta aos valores e mecanismos da economia de mercado ocidental (essa última sendo regida pelas leis do intercâmbio, da concorrência pela privatização) na qual o poder depende essencialmente da acumulação; quando, ao contrário, a economia comunitária africana aparece, ainda animada pela força da solidariedade (ou reciprocidade) e da redistribuição que assegura o prestígio, fonte de autoridade e poder.

II.1.2 — *Como funciona o sistema de produção na economia camponesa comunitária*

a) *A TABANCA e as unidades domésticas*

A comunidade rural é a unidade sócio-cultural mais importante do sistema camponês; representa o lugar de concentração de várias unidades domésticas em geral reunidas por relações étnicas e laços de parentesco. A maioria das tabancas são monoétnicas, mas, desde a independência, com a livre circulação das pessoas e a intensificação das relações sócio-económicas, foram desenvolvidas formas de complementaridade inter-étnicas:

Por exemplo, no sector de Cubucaré podemos encontrar tabancas (ou moranças no seio das tabancas) Nalus (os primeiros ocupantes da zona, “donos da terra” no Sul), Balantas (vindos do Norte no início do século para abrir e cultivar as bolanhas), Mandingas, Fulas, Djankas e Tendas (chegados mais recentemente e valorizando terras de planalto com os cultivos pluviais e a fruticultura) e algumas tabancas Sossos (vindos da actual Guiné-Conakry, fruticultores) ou até moranças Bijaços, Manjacas (furadores de vinho de palma, colheita de chabeu, etc.) e comerciantes Fulas (Djilas) isolados ou ambulantes.

A tabanca é, pois, o lugar onde se encontram organizadas as unidades familiares ou domésticas (as moranças) e o espaço cultivado.

Ela representa o nível comunitário de gestão desse espaço agro-silvo-pastoral, dos territórios agrícolas, por exemplo das bolanhas do mato.

Por outro lado, a tabanca pode ser definida também como o ponto de encontro entre as estruturas camponesas “tradicionais” e a estruturas “modernas” (administração, escola, saúde, partido, serviços agrícolas, etc.). Portanto, existem já através da organização dos Comitês de tabanca, estruturas “modernas” que foram adaptadas pela população das comunidades rurais e poderiam ser estudadas, aprofundadas ou utilizadas para fins de desenvolvimento.

Cada família nuclear ou cada unidade doméstica constitui uma estrutura elementar de produção (que corresponde muitas vezes a Unidades de consumo) relativamente autónoma quanto às decisões de produção e utilização da produção, segundo a orientação da reciprocidade igualitária (organização social horizontal) ou tributária (organização social vertical).

b) O “motor” da economia

Nas tabancas estudadas, foi observado que o nível de produção depende ainda pouco das leis do mercado de intercâmbio, da oferta e da procura — quando existe um mercado na zona — ou das consignas do plano ou do partido; depende, antes de tudo, das possibilidades de satisfazer as necessidades do sistema comunitário: a começar pela segurança alimentar necessária à reprodução biológica da comunidade (primeiro a nível da família nuclear, logo da morança; da família extensa e da comunidade: bairro, tabanca, etnia...).

Até agora, a lógica da solidariedade económica, da reciprocidade é dominante ao nível da utilização da força de trabalho e da utilização da produção. Consiste em procurar, como prioridade, a satisfação das necessidades básicas do grupo comunitário no seu conjunto, antes de buscar utilizações individuais do excedente.

Podemos observar, portanto, uma primeira racionalidade económica que dá prioridade à comunidade sobre o indivíduo (ou sobre a família restrita) para a satisfação das necessidades básicas.

c) A questão dos “excedentes”

Devemos também interrogar-nos sobre os mecanismos específicos que também condicionam a produção de excedentes e suas utilizações.

Em certas comunidades, em África, o mecanismo do dom (doação), contrário do intercâmbio (troca) é fundamental para compreender a lógica económica camponesa.

A força do dom, da redistribuição, do convite, assegura o prestígio, quer dizer a fama, o *nome*, e muitas vezes a autoridade e o poder (económico, social ou político...), o dom (praticado na ocasião das festas comunitárias e familiares, dos convites de trabalho, das cerimónias, choros e casamentos) amplia o ciclo económico; porque, para oferecer quantidades de alimentos e bebidas para um número maior de convidados (sobretudo nos choros, casamentos, festas de fanado, ou jogos e danças como o cantapó e o Kussunde balanta, a luta Fula, etc.), é necessário que haja superprodução, quer dizer produção de excedentes. Algumas dessas festas, em particular entre os balantas, são obrigatórias, medem a potência e a posição dos doadores, institucionalizam a hierarquia, os estatutos. É também o caso dos choros na maioria das comunidades da Guiné-Bissau.

Também podemos compreender melhor as razões da produção e

da superprodução nos sistemas comunitários, a partir de outras obrigações de redistribuição e da solidariedade que estabelecem o prestígio social e a autoridade;

De facto, na interpretação dada a essas formas de redistribuição da produção pela economia política ocidental não aparece claramente essa relação directa entre o desenvolvimento da produção e as festas, cerimónias, as obrigações sociais: aparece somente como forma de consumo ligada a ritos e religiões (consumo ritual).

Não existem muitas referências sobre o tratamento económico do prestígio, aspecto que mereceria ser aprofundado e examinado a partir dessa perspectiva. Foram observadas, por exemplo, relações entre a contratação de grupos de trabalho e os estatutos de prestígio no sistema Balanta⁽⁷⁾

11.2 — A solidariedade étnica ou regional nas estruturas comunitárias

Outra dimensão da problemática comunitária e da dinâmica dessas formas de solidariedade económica é a questão da diversidade sócio-étnica. Muitos responsáveis interrogam-se sobre esse problema, frente às afirmações mais extremas...

Será que a diversidade sócio-étnica e a existência da solidariedade sócio-económica representam um obstáculo para a criação de alternativas de organização das comunidades rurais? Ou, ao contrário, será que essas relações e estruturas de solidariedade constituem formas de transição natural para opções de desenvolvimento associativo ou cooperativo?

De facto, para elaborar uma estratégia de desenvolvimento nacional, será necessário partir, não das diferenças mas dos elementos que constituem a “unidade” da comunidade nacional, da maioria da população rural (e urbana) do país: quer dizer, de elementos e critérios que a maioria dos grupos têm em comum (mesmo se aparecem de forma diferente, segundo diversos graus ou em várias escalas). Por exemplo, a ajuda mútua, as formas de solidariedade económica na produção, na redistribuição da força de trabalho e sobretudo na redistribuição da produção sobretudo.

Mencionámos já o fenómeno da complementaridade sócio-económica inter-étnica, que constitui um bom exemplo da sofisticação das estruturas comunitárias africanas e da adaptação dos diversos sistemas de produção às condições locais e à especificidade dos recur-

dos físicos e humanos. A livre circulação dos bens e das pessoas e o respeito dos estatutos sócio-económicos e profissionais ancestrais (comunitários) são as melhores bases da ampliação dos ciclos económicos e do desenvolvimento da produção e do comércio.

A diversidade sócio-étnica não constituiu um obstáculo à organização e ao sucesso da luta de libertação, uma vez que foram definidos objectivos unitários de solidariedade inter-étnica e de desenvolvimento de todo o povo da Guiné. A. Cabral denunciava os ocidentais que tentavam isolar e opor entre si essas esferas de solidariedade étnica, precisamente porque essa exploração é contrária à sua vocação. Os povos africanos constituem naturalmente entre si ciclos de solidariedade que podem permitir a construção de grandes complexos sócio-económicos africanos.

A solidariedade inter-étnica deveria ser o princípio de unidade que permitiria realizar a unidade na reconstrução nacional e nas relações internacionais. São precisamente relações de reciprocidade étnica a inter-étnica que constituem as bases de circulação de riquezas materiais e culturais. Agredir a solidariedade étnica seria agredir uma dessas estruturas africanas que A. Cabral designava como merecendo um estudo aprofundado do PAIGC e a realização das condições apropriadas para o seu florescimento...

II.3 — As duas lógicas

Como podemos ver, apesar de algumas pistas de trabalho, o estudo dos sistemas de produção e da economia rural das tabancas levanta mais algumas novas interrogações. Que podemos observar no caso da Guiné-Bissau?

Primeiro, existem duas lógicas económicas muitas vezes opostas:

- a lógica da sociedade nacional e das instituições do aparelho administrativo, dos projectos e da ajuda internacional, das classes urbanas e dos comerciantes, marcada pela referência unidimensional à economia do mercado de tipo ocidental e preocupada com desenvolver a produção nacional (produtos do sector primário, rural) para alimentar os trabalhadores das cidades e aumentar os intercâmbios no mercado internacional.

- a lógica camponesa, baseada numa realidade comunitária, muitas vezes bloqueada no contexto “misto” de penetração da economia de mercado, mas ainda dominada pelo “sistema económico” africano de redistribuição e da reciprocidade.

Essa lógica de reciprocidade (ou solidariedade económica) aparece ligada à evolução ou à permanência das estruturas comunitárias tanto ao nível da gestão da produção, do espaço local cultivado (terra-floresta-bolanhas), da organização do trabalho, como ao nível da utilização da produção.

As estruturas comunitárias são intimamente ligadas a sistemas de organização social, de representação do mundo, e a valores globais da cultura e do sistema sócio-económico das sociedades camponesas e dos grupos étno-linguísticos.

Actualmente as estruturas camponesas funcionam e asseguram a grande maioria da produção alimentar do país. Funcionam e conseguem produzir excedentes que muitas vezes são redistribuídos ou utilizados ao nível comunitário: em particular, nas festas e cerimónias, onde são transformados em valores de prestígio. Uma das questões fundamentais é de saber como negociar uma modernização das formas de utilização desse excedente a favor da reconstrução nacional: quer dizer, em termos e segundo modalidades que satisfaçam os interesses da sociedade nacional representada pelo Estado.

Nesse contexto, que tipo de organização ou de enquadramento da produção e do desenvolvimento pode responder a essa dupla exigência?

Como e onde dirigir o excedente?

- Sobre investimentos comunitários ou associativos nas comunidades rurais?
- ou sobre o mercado de exportação?
- Para satisfazer que tipo de prioridades?
 - aquelas do consumo nacional: segundo o modelos das cidades? ou do campo?
 - aquelas da balança comercial?

Será que essas estruturas comunitárias representam vias de transição naturais para constituir formas modernas de organização da produção de tipo cooperativo ou associativo, e devem ser desenvolvidas durante a transição ou, ao contrário, representam obstáculos e devem ser eliminadas?

A questão essencial será de saber se, por outro lado, essas estruturas camponesas não constituem, em si, alternativas de desenvolvimento, em que medida? e segundo que condições? em particular ao nível da negociação com os poderes públicos (e a sociedade nacional).

Só podemos avançar para concluir alguns elementos ou referências, a partir de algumas das diversas experiências que existem já no país, e da observação da realidade das comunidades camponesas nas acções de desenvolvimento rural onde colaborámos.

III — Elementos de reflexão para uma estratégia

Nesse contexto das duas lógicas e com economias camponesas marcadas por essas estruturas comunitárias, levanta-se uma questão importante, a de saber como a sociedade nacional e o Estado poderão negociar com as comunidades a produção de excedentes, a poupança, a realização de uma acumulação para iniciar investimentos e o crescimento, em suma, a modernização e o “desenvolvimento”.

Em algumas tabancas sabe-se que os jovens também colocam as mesmas questões sobre estes temas. Um primeiro passo para tal negociação será sem dúvida o de acentuar o *diálogo* para uma melhor compreensão mútua.

1 — *Esse diálogo passa pela identificação mútua e o “reconhecimento” dos estatutos dos diferentes interlocutores...*

Lembramos aqui as experiências com os jovens escolarizados e as mulheres que mencionámos no primeiro capítulo. Também nos podemos referir às diversas experiências mais ou menos espontâneas de associações ou cooperativas que apareceram no país desde a independência, em geral entre sectores da população ou indivíduos como os antigos combatentes dos COOPAC, os ex-migrantes da cooperativa Domingos Ramos, ou as associações de mulheres organizadas das tabancas manjacas, etc. A questão dos estatutos sócio-profissionais, normalmente marcados pela aprendizagem técnica e social (iniciação), é importante na medida em que revela, mesmo no caso de indivíduos considerados como isolados, destrutturados ou até desenraizados em relação à sua comunidade de origem, o respeito e a prática de normas

de comportamento, de trabalho e de integração social específicas. Isto foi verificado no caso dos “sócios” de cooperativas ou associações dedicadas a actividades rurais e *conduz a interrogarmo-nos sobre a compatibilidade entre as normas e os estatutos das comunidades camponesas, as formas de organização do trabalho, de tomada de decisão, de responsabilização, de delegação do poder, e outros tipos de estatutos (jurídicos) ou de regulamento interno geralmente ligados a sistemas associativos ou cooperativos, e que respondem a outras categorias de normas, regras e valores.*

Por exemplo, pode-se verificar esse tipo de problema nas cooperativas de antigos combatentes dedicadas à actividade agrícola no meio rural (Ga-Mamadu, Antula, etc.) ou na atitude de jovens escolarizados que trabalham no seio das tabancas ou fora das comunidades rurais (à priori quando trabalham na sua comunidade de origem). Ser isolado do sistema comunitário não quer dizer adquirir valores ou ideologias cooperativas quer liberais (capitalistas) quer colectivas (ou socialistas). Existem outros exemplos interessantes a estudar e a aprofundar no país. As associações de tabanca promovidas pelo PDRI da Zona I, a partir de um estudo do meio rural local, foram criadas em volta de objectivos de extensão rural: melhoria da produção (inovação, diversificação, mecanização, etc.) e das condições de produção (comercialização, crédito rural, gestão, etc.) respeitando na maioria dos casos as estruturas “naturais” de trabalho em comum ou de ajuda mútua; foram organizadas associações em volta de grupos de idade ou grupos de sexo com sucessos certos num contexto económico, então pouco favorável. Ultimamente, com o reforço das estruturas de enquadramento rural, da assistência técnica e crédito rural no PDRI está a ser efectuado um enquadramento das associações de tabancas dentro de estatutos e regulamentos de tipo pré-cooperativista ou cooperativista. Seria interessante estudar o grau de compatibilidade entre este tipo de regulamento ou enquadramento e as bases comunitárias que estão na origem dessas associações de tabanca e que tinham adoptado as estruturas propostas para conseguir apoios às iniciativas de desenvolvimento não somente económico mas também sócio-cultural (festas, desportos, etc.)⁽⁸⁾.

2 — *O caso das mulheres e dos grupos ou associações de mulheres é exemplar*

É certo que, por exemplo, no caso das tabancas da emigração manjaca, as mulheres tiveram que assumir responsabilidades e poderes

económicos. Mas sabemos que na maioria das comunidades rurais da Guiné-Bissau, as mulheres assumem responsabilidades importantes quanto à produção de subsistência, às transformações de produtos alimentares e, sobretudo, a sua comercialização (até nas sociedades muçulmanas Beafada ou Fula).

Há lá também, um exemplo do tipo de diálogo que se poderia estabelecer entre mulheres e autoridades das tabancas (os grandes) entre jovens e velhos, em particular sobre o tema da utilização dos excedentes. No caso da sociedade Balanta, este tipo de reflexão não era estranho às propostas ou reivindicações das mulheres ou dos jovens “Yang-Yang”⁽⁹⁾.

Numa situação característica duma transição as experiências são diversas, as situações locais por vezes específicas; o problema não é monolítico, mas chama a atenção para oferecer um tratamento local do desenvolvimento, numa dinâmica regional e com estruturas locais apropriadas.

3 — *Comercialização: troca ou redistribuição*

Há problemas específicos ao nível da comercialização e da distribuição dos produtos, por exemplo. Neste caso não se pode negar a realidade da penetração da economia de intercâmbio, da monetarização, nessas exigências “comerciais” do país. De qualquer modo, nenhuma comunidade humana ignora o intercâmbio (troca). Pode servir precisamente para compensar defeitos ou dificuldades dos sistemas de redistribuição e reciprocidade. As comunidades camponesas podem utilizar a troca monetarizada para procurarem produtos vindos do estrangeiro no mercado nacional⁽¹⁰⁾.

Podemos examinar a ideia segundo a qual, através do desenvolvimento da troca (intercâmbio), da monetarização e mesmo do lucro, será possível responder a uma prova real das comunidades camponesas que desejam poder adquirir valores ou bens estrangeiros no mercado... Mas nesse caso seria necessário formular tal procura, de maneira a obter uma finalidade aproveitável para toda a sociedade nacional: reforçar o desenvolvimento autocentrado ou comunitário. Quer dizer que tal estratégia é utilizada na medida em que os termos da troca são favoráveis às exigências do desenvolvimento da solidariedade económica e não, pelo contrário, dominadas pelos valores ditados pelo

mercado internacional e pela estratégia económica das duas grandes instituições financeiras internacionais. Podemos considerar este tipo de alternativa na Guiné-Bissau?

Existe a possibilidade de um controlo suficiente da comercialização dos seus produtos pelos próprios produtores?

Serão operacionais os meios de acesso aos transportes e vias de comunicação até aos mercados?

É certo que isto corresponde a uma reivindicação da maioria das comunidades de base dos países do Sul que pretendem conquistar ou controlar o mercado, contra os intermediários que exploram os produtores e contribuem para a redução do seu nível de produção a uma chamada "auto-subsistência" (sistema de dívida com o "patrão", o comerciante ou o "padrinho", etc.)

Temos aqui um exemplo concreto do que poderia ser uma das dimensões das associações de produtores. Exemplos dessa estratégia existem já através da organização espontânea e autónoma das mulheres nas comunidades manjacas de Cacheu, ou com as associações de fruticultores de Cacine e de Cubucaré, na região de Tombali. São precisamente experiências que devem ser estudadas, analisadas e servir de referência para o debate, para o diálogo. Algumas observações recentes permitem relativizar o papel da "solidariedade natural" ou da ideologia associativa, na experiência das associações de fruticultores de Cubucaré. No contexto do apoio financeiro e técnico do PIC (Projecto Integrado de Caboxanque) era a alternativa mais fácil para procurar um apoio à comercialização. Formas de crédito, quer dizer, meios de capitalização a nível de estratégias das diferentes unidades de produção, estão ainda à procura de uma estrutura adaptada segundo a evolução dessa dinâmica local.

4 — A questão da poupança-crédito-investimento

Existem já experiências de crédito rural no país, e muitas vezes ligadas ou a associações de tabanca (PDRI Zona I) ou a produtores individuais (Projecto Zona II) ou às comunidades camponesas (tabancas no PIC).

Na região de Tombali e na Zona II, o programa de Crédito Rural desenvolvido pelo DEPA ou pelo projecto de Desenvolvimento Rural da Zona II mostrou como os camponeses na maioria das tabancas optaram por formas de utilização comunitária do crédito rural, com

bastante sucesso; foi suficiente tentar a experiência, depois das dificuldades de recuperação dos fundos no caso das formas individuais de obtenção do crédito, para ver a diferença:

— a nível da gestão⁽¹¹⁾.

— a nível do impacto das medidas de acompanhamento do crédito⁽¹²⁾.

Esse exemplo mostra que se pode pensar então em formas comunitárias ou colectivas de investimento a nível da tabanca ou de várias tabancas, o que permitir livrar-se pouco a pouco da dependência externa dos grandes projectos de desenvolvimento (caixas de poupança).

Formas de modernização da utilização do excedente poderiam ser negociadas:

- por exemplo ao nível da construção de estruturas de conservação e armazenagem de colheitas para a segurança alimentar local, regional ou nacional com um apoio à construção de celeiros;
- ou para a constituição de fundos de investimento social comunitário que permitiriam desenvolver as actividades que originam prestígio e dinamizam superprodução:
 - salas de festas e reuniões
 - equipamentos desportivos
 - grupos ou casas culturais locais
 - meios de transporte comunitários
 - escolas, postos de saúde, etc...

Pode-se imaginar também equipamentos ou infra-estruturas sociais geridos por subgrupos, classe de sexo ou de idade:

- “atelier” ou escola feminina
- clube de festas ou desportos para um ou dois grupos de idade (“Blufes” “N’hes”, “N’hayes”, “Bidoc Bidan” na comunidade balanta, por exemplo...)

5 — A questão da gestão dos meios de produção e dos recursos locais

A constituição da República da Guiné-Bissau tem a vantagem de deixar as possibilidades de escolha abertas... no quadro de um sistema económico misto, “deixando lugar a 3 formas de produção e de propriedade:

- estatal
- privada
- cooperativa ou associativa”⁽¹³⁾.

Agora, de facto, a maioria da produção do país (60%) provém da actividade agrícola tradicional das comunidades camponesas organizadas em volta das unidades domésticas e das tabancas; esse sistema, no qual não existe a propriedade privada da terra nem a propriedade do Estado (oficialmente, sim), mas, de facto, um direito actualizado de uso da terra e dos recursos regidos segundo as necessidades das famílias e de acordo com as normas do direito ancestral. Esse direito está ainda assegurado e aplicado pelas autoridades ancestrais das tabancas (o chefe da terra) que são separadas ou confundidas com as autoridades dos comités de tabanca.

Isto quer dizer que a nível da produção agropecuária, artesanal, florestal e doméstica (sem contabilizar a autoconstrução rural) a grande maioria das actividades depende do sistema de propriedade “comunitária” (que, de facto, não está oficialmente reconhecido na constituição do país).

Esse sistema comunitário *ocupa e alimenta* mais de 80% da população do país, fornece 90% da produção agrícola — dos quais 50% a 60%⁽¹⁴⁾, de acordo com os anos, não entram nos circuitos monetarizados e correspondem, portanto, na contabilidade nacional, ao sector chamado de “subsistência”. Existe uma estratégia a precisar, sobre o modo de articulação entre a procura de uma via de desenvolvimento a partir da base com estruturas de tipo associativo e as últimas medidas e orientações da política económica do país (apoio ao sector de produção privado ou “moderno”). De facto, trata-se de gerir um sistema de desenvolvimento da agricultura “com dois níveis de velocidade” e de saber — dadas as contradições entre os dois níveis ao serviço de que estratégia de desenvolvimento e ao serviço de que grupos sociais, tal política poderia ser orientada a prazo?

6 — Associação-Cooperativa-Comunidade?

Não vamos lembrar aqui as diferenças entre as associações (de tabanca) e as cooperativas, sobre as quais existe uma abundante literatura.

Agora seria importante precisar as diferenças entre a comunidade rural e uma associação de produtores ou uma cooperativa.

O papel de uma associação ou de uma cooperativa é a produção (no sentido amplo), mas o seu poder reside na acumulação, quando o poder da comunidade está fundado pela redistribuição. Esses dois tipos de poder são opostos. Será o sistema comunitário mais capaz de se adaptar a certas formas de desenvolvimento associativo (associações de serviços) que as estruturas cooperativas bastante mais estritas? Os valores do cooperativismo, a solidariedade cooperativa, a democracia cooperativa, não são similares aos valores e às formas de solidariedade ou de democracia das comunidades ou famílias camponesas.

Uma comunidade está estruturada e dinamizada por relações de parentesco, pela competição do dom e a aquisição de prestígio. Se a produção e a redistribuição são colectivizadas ou se tornam anónimas, impede-se a possibilidade para cada um de “merecer” o seu lugar, de adquirir a dignidade social, o prestígio ao qual cada um pode pretender. Isto elimina assim toda a motivação de superprodução na estrutura de produção. Porque produzir, se um estado anónimo ou a administração da cooperativa se outorga ao prestígio da redistribuição social, sem que cada um possa, nomeadamente, participar no poder em função da sua contribuição real à produção. Como, nessas condições, evitar a redução da produção à estrita necessidade do autoconsumo e à troca directa para os objectos cobiçados que são importados do estrangeiro.

É inútil multiplicar exemplos de diferenças ou oposições entre uma lógica e outra. Importa, pelo contrário, reconhecer a existência desses dois sistemas, saber que cada um gere uma dinâmica de desenvolvimento própria... e que muitas vezes essas dinâmicas, sendo contraditórias, uma escolha é necessária para evitar bloqueamentos ou paralisia da economia local ou nacional.

Conclusão

Podemos perguntar-nos se o país está à procura de uma política de enquadramento das comunidades rurais, fixando desde já escolhas estratégicas, jurídicas através da criação de uma estrutura nacional, de estatutos, dentro dum sistema nacional cada vez mais integrado ao modo de produção capitalista — como indicam as propostas da maioria das agências internacionais de financiamento e ajuda ao desenvolvimento *ou, ao contrário*, como o indicava A. Cabral se se pretende:

- 1 — “aprofundar o estudo” e a compreensão do funcionamento da rede comunitária, dos sistemas de produção camponesa;

- 2 — aprofundar as experiências diversas do tipo pré-cooperativo, grupos de abastecimento/comercialização, associações de produtores, associações de tabancas, junto dos próprios produtores, para propor progressivamente referências, elementos ou alternativas de desenvolvimento de tipo associativo, comunitário ou mesmo cooperativo, mais adaptados à realidade das tabancas do país, até na sua diversidade local e regional.

De facto, as diversas experiências que temos mencionado ao longo do texto e outras menos conhecidas representam alternativas mais ou menos espontâneas, no seio das comunidades rurais do país, precisamente em resposta à situação económica e a partir dos meios, dos recursos e das estruturas locais.

Sem dúvida, aqueles embriões de organização não constituem todos soluções ou alternativas viáveis, mas só poderão desenvolver-se de maneira a produzir referências, experiências e frutos se existe uma vontade política e económica nacional manifesta e definida em termos de *escolha* e de prioridades.

O problema não é, portanto, de saber se há ou não lugar para dois ou mais sistemas (de facto, hoje os dois existem), mas de saber que tipo de economia vai ser promovida para constituir uma estratégia de desenvolvimento original e adaptada para o país, com todas as consequências que isto supõe, se não se definem prioridades. De facto os dois sistemas não podem conhecer indefinidamente um desenvolvimento paralelo, mas sim podem paralisar-se mutuamente, sem que nenhum dos dois consiga funcionar realmente.

Notas

(1) Convém citar o esforço realizado pelas instituições nacionais de Pesquisa e Desenvolvimento Rural nos últimos anos sobre essa temática. Citamos em particular:

- PDRI Zona I — “Associações de tabanca na Zona I — 1986”
- INEP/CESE/Ministério do Plano a nível nacional
 (“Estratégia de desenvolvimento, I^o PND — Críticas às propostas do Dr. Victoriz).
- DEPA/PIC na Zona III e DEPA na Zona II — “Associações de Fruticultores/Comités de Horticultores”.

(2) Cf. *Biobliografia. I (Fase CEPI)*

(3) Cf. KOK J.: Pto UPAA - CEPI in *Bombolom* n.º 7. Bissau. Julho 1984

(4) Cf. KOK J. Mango A. 1984 (Biblio. Fase I).

(5) Cf. SABOURIN E. “A problemática Formação-Emprego-Desenvolvimento”: “O caso da integração dos antigos alunos do CEPI — República da Guiné-Bissau. FOI - IRFED. 1985. Paris.

(6) Thomas L. “*Projet de Recherche Raysannale dans la Region de Tombali*” Rapport interimaire 1985/1986 EDI-IRFED, Paris 1986

(7) Sidersky Pablo — “*As relações de trabalho numa sociedade de cultivadores de arroz: o caso dos Balantas de Tombali*” in *Soronda*, n.º 3, INEP, Bissau, p. 21, 1987.

(8) Cf. estudo a publicar INEP/CESE e PDRI da Zona I sobre abordagem das associações de tabancas no quadro da preparação II Plano quadrienal.

(9) Segundo os testemunhos dos próprios homens grandes do sector de Cubucaré, as ideias “económicas” desse movimento social situavam-se, ao contrário, mais na linha da lógica de mercado defendida pelas autoridades do Estado (supressão dos sacrificios nas cerimónias, menos consumo ostentatório nos funerais) e modernização do excedente para novas formas de consumo que interessam as mulheres e os jovens...

(10) A diferença entre o mercado de troca e a redistribuição (ou o “mercado de reciprocidade”) pode ser verificada em todos os lugares da Guiné-Bissau. As mercadorias não têm o mesmo preço nos mercados onde os preços são determinados pelas leis capitalistas da oferta e da procura, e nos circuitos de comercialização incorporados a sistemas comunitários — ou sistema de reciprocidade — onde se confrontam a preços ou equivalências fixados pelos hábitos e costumes das tabancas.

(11) Projecto de Desenvolvimento Rizícola do rio Gebe — DEPA Contuboa 1983/87.

(12) Kestmont Bruno: Crédito e orizicultura de colónha salgada na região de Tombali. Actas do 1.º encontro sobre pesquisa e desenvolvimento de orizicultura de bolanha. DEPA, Caboxanque, Março 1987, p. 2

(13) PAIGC — Teses para o IV Congresso do PAIGC, pag 31 — Política Agrária; pag. 38 — Regime de Propriedade, Out. 1986; Bissau — PAIGC.

(14) MICEPCI (1985) — SCET/AGRI (1986)

BIBLIOGRAFIA TEMÁTICA

(Referências dos projectos ou instituições mencionados)

1-FASE CEPI

- CEPI/Projecto de Extensão Rural de Bachil.
“*Projecto de criação de associações de produção para os antigos alunos do CEPI*” — CEEN/CEDR, Setembro de 1980
- “CEPI/EDI-IRFED- *Project pour l'intégration des anciens élèves du CEPI dans l'activité économique*. Bissau, 1981.
- CEPI-MEN/EDI-IRFED — “*Project de création de petites unités de production en milieu rural — secteur de Canchungo*”. 1983.
- KOK JAP.
- UPAА-CEPI — “*Objectivos e actividades do Projecto de Unidades de Produção e ajuda ao artesanato*” — Projecto UPAА — Região Cacheu — In Bombolom, n.º 7, CEPI, p. 29. Bissau.
- UPAА/CEPI (MANGO A., KOK J.)
“*Inquérito sobre a situação económica das tabancas e o impacto dos projectos de criação de unidades de produção no meio rural*” Canchungo, 1983.
- CEPI. *Bombolom*. n.º 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7.
- EDI/IRFED. “*Création de petites unités de production en milieu rural. Micro-Project. Coopérative de production de céramique à Calequisse*”. Paris, EDI, Juin 1983.
- COLIN R. “*Problématique et pratique du développement endogène en Guinée Bissau*” — UNESCO, Paris. 117 p. 1983.
- SABOURIN Eric — *A problemática FORMAÇÃO-EMPREGO-DESENVOLVIMENTO no meio rural: O caso da integração dos antigos alunos dos Centros de Educação Popular Integrada na República da Guiné Bissau*. EDI/IRFED. Paris, 25 p. + annexes; 1985
- SENA L. (de), SIDERSKY P., TONNEAU J.P.
La création des CEPI en Guiné Bissau — Situation du project en 1980 — Perspectives. EDI/IRFED, Paris, 88 p. 1981.
- SIDERSKY P. — *Approche de la riziculture balante*; EDI/IRFED, Paris, 1984.

2-PIC

- CEFC Bedanda/ITFA
Missão de investigação no, quadro do projecto dos cursos intensivos nas regiões. MECD — CEFC Bedanda, 1985.
- CEFE/INEP — *Tabancas à volta do Rio Cumbija — Estudos no sector de Cubucaré* — Bissau. CEFC/CESE (INEP), 57 p. 1986.
- PIC — *Rapport Annuel* — Comission Nationale PIC, Bissau 1986.
- *Table Ronde de Genève* — République de Guinée Bissau. 35 p. 1987.

- Ministère du Plan — Nov. 1985.
Rapport d'activités du PIC. 4^{ème} Séminaire National du PIC.
République de Guinée Bissau.

3—PDRI Zona 1

- *Documento sobre "Associações de tabanca da zona 1"*. Gabinete de Planeamento/avaliação PRDI Zona 1/MDRP. Bula, 1986. (Setembro)

4-INEP

- LIMA HANDEM D. e LOPES C. — *Estratégia de desenvolvimento para o II PND. Crítica às propostas do Dr. Thomas Vietorisz INEP*. 1986.
- LIMA HANDEM D. — *Impacto sócio-económico do Programa de estabilização económica e dos investimentos públicos*. INEP/CESE. NATCAP. GB. 09 — Bissau. Dez. 1986
- MIRANDA (I), BATISTA SANKA (M.) — *O impacto a nível dos recursos humanos da reorientação da estratégia de desenvolvimento para as iniciativas de base*". INEP/CESE. NATCAP. GB/09/Bissau Novembro 1986
- 5-DEPA
- THOMAS L. — *Projet de Recherche Paysannale dans la région de Tombali. Rapport intérimaire d'activités. 1985-1986*. EDI/IRFED; 1986
- GOMES S., SCHWARTZ C., THOMAS L. — *"Projet de mise en place d'un Service National de Recherche/Formation/ Développement dans le cadre du Département de la Recherche Agricole."* DEPA/MDRP — EDI/IRFED. Bissau, 1987.
- DEPA — Programa de Pesquisa Camponesa. — *"Actas do 1.º encontro nacional sobre pesquisa e desenvolvimento para a orizicultura de bolanha salgada"*. DEPA-MDRP. Caboxanque, Março de 1987.

6-COOPAC

- NHANCA A. P. — *"Potentiels coopératifs en Guinée Bissau à partir des COOPAS"*. DHEPS. Collège Coopératif des pays de Lomé. Le Mans, 1987. Université du Maine. Faculté de Droit et Sciences Economiques. 128 p. + annexes.

INSTRUMENTO DE PESQUISA DA COLECCÃO FOTOGRÁFICA DOS ARQUIVOS HISTÓRICOS DO INEP

Grupo dos A. H. sob a coordenação de Carole LAURIN ()*

Este trabalho, elaborado pelo grupo de Arquivos do INEP sob a coordenação de Carole Laurin, tem como objectivo servir de instrumento de pesquisa da colecção fotográfica do Instituto, que constitui um testamento social e cultural do período colonial da Guiné-Bissau. Como os próprios autores dizem "fonte de informação sobre indivíduos, acontecimentos, assuntos ou lugares de interesse histórico".

(*) Carole Laurin, arquivista, canadiana, é assistente-técnica dos Arquivos Históricos do INEP.

CRITÉRIOS PARA A SELECÇÃO DOS DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS

1.0 — Objectivos da norma:

Assegurar-se do controle físico dos documentos e tornar mais precisas as normas de selecção e eliminação dos documentos fotográficos.

2.0 — Definição de termos:

2.1 — Documento fotográfico

Imagem produzida sobre papel ou acetato de celulose por meio de técnicas fotográficas.

2.2 — Internegativo

Negativo obtido de outro negativo.

2.3 — Negativo

Fotografia original ou cópia fotográfica que representa uma polaridade inversa ou, se colorida, valores totais invertidos.

2.4 — Positivo directo

Imagem fotográfica positiva directamente sem negativo.

2.5 — Selecção

Função arquivística que determina as espécies documentais a partir do seu valor administrativo, fiscal, legal de prova, de informação e de pesquisa presente ou futura.

3.0 — Enunciado da norma:

3.1 — *Critérios de conservação*

3.1.1 —

Conservar os documentos fotográficos que constituem uma fonte de informação única sobre indivíduos, acontecimentos, assuntos ou lugares de interesse histórico.

3.1.2 —

Conservar os documentos fotográficos que forneçam sobre a população da Guiné-Bissau, informações significativas e reveladoras em matéria de etnologia, etnografia, antropologia, arte, ciência ou técnica.

- 3.1.3 —
Conservar os documentos fotográficos que testemunhem um período colonial da Guiné-Bissau.
- 3.1.4 —
Conservar os documentos fotográficos cujo valor estético possa ser largamente demonstrado.

CRITÉRIOS PARA A SELECÇÃO DE DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS

3.2 Critérios de eliminação

- 3.2.1. —
Eliminar os documentos fotográficos que mostrem defeitos técnicos maiores.
- 3.2.2. —
Eliminar os documentos fotográficos dos quais existam cópias ou duplos.
- 3.2.3. —
Eliminar os documentos fotográficos irremediavelmente alterados por agentes químicos ou biológicos.
- 3.2.4. —
Eliminar todas as cópias múltiplas de uma prova fotográfica da qual possuímos o negativo.

INEP, Agosto 1987

SÉRIES FOTOGRÁFICAS

A colecção fotográfica está repartida em 20 séries. Estas séries foram elaboradas a partir da organização dada a estas fotos na época colonial.

SÉRIE A: ETNIA

- A— 1 Caderneta indígena — fotografias
(região de Cacheu)
- A— 2 Biafadas
- A— 3 Balantas
- A— 4 Felupes
- A— 5 Futa-Fulas
- A— 6 Mancanhas
- A— 7 Manjacos
- A— 8 Mandingas
- A— 9 Mansoancas
- A—10 Saracolés
- A—11 Bijagos
- A—12 Pajadincas
- A—13 Diversos

228 fotos

SÉRIE B: PENTEADO
ver álbum

SÉRIE C: TATUAGEM

- C—1 Manjacos

8 Fotos

SÉRIE D: ACTIVIDADES INDÍGENAS

- D— 1 Vendedor
- D— 2 Tecelão
- D— 3 Costureiro
- D— 4 Sapateiro
- D— 5 Artífice
- D— 6 Pescaria
- D— 7 Serração

- D— 8 Agricultor
- D— 9 Marcenaria
- D—10 Construção
- D—11 Obras Públicas
- D—12 Imprensa
- D—13 Fábrica
- D—14 Funcionário
- D—15 Diversos

218 fotos

SÉRIE E: JOGO, DIVERTIMENTO

- E—1 Lutadoras
- E—2 Esgrima de Pau
- E—3 Diversos
- E—4 Caçador

22 fotos

SÉRIE F: DANÇA

- F— 1 Danças de blufas (jugudul)
- F— 2 Dança dos blufos (Peté)
- F— 3 Dança de blufo (Grande Indâ)
- F— 4 Blufo Balanta
- F— 5 Danças de Manjacos
- F— 6 Dança de Campo Cristãos
- F— 7 Dança Inhais
- F— 8 Danças das Vacas
- F— 9 Batuque
- F—10 Diversos

61 fotos

SÉRIE G: RITO, CERIMÓNIA

- G—1 Tribunal
- G—2 Ensino
- G—3 Funeral
- G—4 Sacrifício
- G—5 Diversos

19 fotos

SÉRIE H: MÚSICA

- H—1 Tambor
- H—2 Instrumento de corda
- H—3 Diversos

11 fotos

SÉRIE I: ARTE INDÍGENA

- I—1 Pintura
- I—2 Cesteiro
- I—3 Escultura
- I—4 Diversos

41 fotos

SÉRIE J: VIDA INDÍGENA

- J—1 Actividade

143 fotos

SÉRIE K: HABITAÇÃO INDÍGENA

- K— 1 Balantas
- K— 2 Biafadas
- K— 3 Bijagos
- K— 4 Felupes

- K— 5 Fulas
- K— 6 Mancanhas
- K— 7 Manjacos
- K— 8 Nalus
- K— 9 Papeis
- K—10 Mesquitas
- K—11 Casas dos régulos
- K—12 Casas do reino
- K—13 Casas quadradas
- K—14 Teto jaubarem
- K—15 Diversos
- K—16 Mandingas

149 fotos

SÉRIE L: PAISAGEM

- L— 1 Guiné
- L— 2 Bafatá
- L— 3 Bambadinca
- L— 4 Bissorâ
- L— 5 Boé
- L— 6 Bolama
- L— 7 Bula
- L— 8 Bor
- L— 9 Caio
- L—10 Calequisse
- L—11 Canquelifã
- L—12 Geba
- L—13 Jugudul
- L—14 Mansoa
- L—15 Pecixe
- L—16 Pessubé
- L—17 Sonaco
- L—18 Teixeira Pinto
- L—19 Varela
- L—20 Utiacor
- L—21 Cacheu
- L—22 Rio Cacheu
- L—23 Rio Doim

L—24 Rio Farim
L—25 Rio Corubal

136 fotos

SÉRIE M: CIDADE, EDIFÍCIO, MONUMENTO, CONSTRUÇÃO

M— 1 Porto de Bissau
M— 2 Fortaleza de São José, Bissau
M— 3 Bissau
M— 4 Região de Bafata
M— 5 Região de Biombo
M— 6 Região de Bolama
M— 7 Região de Cacheu
M— 8 Região de Gabu
M— 9 Região de Oio
M—10 Região de Quinara
M—11 Região de Tombali
M—12 Não identificados

725 fotos

SÉRIE N: VISTA AÉREA

N—1 Vista aérea
N—2 Não identificados

13 fotos

SÉRIE O: DESPORTO

O—1 Ginástica
O—2 Basquetebol
O—3 Futebol
O—4 Diversos

43 fotos

SÉRIE P: ESCOLAR, MISSÃO

- P—1 Bissau
- P—2 Bafata
- P—3 Mansoa
- P—4 Bambadinca
- P—5 Bula
- P—6 Braia
- P—7 Binar
- P—8 Geba
- P—9 Piche
- P—10 Teixeira Pinto
- P—11 Catio
- P—12 Diversos

141 fotos

SÉRIE Q: SAÚDE

- Q—1 Asilo de Bor
- Q—2 Hospital de Bissau
- Q—3 Hospital de Bolama
- Q—4 Maternidade de Piche
- Q—5 Enfermaria, posto sanitário
- Q—6 Vacinação
- Q—7 Missão

106 fotos

SÉRIE R: POPULAÇÃO PORTUGUESA E VIDA SOCIAL

- R—1 Famílias portuguesas e comerciantes
- R—2 Actividades sociais

80 fotos

SÉRIE S: RECURSO NATURAL

- S—1 Diversos
- S—2 Casa Gouveia Ltd.
- S—3 Granja

S—4 Cultura, campo

S—5 Fauna

115 fotos

SÉRIE V: INAUGURAÇÕES, VISITAS OFICIAIS, DESFILES MILITARES, ACTIVIDADES DESPORTIVAS

- V—1 Visita oficial do Governador da Colónia, comandante Manuel Maria Sarmiento Rodrigues nas diversas regiões da Guiné, Maio de 1945
- V—2 Festejos Comemorativos do V Centenário da Descoberta da Guiné, Visita do Governador da Colónia, Comandante Manuel Maria Sarmiento Rodrigues, e viagem do navio "Pedro Nunes", Janeiro 1946
- V—3 Visita do Governador da Colónia, Comandante Manuel Maria Sarmiento Rodrigues, Junho de 1946
- V—4 Comemoração do "Dia da Infantaria" na fortaleza de São José de Bissau, Agosto de 1946
- V—5 Visita das obras da Exposição de Bissau pelo Governador da Colónia, Comandante Manuel Maria Sarmiento Rodrigues, Novembro 1946
- V—6 Exposição comemorativa do V Centenário da Descoberta da Guiné, 1946-47
- V—7 Festejos Comemorativos do V Centenário da Guiné, visita do Sub-secretário de Estado das Colónias Engenheiro Rui de Sá Carneiro, Janeiro 1947
- V—8 Inauguração do monumento "Nuno Tristão", Junho 1947
- V—9 Inaugurações, visitas e personagens oficiais, desfiles militares, actividades desportivas, diversos

845 fotos

ÍNDICE ALFABÉTICO

O presente índice alfabético ambiciona somente guiar as pesquisas na colecção fotográfica. Não se pretende, de maneira alguma, que seja exaustivo.

O índice está esquematizado por assuntos, excluindo nomes de pessoas e de lugares. Para estes últimos referir-se-á o índice II.

A

| | |
|-----------------------|-----------------------------------|
| Ablução | G-5.3 |
| Actividade desportiva | V-9 |
| Actividade social | R-2 |
| Aeroporto | D-15.11-.19 |
| Agricultor | D-8, S |
| Agricultura | D-8, S |
| Água | J-1.22/.23/.48/.49/.127/.128/.129 |
| Algodão | S-4.1-.3 |
| Aluno | P |
| Arroz | D-8.3-.10, S-4.21-.25 |
| Artífice | D-5 |
| asilo | Q-1, V-7.31-.39, V-9.28/.29 |
| Avião | R-2.17-.23 |

B

| | |
|------------------|---|
| Baile | R-2.6-.10 |
| Balanta | A-3, D-6.4-.6, E-2.1/.3/.4/.5 /.6/.7, I-2.1, J-1.29/.40/.45 /.46/.69/.136/.143, K-1 |
| Bananeira | S-4.12-.15/.17 |
| Barragem | V-2.26-.31 |
| Basquetebol | O-2 |
| Batuque | F-9 |
| Biafada | A-2, I-1/.3/.6, K-2, V-6.81 |
| Bicicleta | E-3.3/.4 |
| Bijago | A-11, D-6.17, E-3.5, K-3 |
| Bilhar | O-4 |
| Bissilao | S-1.38-.47 |
| Blufo (dança de) | F-1, F-2, F-3, F-4 |
| Boenca | J-1.7/.19/.31/.124 |
| Bolanha | J-1.10-.12/.20, S-4.21-.25 |
| Bombarda | V-6.30/.31 |
| Bombeiro | D-15.29/.30/.31 |

C

| | |
|-------------------------------------|----------------|
| Cabaço | J-1.5 |
| Caçador | E-4 |
| Caderneta (Fotografia) | A-1 |
| Cais (Pigiguiti) | V-2.7/.11, M-1 |
| Cajueiro | S-4.6/.7 |
| Campo | S-4 |
| Calão | S-5.1/.3 |
| Campo cristão (dança de) | F-6 |
| Cana | S-4.9/.10 |
| Carro | J-1.17 |
| Casa | K |
| Casa (de régulo) | K-11 |
| Casa (de reino) | K-12 |
| Casa (quadrada) | K-13.1/.2/.3 |
| Catedral | P-12.1/.2/.3 |
| Cesteiro | I-2 |
| Centenário (da descoberta da Guiné) | V-2, V-7, V-6 |
| Cerimónia | G |
| C.F.A.O. | V-6.92 |
| Cherno (Alfa-Abio) | G-5.1 |
| Chimpanzé | S-5.2 |
| Cidade | M |
| Cinema | R-2.5 |
| Cirurgia | Q-2.5 |
| Citrino | S-4.8 |
| Comemoração ("dia da Infantaria") | V-4 |
| Comerciante | R-1 |
| Construção | D-10, M-1, M-2 |
| Coqueiro | S-4.26 |
| Cora | H-3 |
| Corde | H-2 |
| Costureiro | D-3 |
| Cultura | S-4 |
| Curral | S-1.15-.20 |

D

| | |
|--------------------------|--------------------|
| Dança | F |
| Dança (de blufa) | F-1, F-2, F-3, F-4 |
| Dança (de Campo Cristão) | F-6 |
| Dança (de Inhais) | F-7 |
| Dança (de Manjaco) | F-5 |

| | |
|--|--------------------|
| Dança (das Vacas) | F-8 |
| Descoberta (V Centenário da descoberta da Guiné) | V-2, V-6, V-7 |
| Desfile (desporto) | O-1, V-9 |
| Desfile (militar) | V-9 |
| Dia (de Camões) | V-9.88 |
| Dia ("da Infantaria") | V- 4 |
| Dia (de Portugal) | V-9.76-.85/.98/.99 |
| Divertimento | E |

E

| | |
|---|----------|
| Edifício | M |
| Eléctrica (central) | D-15 |
| Electrofese | Q-2.10 |
| Enfermaria | Q-5, Q-7 |
| Ensino | G-2 |
| Enxó | I-4.1 |
| Escola | P |
| Escultura | I-3 |
| Esgrima de pau | E-2 |
| Estaleiro | D-10 |
| Etnia | A |
| Exposição (de Bissau) | V-5 |
| Exposição (comemorativa do V Centenário da descoberta da Guiné) | V-6, V-7 |

F

| | |
|----------------------|--|
| Família (portuguesa) | R-1 |
| Farmácia | Q-3.4 |
| Fauna | S-5 |
| Feira | D-I |
| Felupe | A-4, D-8.1-.4, V-2.20, H-1.4, H-2, J-1.38, K-4, V-6.76 |
| Ferreiro | D-15 |
| Festa (do Cacau) | V-3.1-.14 |
| Festejo (1946-47) | V-2, V-7 |
| Festival (militar) | V-9.35/.36/.37 |
| Fisioterapia | Q-2.8 |
| Fonte | V-7.67/.68/.69/.70 |
| Fortaleza (São José) | M-2, V-4, V-9.130/.137 |
| Fula | J-1.10-.12/.21/.64/.132/.142, |

| | |
|-------------|---|
| | K-5, V-6.80/.81/.84/.85/.86 /.87/.88, V-7.96-99/.110 |
| Funcionário | D-14 |
| Funeral | G-3 |
| Futa-Fula | A-5, D-3.1, E-1, E-3, E-4, V-9.7 |
| Futebol | E-3.5, O-3, V-9.10/.12 |

G

| | |
|-------------------------|--------------------|
| Gazela | S-5.4 |
| Gergelim | S-4.4 |
| Ginástica | O-1 |
| Gouveia (Casa, Ltd.) | S-2 |
| Governador (da Colónia) | V-1, V-2, V-3, V-5 |
| Granja | S-3 |

H

| | |
|----------------------|-----|
| Habitação | K |
| Hospital (de Bissau) | Q-2 |
| Hospital (de Bolama) | Q-3 |

I

| | |
|-------------------------|----------------------------|
| Igreja | P-4.3/.4, P-8.1, P-10.7-.9 |
| Imprensa | D-12 |
| Inauguração | V-8, V-9 |
| Indâ (dança) | F-3 |
| Indafa | H1.6, K-12.3/.4 |
| Indígena (actividade) | D, J |
| Indígena (etnia) | A |
| Indígena (habitação) | K |
| Indigo | S-1.31/.32 |
| Infantaria ("dia da") | V-4 |
| Instrumento (de música) | H |
| Irã | I-3.1, I-1.2/.3/.4 |

J

| | |
|----------------|-------|
| Jogo | E |
| Jogo (Uri-Nal) | E-3.6 |
| Justiça | G-1 |

L

| | |
|-----------|-----------------------|
| Lavadeira | J-1.21/.130-.132 |
| Lepra | Q-5.9, Q-7.18/.20-.23 |
| Liceu | P-3 |
| Loja | J-1.72/.74-.76 |
| Lutador | E-1 |

M

| | |
|-------------------------------|--|
| Madeira | S-1.38-.47 |
| Mancaña | A-6, K-6 |
| Mancarra | J-1.3/.47/.69/.123, S-4.18/.19 |
| Mandinga | A-8, D-4.2/.5/.6, D-5.2, J-1.16/.42, K-16, V-6.80, V-3.19 |
| Mandioca | J-1.6, S-4.11/.16 |
| Manifestação (popular) | V-9.42/.49/.65/.66 |
| Manjaco | C-1, A-7, G-5.2, F-5, I-3.4-12, J-1.32/.44, K-7, V-3.5-.7/.10 /.11-.14 |
| Mansoanca | A-9 |
| Marcenaria | D-9 |
| Maternidade | J-1.26, Q-4, Q-2.6, Q-5.2, Q-3.8/.7/.9 |
| Medicina (Instituto Tropical) | V-6.48-.54 |
| Mercado | D-1, J-1.61/.64/.65/.66/.67 /.68/.70 |
| Mesquita | K-10 |
| Microscópio | Q-2.11-13, Q-7.25 |
| Milho | S-4.5 |
| Militar | V-9 |
| Missão | Q-7, V-6.46/.47 |
| Missionário | O-1 |
| Monumento | M, V-8, V-9 |
| Mural (pintura) | I-1 |
| Museu (da Guiné) | V-9.126 |

N

| | |
|-----------------------|-----------------------|
| Nalu | K-8 |
| Natural (recurso) | S |
| Navio ("Pedro Nunes") | V-2.16-21/.24/.25/.32 |
| N.O.S.O.C.O. | V-6.93 |

O

| | |
|----------------|-------------|
| Obras públicas | D-11 |
| Ourives | D-5.3/.4/.5 |

P

| | |
|----------------------|----------------|
| Pajadinca | A-12, K-11.4 |
| Palma | S-4.20/.27/.28 |
| Papéis | 1-3.3, K-9 |
| Pescador | J-1.4/.135 |
| Pescaria | D-6 |
| Pintura (mural) | I-1 |
| Plantação | D-8, S-3 |
| População portuguesa | R |
| Porto (Bissau) | M-1 |
| Posto sanitário | Q-5.8 |
| Profissão (indígena) | D |

Q

| | |
|-----------------|------|
| Quadrada (casa) | K-13 |
|-----------------|------|

R

| | |
|-------------------|-----------------------|
| Radiologia | Q-2.7/.9 |
| Recurso (natural) | S |
| Régulo | G-5.2, J-1.82 |
| Régulo (casa) | K-11, K-7.14 |
| Régulo (Baldé) | J-1.35 |
| (Batica) | J-1.88 |
| (Alfa-Abio) | J-1.83/.84/.85, G-5.1 |
| (Mamadu) | J-1.87 |
| (Pauca) | J-1.86 |
| (Raul) | J.1.81 |
| (Sanca) | J-1.90 |
| Reino (casa) | K-12 |
| Rito | G |
| Roda infantil | E-3.1/.2 |

S

| | |
|------------|--------|
| Sacarina | J-1.14 |
| Sacrifício | G-4 |

| | |
|----------------------|----------------------------|
| Sal | J-1.137-.141 |
| São José (fortaleza) | V-4.1-.22, M-2, V-9 |
| Sapateiro | D-4 |
| Saracole | A-10, J-1.24/.30/.125/.126 |
| Saúde | Q |
| Sepultura | K-7.14 |
| Serração | D-7 |
| Social (actividade) | R-2 |
| Strophantus | S-1.21-.30/.35/.36 |

T

| | |
|--|--|
| Tabanca (militar) | V-7.136-.138 |
| Taberna | J-1.71/.73/.118/.119/.120 .121/.122 |
| Tambor | H-1 |
| Tamboeiro | F-9, N-1.1-3/.5/.7 |
| Tatuagem | C-1 |
| Tecelão | D-2 |
| Ténis | 0-4 |
| Termite | S-1 |
| Teto (jaubarem) | K-14 |
| Tintura | J-12.24/.30/.125/.126 |
| Torneio (Internacional) de Futebol de África) | V-9.10/.12 |
| Transporte | V-1.94/.95/.96, D-15.20-.22 |
| Tribunal | G-1 |
| Tumba (cerimónia da) | G-3.4 |

V

| | |
|--------------------------|-----|
| Vacas (dança das) | F-8 |
| Vacinação | Q-6 |
| Vendedor | D-1 |
| Vida social (portuguesa) | R |
| Visita oficial | V |
| Vista aérea | N |

ÍNDICE ALFABÉTICO II

CIDADES E REGIÕES

| | |
|-----------------|---|
| Bafata | D-5.4/.5, K-5.6, K-15.11/.36 K-16.1, L-2, M-4.1-.18/.31/.32 Q-5.6, V-7.73-.93, O-3.7/.8, P-2, V-1.111-118 |
| Bafata (região) | M-4, V-6.84-.87 |
| Bajocunda | M-8.26, R-1.21/.34 |
| Bambadinca | L-3, M-4.21-.25, O-3.9/.10, P-4, V-1.125-.129, V-3.19 |
| Bandim | D-9.1/.6-.8, D-10.2-.4 |
| Bigene | M-7.23/.53 |
| Bigagos | E-3.5 |
| Binar | D-2.2-.5, J-1.48, K-15.35, M-9.47-.50, P-7, S-3.3, V-1.69 /.70/.71 |
| Biombo | K-9.7, M-5.1-.7, V-7.12-.19 |
| Biombo (região) | M-5 |
| Bissalanca | J-1.39 |
| Bissau | D-7.15/.25/.24, D-11, D-15.8 /.10/.11-.19, M-1, M-2, M-3, N-1.1/.2, P-1, Q-2, Q-7.7/.8. R-1.39, R-2.1-.4, V-4, V-5, V-6, V-7.1-.8, V-8, V-9 |
| Bissorã | L-4, M-9.31-.35, V-1.21-.33 |
| Boé | J-1.1/.108, K-5.1, L-5, V-1.85 /.86-.93 |
| Bolama | D-12.1-.3, D-15.4, J-1.81, K-6.1, L-6, Q-3, M-6.1-.10, N-1.3-.7, V-7.111-.138, V-9.10 /.158/.160 |
| Bolama (região) | M-6 |
| Bor | L-8, Q-1 |
| Braia | P-6 |
| Bubaque | M-6.11/.12/.18/.19, V-7.142 /.143/.144, V-9.149 |
| Bula | G-3.1/.2, J-1.47, K-6.6-.9, K-15.14, L-7, M-7.19-.22, P-5, Q-7.9/.10-.19. S-3.21, V-1.61 /.62-.66, V-7.41-.45 |
| Burumtuma | D-15.23, J-1.89, K-11.2, K-15 M-9.51, R-1.10-13 |

| | |
|--------------------------------|---|
| Cacheu | A-1, D-1.7, D-15.27/.21/22, K-15.26, L-21, R-1.44, M-7.1/2-.8, S-1.38-47, V-1.47-60, V-2.17-20, V-6.89, V-7.50 .54 |
| Cacheu (região) | M-7 |
| Cacheu (rio) | L-22 |
| Cacine | M-11.2, V-1.36-.38 |
| Caio | L-9, M-7.11-.15 |
| Calequisse | L-10, M-7.16-18, Q-5.8, Q-7.20 /.21-.23, S-3.2, S-4.27/.28 |
| Canchungo (ver Teixeira Pinto) | M-7.9/.10, V-3.20 |
| Canquelifá | L-11, M-4.27/.28, R-1.3/.36 |
| Catio | J-1.78, M-11.1, O-3.4, P-11, R-1.20, V-9.51 |
| Chitole | L-1.20, M-4.19/.20/.30, V-1.119 /.120-.123 |
| Cò | L-28, V-1.67/.68 |
| Contuboeil | J-1.42, M-4.29 |
| Corubal (rio) | L-25, M-11.4/.6/.7, N-1.8, V-1.119/.120/.91 |
| Doim (rio) | L-23 |
| Enchalé | V-1.129-.141 |
| Ensalma | V-7.11, V-9.55/.56 |
| Farim | D-7.12, M-9.1-.7, V-2.21/.24 /.25, V-7.64-.66, V-9.2-.4 |
| Farim (rio) | J-1.36, L-24 |
| Fulacunda | V-1.34/.35, V-6.81, V-7.103-.109 |
| Gabu | K-5.9, M-8.1-.9, S-4.25, V-1.9 /.96-.110, V-6.88, V-7.94-.99 |
| Gabu (região) | M-8 |
| Geba | L-12, P-8, V-1.80-.82, V-7.72 |
| Guiné | L-1 |
| Ingoré | M-7.31-.33, V-7.55, V-9.43-.47 |
| Jabicunda | R-1.56 |
| Jugudul | K-11.5, L-13 |
| Madina | K-5.1, K-15.19, V-1.85-.89 |
| Manpata | M-10.3, V-1.34/.35 |
| Mansaba | J-1.70, K-15.31, M-9.43-.46, V-7.71 |
| Mansoa | D-6.4-.6, D-15.5/.9, E-1.5-.7, J-1.43/.46, K-1.15/.16, K-15.2 L-14, M-9.8-.30, O-1, P-3, Q-5. Q-7.6/.24, R-1.40-.42, V-1.142 |

| | |
|--------------------------------|---|
| | /.143-.159, V-3.18, V-6.79, V-7.40, V-9.143 |
| Nhacra | D-15.26/.28, J-1.18/.45, K-1.1 /.19, M-9.36-.42, V-1.17-.20 |
| Nova Lamego | J-1.127/.128, N-8.I-.9 |
| Ofir | L-17, M-6.13/.14 |
| Oio (região) | M-9 |
| Paunca | K-15.16, M-8.27, R-1.6-.9 |
| Pecixe | C-1.1/.7/.8, L-15, M-7.24/.25 V-3.1-.14 |
| Pessubé | L-16, S-3 |
| Piche | E-1, J-1.65-.68, M-.8.15-.22 P-9, S-4.5, V-2.26-.31, V-7.20 /.21-.26 |
| Pigiguiti | V-2.7/.11, V-7.153 |
| Pirada | M-8.10-.14, R-1.38 |
| Prabis | M-5.8, N-1.9 |
| Quebo | K-10.3, M-11.3/.5 |
| Quecete | M-5.16/.17, V-1.7/.8 |
| Quinara (região) | M-10 |
| Quinhamel | V-7.67-.70 |
| Rei (Ihéu do) | D-10.5-.7, D-13, D-15.3 |
| Safim | M-5.9-.14, V-1.1-.6, V-7.10 |
| São Domingo | M-7.29/.30, V-1.39-.45/.72, V-6.76, V-7.55/.56 |
| Santa Luzia (bairro) | V-7.9 |
| São João | L-1.46, M-6.15-.17 |
| Sedengal | V-7.57 |
| Sonaco | D-.4.1, D-6.2/.3/.7/.8/.9-.12, J-1.21/.50, K-10.4/.5, K-15.17, L-17, M-8.23-.25 |
| Susana | D-8.1/.2, L-26, M-7.26/.27/.28, V-7.58/.59/.60 |
| Teixeira Pinto (ver Canchungo) | D-1.1-.6, J-1.130/.131, L-18, M-7.31-.52, P-10 |
| Tite | K-1.1/.10, M-10.2 |
| Tombali (região) | M-11 |
| Utiacor | D-2.6-.9, L-20 |
| Varela | H-2.3, L-19, M-7.33-.37, S-3.1 /.18/.19/.20 |

ÍNDICE ALFABÉTICO III

NOMES DE PERSONAGENS

| | |
|-----------------------------------|---|
| Barreto, Honório | V-2.18 V-9.63,.64,.121 |
| Bessa, Augusto da Silva | V-9.86-.87 |
| Brito, Eduíno | K-15.23 |
| Cardoso, Maria Amélia Mesquita | V-6.39,.40 |
| Cardoso, Pedro Pinto | V-4.14 |
| Carreira, António | V-9.40,.41 |
| Chanha (régulo) | V-7.95 |
| Correia, Peixote | V-9.7,.86,.87 |
| Diniz, Maria Tereza Teixeira | V-9.8 |
| Freyre, Gilberto | V-9.57 |
| Gamboa, Ayala | V-6.28 |
| Gouveia, José Maria | V-7.127 |
| Grant, Ulysse | V-6.9 9.141 |
| Lopes, António dos Mártires | V-9.89 |
| Lopes, Craveiro | V-9.61,.62 |
| Mendes, Francisco Artur | V-2.26 |
| Nuno, Tristão | V-6.45 V-8.1,.8 |
| Otão de Habsburgo | V-9.71-.75 |
| Patrício, Rui | V-9.90,.91 |
| Pinto, Cardoso | V-8.3-.6 |
| Quintino Rogado | V-9.141 |
| Rodrigues, Sarmiento Manuel Maria | V-2.1-.36 V-3.1-.17 V-4.1-.22 V-5.1-.4 V-8.1-.6 V-9.1,.7-.9,.3-.20,.50,.51 |
| Rodrigues, Vasco | V-9.67-.70 |
| Rui de Sá Carneiro, Engenheiro | V-7.1-.240 |
| Santa Rita, Gonçalves | V-9.30 |
| Sedi, Medolai | K-15.27 |
| Serrão, Engenheiro Raimundo | V-9.21-.29 V-9.38-.41 V-9.53,.54,.60,.124 |

| | |
|-----------------------|--------------------|
| Shulz, Arnaldo | V-9.91-.97 |
| Sidi, Sene (régulo) | V-7.107,.108 |
| Silva, Gouveia | V-6.90,.91,.95,.96 |
| Sissé, Mamadu | V-7.49 |
| Xavier, São Francisco | V-7.90 |

REFERÊNCIA

- Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, Bissau, E.E.G.P., 1946-1973
- Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, número especial, **Comemorativos do V Centenário da Descoberta da Guiné**, Outubro de 1947.
- Carneiro, Rui de Sá, **Comemorações Centenárias da Guiné: discursos e alocações**, Agência Geral das Colónias, 1947, 86 p.

SECRETARIADO DO COMITÉ CENTRAL DO PAIGC

A comunidade das Nações Unidas proclamou o ano de 1986 como Ano da Paz, no Congresso Internacional dos Intelectuais, realizado na Polónia.

Como não podia deixar de ser, a Guiné-Bissau como defensora e amante da Paz prestou a sua homenagem através da mensagem do Camarada Vasco Cabral, apresentada pelo deputado Hélder Proença, no referido Congresso.

Mensagem do Camarada Vasco CABRAL, membro do Bureau Político, Secretário Permanente do Comité Central do PAIGC, Secretário do Conselho de Estado e Ministro de Estado da Presidência para os Assuntos Económicos, apresentada pelo deputado Hélder PROENÇA, 2.º Secretário da ANP no *CONGRESSO INTERNACIONAL DOS INTELLECTUAIS* sobre o futuro pacífico da Humanidade, realizado em Varsóvia de 16 a 19 de Janeiro de 1986.

Camarada Presidente

Caros amigos e Camaradas

Para nós, para o nosso povo da Guiné-Bissau, para os nossos intelectuais progressistas, artistas, escritores, homens dos mais diversos ramos da ciência e da técnica, é motivo de grande satisfação podermos

DOCUMENTOS

estar presentes e fazer ouvir a nossa voz neste fórum internacional, onde se encontram reunidas eminentes personalidades da cultura, da ciência e das artes, para debater alguns dos temas mais candentes do mundo de hoje — o futuro pacífico da Humanidade.

Pensamos, pois, antes de mais, que a realização de um congresso de intelectuais progressistas, provenientes de vários horizontes do mundo contemporâneo, animados dos mesmos anseios e desejos de Paz e Progresso é uma feliz e oportuna iniciativa e para tal felicitamos os nossos amigos e camarados polacos. É já uma tradição, a Polónia socialista e pacífica acolher, com a sua reconhecida e proverbial hospitalidade, os intelectuais amantes da Paz para um debate aberto, franco e verdadeiramente democrático sobre problemas que, em certos momentos cruciais, preocupam os homens de boa vontade que se interessam pelo futuro da Humanidade.

Lembramos Wroclav e a primeira importante reunião dos Intelectuais para a Paz, em 1948. Recordamos outras reuniões semelhantes que se realizaram posteriormente no decurso dos anos em que as forças imperialistas e os factores de guerra criavam um clima de efervescência, na senda da senha armamentista perturbadora da tranquilidade dos espíritos e dos povos.

Este congresso constitui, no nosso entender, um acontecimento de projecção internacional que consubstancia os objectivos que levaram a Comunidade das Nações a proclamar o ano de 1986 como Ano da Paz.

Camarada Presidente
Caros Camaradas e Amigos:

Como se sabe, a luta pela sobrevivência e pela continuidade da espécie humana constituiu, desde sempre, o principal objectivo dos Homens e Mulheres do nosso planeta.

No quadro dessa luta, a inteligência e o trabalho criador do ser humano produziram proezas maravilhosas. O Homem afirmou-se como gigante na sua luta contra a Natureza e o meio físico hostil.

Desde o homem da pedra lascada que se transformou o meio social e ambiental e se processou o desenvolvimento do conhecimento que, numa marcha ininterrupta e irreversível nos conduziu ao empirismo, aos alvares da ciência pura dos nossos dias.

Nessa trajectória, o Homem venceu os condicionalismos da Natureza, conseguiu pelo seu trabalho, por um esforço colectivo e titânico

aperfeiçoar a sua capacidade e tirar o melhor proveito da sua energia criadora.

A civilização contemporânea, na sua variedade rica e multiforme, é a expressão história dessa luta contra a Natureza, no plano social e pela salvaguarda da Vida e do futuro da Humanidade. Essa luta pela salvaguarda da vida esteve sempre ligada à luta pelo progresso social, pela felicidade do ser humano e contra a exploração do Homem pelo Homem.

A História revela-nos essa verdade de forma mais evidente, sobretudo após o aparecimento da propriedade privada e da luta de classes. No decurso do processo histórico, as contradições dialécticas geraram as guerras que foram sempre a expressão da tentativa de dominação das classes exploradoras no poder. Nos nossos dias, o imperialismo gerou já duas grandes guerras mundiais, sendo ele o responsável pela hecatombe de 50 milhões de mortos na Segunda Grande Guerra Mundial, pelos crimes monstruosos de genocídio, pela trágica realidade de Hiroshima e Nagasaki, pelo aniquilamento devastador de populações indefesas em África, na Ásia, na América Latina e em outros pontos do Globo, muitas vezes sob pretexto da propagação dos valores mais altos de uma pseudo civilização falsamente humanista e humanitária.

Porém, no passado recente como na actualidade a insofismável realidade histórica é que o imperialismo é o principal responsável e, diríamos mesmo, o motor dos desequilíbrios sociais, das desigualdades entre as nações e nas relações económicas internacionais, das tensões entre os Estados e das agressões contra a independência e soberania dos povos.

Os factos dos nossos dias demonstram de forma evidente que o imperialismo e a sua criação — o colonialismo — são os principais agentes da insegurança internacional e, portanto, o primeiro inimigo do futuro pacífico da Humanidade. É por isso que a luta pela Paz se inscreve, antes de mais, no quadro da luta contra o imperialismo, contra o colonialismo, contra o racismo e o sionismo que são diferentes aspectos de uma mesma realidade.

Reflectir sobre o futuro pacífico da Humanidade é um dever e uma responsabilidade que incumbe aos intelectuais progressistas num mundo em que as condições de vida de milhões de homens e mulheres se degradam de forma alarmante, em que a fome, a miséria, o atraso, o analfabetismo atingem uma escala sem precedentes face aos meios existentes para a sua rápida eliminação, em que a actual ordem social e económica internacional injusta imposta pelo imperialismo aprofunda

DOCUMENTOS

o fosso entre algumas nações prósperas, industriais e desenvolvidas e as de “facies” agrário e pobre. E essa responsabilidade é tanto maior quanto mais tivermos em conta o grau que atingiu a corrida armamentista, geradora de insegurança, privando os povos e nações de meios para o seu desenvolvimento e solução da crise, e constituindo um perigo real para o futuro da Humanidade.

Assistimos, em contrapartida, a um recrudescimento da luta de massas cada vez mais poderoso contra a ameaça da guerra, contra o flagelo nuclear e, mais recentemente, contra a militarização do espaço cósmico. Criou-se um movimento impetuoso dos homens de boa vontade e amantes da Paz que com os países socialistas, o movimento operário internacional e as forças de libertação nacional vêm arrasando milhões de homens e mulheres de todos os continentes, de todas as profissões, das mais diversas confissões religiosas, credos e ideologias a dizerem NÃO à guerra, não ao holocausto, e SIM à vida, sim ao PROGRESSO e ao futuro risonho da Humanidade.

Condenar a corrida aos armamentos, exigir a instauração de uma nova racionalidade capaz de pôr termo aos focos de tensão, à miséria, ao atraso, ao analfabetismo e de estabelecer uma Nova Ordem internacional, mais justa e equitativa, é um imperativo dos intelectuais progressistas. E devemos aproveitar o clima de esperança surgido com os resultados obtidos na recente cimeira de Genebra entre o Secretário-Geral do PCUS, Mikail Gorbachov e o Presidente dos Estados Unidos da América, Ronald Reagan para alargar, intensificar, aprofundar as vitórias já alcançadas pelos partidários da Paz na sua luta pela salvaguarda da Paz no nosso planeta a salvaguarda da VIDA.

Certos de que unidos venceremos, apraz-nos saudar, em nome do PAIGC e do Povo laborioso da Guiné-Bissau, todos os intelectuais de outros países e dos diversos continentes aqui presentes, eminentes personalidades da cultura e da ciência, convictos de que lutando abnegadamente pela justa causa da Paz preservaremos o futuro da Humanidade e que ele será o Sol radioso das gerações vindouras.

ACTIVIDADES DO INEP

As actividades desenvolvidas pelos Centros e Departamentos do INEP são divulgadas em cada número da revista SORONDA no capítulo "Actividades do INEP".

No entanto, no "Relatório anual de actividades", poder-se-à igualmente encontrar a integral publicação dessas realizações.

I-CEHC

O Centro pretende retratar as actividades que prenderão a atenção do mesmo no decurso do 1.º Semestre, vinculadas com o domínio da pesquisa e dos temas concebidos para o programa académico. Tal como no ano transacto o centro optou pela programação semestral das actividades por ser considerada a mais idónea, tendo em conta as perspectivas reais da execução efectiva de cada realização programada.

a) Campanha de recolha de Dados Históricos sobre a Luta de Libertação Nacional

A actividade essencial do CEHC para o semestre em curso continua a ser campanha de recolha de Dados Históricos sobre a Luta de Libertação

Com vista a imprimir uma maior dinâmica a essa actividade, o Centro aplicará na prática a nova estratégia discutida aquando do seminário de avaliação e reciclagem em metodologia de recolha das tradições orais, efectuado em Junho de 1987.

ACTIVIDADES DO INEP

Segundo esta, deve-se passar progressivamente de um envolvimento massivo dos inquiridores formados no quadro da JAAC para o enquadramento mais restrito, na base da concessão de subsídios para os trabalhos realizados. Dar-se-à prioridade às regiões de Quínara, Oio, Tombali e Sector autónomo de Bissau. A programação das actividades a desenvolver a este nível terá que obedecer ao seguinte calendário (Setembro de 1987 a Maio de 1988).

b) Actividades Académicas

Enquadrado no âmbito dos objectivos traçados pelo INEP, uma das tarefas principais do CEHC consiste na realização periódica de actividades académicas, que visam promover discussões nacionais e internacionais vinculadas com as várias disciplinas científicas em que trabalham investigadores nacionais e estrangeiros, destacando-se as seguintes conferências:

- conferência sobre o Meio Social, a personalidade e a cultura: que papel na saúde? Por Mário Santos;
- conferência sobre os géneros das máscaras dos Bijagós, por Carey Lifton, investigadora associada do CEHC.
- conferência sobre aspectos da sociologia de desenvolvimento, por Christian Sigrist, director do Instituto de Sociologia da Universidade de Muenster (RFA).

c) Intercâmbio com o estrangeiro (participação em eventos internacionais do CEHC)

- participação de Mário Santos na conferência sobre os Direitos Humanos em Kishasa, Zaire
- participação na estadia com o fim de estudo e de intercâmbio científico de Carlos Cardoso na universidade de Dakar
- participação na conferência regional da AAPS, sobre o papel do cientista social no progresso de tomada de decisões.

d) Pesquisa

Estão em curso, investigações levadas a cabo pelos investigadores permanentes do Centro, a saber:

- investigação sobre a estrutura e modo de funcionamento da religião balanta, por Carlos Cardoso

- investigação sobre a criminalidade e a delinquência na Guiné Bissau, por Mário Santos
- investigação sobre a viabilidade e a importância da tradição oral para a reconstituição da História Contemporânea da Guiné Bissau, por Arassi Taveira.

II— ARQUIVOS HISTÓRICOS

a) Programa semestral de actividades

- De Agosto de 1987 a Fevereiro de 1988 transferência dos depósitos das regiões de Cacheu e Bolama para Bissau.
- Elaboração dos respectivos catálogos durante os interregnos da fase de pré-inventariação da região de Oio

b) O contrato de tratamento local dos fundos

A elaboração deste comporta as seguintes tarefas preparatórias:

- Conhecimento real do fundo (valor secundário, estado físico e volume)
- Orçamento dos custos que incorrem da sua conservação no local em depósito (recuperação física do depósito, quantidade de equipamento de arquivo necessário, comparticipação da administração local).

III— CESE

a) O domínio da informação

O Bise, — Boletim de Informação Sócio-Económica — teve, no ano de 1987, uma saída irregular por várias razões, entre as quais as ligadas com a sua impressão, continuando contudo a sua publicação.

ACTIVIDADES DO INEP

b) No domínio da formação

O CESE prosseguirá os programas de formação das inquiridoras já formadas com vista à realização de inquéritos (recursos em água, utilização das bolanhas, sector informal, etc.)

- organização de colóquios, palestras e seminários no domínio sócio-económico. Em Junho será organizado um seminário conjunto com a Secretaria de Estado da Presidência para os Assuntos Económicos e Cooperação Internacional, subordinado ao tema “Estratégia do desenvolvimento na Guiné Bissau e Cooperação Internacional”.

c) No domínio da pesquisa

Realizaram-se alguns estudos de factibilidade:

- investigação em Bissau, no sector de Caboxanque e no sector de Canhabaque sobre o papel da mulher na Economia Nacional. Estudo financiado pela UNESCO. Elaboração do relatório e organização de um seminário de planificação. (UNESCO/INEP)
- estudo ao nível nacional sobre a utilização e a gestão de água nas comunidades rurais para servir de ponto de apoio à elaboração da lei, sobre os direitos da água (MRNI/FAO/INEP)
- participação no programa de apoio às iniciativas de Base com a criação de uma célula investigação — acção participativa à escuta das populações em matéria de inovações em prol do autodesenvolvimento (PNUD/INEP)
- vários estudos no quadro do projecto saúde nutrição financiado pelo Banco Mundial (BM/MSP/MP/INEP)
- continuação dos estudos sobre as associações de fruticultores (INEP)

Realizaram-se também alguns estudos de impacto:

- estudo sócio-económico sobre os efeitos do projecto de recuperação de bolanhas na ilha de Como-Caiar (Euroconsult/DHAS/INEP)
- estudo sócio-económico sobre os impactos da construção de trinta (30) barragens nas regiões de Quínara e Tombali (DHAS/INEP)

d) Avaliação

- avaliação de projectos de produção popular no Sul (ASDI/MRavaliação das capacidades industriais da região de Bolama-Bijagós (ASDI/MRNI/INEP)
- avaliação do projecto Contuboaal (ICCO/SERVICE QUALERS/INEP)

e) Pareceres

O INEP continua a dar igualmente a sua colaboração sob a forma de pareceres:

- fornecer todos os pareceres solicitados em matéria sócio-económica
- prosseguir com a participação na comissão nacional para a OMVG
- parecer sobre a evolução do SAHEL.

IV— CETA

a) Programa de actividades

- recolha e selecção de artigos para o BICT (Boletim de Informação Científico e Técnico).
- inventário dos equipamentos técnicos nos principais Ministérios técnicos.
- início do programa Micro-Filmagem, sendo previsto na sua fase inicial a Microfilmagem do documento sobre o projecto de Desenvolvimento.
- vinda do técnico de reprografia para formação dos técnicos do INEP.
- organização do 1.º semestre sobre a utilização da informação.
- participação na conferência da Academia Africana das Ciências em Nairobi, Kenya.
- informatização dos serviços da Biblioteca Pública.
- realização de um estágio de informática em Portugal por um dos elementos do CETA.

ACTIVIDADES DO INEP

- avaliação do projecto CRDI — Projecto de criação de um Centro de documentação Sócio-Económica e sessão especializada da Biblioteca Pública.

V— BIBLIOTECA PÚBLICA

A Biblioteca Pública do INEP, tem como objectivos a atingir nos próximos semestres:

- a) acabar completamente a indexação dos documentos coloniais relativos à Guiné
- b) organização e execução dos serviços da Biblioteca, tais como, a determinação das tarefas de rotina do trabalho e das responsabilidades para cada serviço de acordo com o organigrama da Biblioteca Pública
 - serviço técnico: catalogação, classificação e indexação.
 - serviço público: referência, empréstimo, estatística, secretaria e reprografia.
 - serviço de periódicos e documentos das Nações Unidas.
 - serviço de aquisições: depósito legal, compra, oferta ou permuta, serviço de trocas internacionais.
- c) Outras tarefas da Biblioteca
 - começar o tratamento físico dos documentos das classes 5 (ciências naturais) e 6 (ciências aplicadas), nomeadamente a catalogação e classificação.
 - catalogação, classificação e tratamento físico dos documentos recebidos bem como a ordenação das respectivas fichas, e lançamento dos periódicos correntes nas fichas.
 - sinalização das estantes.
 - elaboração trimestral do boletim de Nubidade da Biblioteca Pública.
 - estabelecimento do intercâmbio de publicações entre o INEP e as várias instituições estrangeiras. Assim como as trocas de correspondência com o estrangeiro.
 - tratamento dos documentos das Nações Unidas.
 - reparação dos documentos em estado de degradação.
 - atendimento ao público.

independentemente destes trabalhos, a Biblioteca Pública programou também a planificação das aquisições que consiste na determinação das prioridades das aquisições, elaboração dum sistema de encomenda e recepção dos documentos bem como o procedimento de investigações bibliográficas relativas a pedidos dos leitores.

VI— RELAÇÕES DO INEP COM EXTERIOR

De 28/1/88 a 21/4/88 o camarada Diamantino Queirós, responsável da Biblioteca Pública do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, frequentou um estágio em Lisboa nas diversas bibliotecas ligadas aos problemas de Informação e documentação Científica Técnica. No decorrer do referido estágio o Diamantino Queirós teve oportunidade de efectuar visitas às diferentes instituições portuguesas ligadas à informação e documentação científica técnica, nomeadamente:

- Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial;
- Instituto Nacional de Investigação das Pescas (Divisão de Informação e Documentos);
- Instituto Superior de Agronomia;
- Instituto de Ciências Sociais;
- Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Centro de Documentação e Informação Técnica);
- Laboratório de Investigação Veterinária;
- Instituto Superior Técnico (Biblioteca);
- Biblioteca Nacional;
- Junta Nacional de Investigação Científica (serviço de informação científica e técnica).

No âmbito da formação de quadros da Biblioteca Pública do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa de 8/03/88 a 1/06/88 esteve em Lisboa — Portugal a fim de frequentar um estágio nas diversas instituições portuguesas ligadas aos problemas de informação social e sócio-económica, a camarada Olga Pinto Pereira, que visitou a Biblioteca Nacional de Lisboa e várias instituições ligadas à Informação Social e Sócio-Económico.

SOCIEDADES AGRÁRIAS NA ÁFRICA DE EXPRESSÃO OFICIAL PORTUGUESA (*) de Peter Meyns (Editor)

Carlos CARDOSO

Mais do que uma crítica do conteúdo da colectânea, a presente recensão pretende ser uma breve apresentação dos trabalhos nela incluídos, esperando com isto contribuir para a divulgação das ideias neles contidas, uma vez que a publicação da colectânea em alemão limita esta divulgação. Uma crítica global do conteúdo dos trabalhos tornar-se-ia muito difícil e correria o risco de ser muito geral, dada a heterogeneidade dos estudos de caso aqui apresentados.

Agrar — gesellschaften im portugiesisch — sprachigen Afrika é o título de um conjunto de trabalhos sobre o processo de desenvolvimento do sector agrário nos países africanos de expressão oficial portuguesa, publicado pelo Prof. Peter Meyns na sequência da reunião anual do grupo de reflexão (Arbeitskreis portugiesischsprachiges

(*) **Agrar-gesellschaft im portugiesisch sprachigen Afrika**. Peter Meyns (Hrsg.). In: Sozialwissenschaftliche Studien zu internationalen Problemen, Verlag Breitenbach Publishers, Saarbrücken, Fort Lauderdale 1988, 274 pp.

Afrika) sobre estes mesmos países. O conjunto dos 10 trabalhos incluídos nesta colectânea faz o balanço crítico das políticas, práticas e resultados alcançados em 10 anos de independência, caracterizados por uma “procura” permanente de alternativas adequadas para a resolução dos problemas económicos, políticos, sociais e culturais que cada um deste países enfrenta.

Para além das semelhanças que apresentam devido à particularidade dos sistema colonial a que estiveram sujeitos, os Países Africanos de Expressão Oficial Portuguesa encontram-se inseridos num contexto mais lato que é o da realidade mundial. As duas primeiras contribuições demonstram essa relação histórico-comparativa. Assim, Reinhart Koessler discute o problema dos camponeses à luz das experiências soviética e chinesa durante o período revolucionário. Na sua opinião, as duas sociedades que conheceram uma revolução social no século XX com uma participação decisiva dos camponeses, podem servir como exemplo de uma determinada estrutura e de certos problemas que também são característicos doutras formações sociais. Tanto a revolução russa como a chinesa constituem marcos importantes na História das Revoluções, particularmente no que diz respeito ao papel do campesinato. Muito importante, tanto do ponto de vista metodológico como gnoseológico, pareceu-nos a definição do conceito de camponês que Reinhart Koessler discute numa das passagens da sua comunicação, tendo em vista o papel deste como sujeito activo das transformações sócio-económicas. Situando a sua análise mais ao nível do relacionamento estabelecido entre o Estado e as sociedades agrárias, Peter Meyns sugere que a contradição entre estas duas entidades não é nada mais do que o reflexo, a nível político, daquilo que Claude Meillassoux/Christine Vershuur designaram de “cerne de todas as crise do terceiro mundo”, nomeadamente a passagem da economia de subsistência à economia de mercado⁽¹⁾. O editor da colectânea encontra similitudes, mas também aponta as diferenças, entre a Tanzânia e Moçambique no que diz respeito à sua política em relação ao aldeamento rural. Os dois autores supracitados constataam que, apesar de se terem empenhado em transformação radicais das estruturas antigas, as elites no poder tiveram imensas dificuldades no seu relacionamento com os camponeses. Dado que os pequenos camponeses estiveram em contradição com o seu modelo social colectivista, tornou-se-lhes difícil reconhecer e aceitar a legitimidade, o papel, bem como a potencialidade real destes no processo histórico em curso.

Partindo do caso concreto de Kandjadja — uma pequena aldeia situada no norte da República da Guiné-Bissau e cuja população apoiou imenso a luta do PAIGC contra a dominação colonial — Lars Rudebeck demonstra que o quadro social no qual os camponeses se desenvolvem é normalmente determinado pelas estruturas tradicionais locais, mesmo quando este actua sobre elas. O mesmo é válido para Vundiça — uma aldeia no norte de Moçambique — que antes da Independência não tinha quaisquer contactos com a Frelimo e cuja incorporação no sistema da administração colonial se mantinha igualmente fraca. Deste modo, para as populações das aldeias supracitadas, a construção da Nação guineense e/ou moçambicana constituem dimensões remotas, pois elas continuam a regular a sua relação social segundo códigos transmitidos pelos seus antepassados. O sentimento de pertença ao Estado/Nação é relativamente fraco. Este significado relativamente pequeno atribuído ao Estado nacional pelas sociedades agrárias locais é ainda mais notório se considerarmos que as relações exteriores que elas estabelecem com vista à sua própria reprodução, vão num outro sentido. Neste contexto, e tal como o demonstravam Franz — W. Heimer/Elisete M. da Silva, o trabalho migratório das populações de Vundiça joga um papel importante; para Kandjadja é o tráfico ilícito de mercadorias para o Senegal que predomina. E como que a confirmar tudo isto, Luís Ramalho aponta uma situação idêntica para a ilha de Maio, onde a emigração de uma parte considerável da população para o estrangeiro ocupa um lugar importante, salvaguardando no entanto que, neste caso concreto, o Estado nacional joga um papel mais importante devido à composição relativamente homogénea da população e à situação de emergência duradoura provocada pelas condições climáticas, que exigem medidas permanentes por parte do Estado.

Na sua contribuição sobre o “Poder Popular” nos dois distritos de Mueda, no norte de Moçambique, Lars Rudebeck constata que as razões que estão na origem do fosso existente entre o Estado e os camponeses e/ou do isolamento das sociedades agraro-camponesas em relação ao Estado nacional depois da Independência, são de natureza tanto política como ideológica. As elites urbanas no poder queriam, por um lado, obter um excedente para financiar as despesas do Estado. Mas, por outro lado, adiciona-se os planos ambiciosos de transformação social para os quais elas tentaram granjear, e muito frequentemente com “impaciência revolucionária”, o apoio das

populações camponesas locais, mostrando pouca compreensão para as suas normas de conduta.

Carlos Rui Ribeiro/Carlos Cardoso analisam as implicações da política do Estado sobre as sociedades camponesa e para tal, servem-se do exemplo dos Papéis de Biombo. Fazendo recurso à história, os autores demonstram como é que a rizicultura deste grupo étnico da Guiné-Bissau, apesar de possuir uma técnica razoável e um domínio considerável do meio ecológico, foi arrastada para uma situação de crise devido ao trabalho forçado e à emigração provocada pela monocultura da mancarra introduzidos pela administração colonial portuguesa. Uma análise dos pontos de estrangulamento que tornaram impossível a reedificação do eficiente sistema de irrigação e de contratação da força de trabalho para a cultura do arroz, que também aqui é analisada, revelou-se como um aspecto importante para a compreensão dos imensos problemas com que se debate a rizicultura guineense após a conquista da independência. Com efeito, a política de preços dos produtos agrícolas praticada pelo Estado entre 1974 e a primeira metade dos anos 80, não favoreceu uma adesão massiva dos camponeses aos seus projectos no meio rural. Gertrud Achinger demonstra que, se analisarmos os preços de compra fixados oficialmente, constatamos que o rendimento médio diário de um camponês que cultiva arroz é inferior ao de todos os outros que se dedicam ao cultivo de outros produtos. O resultado disso foi que a produção de arroz não aumentou na medida desejada, para além do facto de uma grande parte ser comercializada no mercado paralelo. Deste modo, o Estado, ao pretender oferecer à camada cidadina produtos agrícolas a preços “razoáveis”, actuou contra os seus próprios objectivos.

Apesar da grande importância que os Movimentos de Libertação atribuíram às formas colectivistas de produção durante a luta de guerrilha travada contra o colonialismo português, constata-se que, depois da independência, o estágio de evolução que estas mesmas atingiram nos Países de Expressão Oficial Portuguesa esteve, até, pelo menos, meados dos anos 80, muito aquém daquele que se esperava atingir. Na sua consideração sobre este tema Yussuf Adam constata que mesmo durante a luta armada, no norte da província de Mueda, em Moçambique, a produção familiar era predominante no quadro das unidades de produção vigentes, e que as experiências cooperativistas era ambíguas. Ela chama a atenção para o facto de ter havido sim uma intensificação da luta pela colectivização, o que não deve ser confundido com um grande desenvolvimento das formas

colectivistas da produção. Apesar das transformações verificadas a nível da estrutura de poder, e não obstante a luta permanente pela edificação de relações de produção livres de exploração, a produção familiar continuou a ser a forma dominante de produção. Por outro lado, tanto na época colonial como nas zonas libertadas ou depois da independência, os camponeses não aderiram às cooperativas por convicção política, mas sim porque pensavam que estas lhe podiam trazer vantagens materiais. Perante a dificuldade económica geral que se verificava em Moçambique, muitos camponeses aderiram ao movimento na esperança de conseguir, da parte do Estado, um melhor abastecimento em termos de bens de primeira necessidade. Como que para finalizar Yussuf Adam insiste no facto de as cooperativas não constituírem uma característica de um regime político determinado e, muito menos, poderem serem utilizadas para caracterizá-lo. Elas tão pouco podem constituir uma forma de produção que conduz necessariamente a uma transformação socialista das relações de produção.

Como diz o editor na introdução à colectânea, os estudos de caso aqui apresentados servem para ilustrar a diversidade da realidade das sociedades agrárias na África de Expressão Oficial Portuguesa e ajudam a analisar os diferentes processos daí resultantes, processos estes altamente influenciados pela intervenção do Estado. Da mesma forma, a partir desta diversidade é possível tirar conclusões no que toca ao relacionamento entre o Estado e as sociedades agrárias.

O respeito pelo modo de vida tradicional das diferentes comunidades rurais assume um lugar importante e deve ser visto como parte integrante do processo de transformação das sociedades agrárias. Este é, afinal, um processo de aprendizagem longo, no qual é fundamental que os interesses básicos das populações rurais sejam tidos em consideração. É Winfried Borowczak quem chama a atenção para este facto na sua análise do movimento de reforma agrária em Cabo Verde. Ele demonstra que apesar dos objectivos preconizados pela reforma agrária corresponderem aos interesses dos arrendatários e pequenos camponeses, esta não avançou porque foi conduzida “de cima”, e aqueles que dela deviam beneficiar não tiveram oportunidade suficiente para nela participar. Resumindo, Borowczak aponta duas razões principais que ameaçam conduzir a reforma agrária ao fracasso, nomeadamente 1) a fraca organização dos camponeses sem terra e 2) a sua extrema estatização.

Lamentavelmente, a colectânea não contém trabalhos que se refi-

ram a Angola e a S. Tomé e Príncipe. Este facto deve-se à situação nestes dois países, cuja consequência é a ausência de estudos empíricos que possam servir de base para uma comparação das suas sociedades agrárias com outras. Mas a dimensão dos problemas que são levantados nos estudos de caso apresentados nesta colectânea fornecem elementos para a compreensão da crise agrária que também assola Angola e S. Tomé e Príncipe. Por isso, parece-me que a comunidade de estudiosos que se interessam pela África de Expressão Oficial Portuguesa está grata aos autores dos trabalhos pelo louvável esforço de síntese comparativa das experiências vividas em cada um dos países e, particularmente, ao editor Prof. Peter Meyns pelo esforço de coordenação da publicação.

Notas

1) Cf. Claude Meillassoux et Christine Verschuur: **Les paysans ignorés du Mozambique**. In: Le Monde Diplomatique, Octobre 1985. Citado segundo Peter Meyns: **Zur Praxis laendlicher Entwicklungspolitik in Afrika. Anmerkungen zu Mozambique und Tanzania**. In Agrargesellschaften im portugiesisch—sprachighen Afrika, Peter Meyns (Hrsg.), Verlag breitenbach Publishers, Saarbruecken. Fort Lauderdale 1988, p.40



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA

CEHC

Recolher e inventariar os documentos históricos dispersos por instituições nacionais e estrangeiras

Organizar a recolha dos testemunhos orais da Luta de Libertação Nacional

Coordenar as actividades de pesquisa no domínio da História, Antropologia, Etnografia e Sociologia

CESE

Assistir o Governo na pesquisa macroeconómica, estudos sectoriais e investigação sócio-económica

Pôr à disposição de todos, documentação sócio-económica especializada sobre o país

Colaborar com outras entidades na elaboração de estudos, pareceres e análises

CETA

Recolher a documentação de ordem tecnológica relevante para o país

Colaborar com os Ministérios para incentivar e assistir às iniciativas de investigação tecnológica

Promover o intercâmbio e a integração nas redes internacionais de informação tecnológica

BP

Coligir e inventaria livros e documentos tornando-os acessíveis ao público em geral e particularmente aos estudantes

Promover o interesse pela leitura como primeiro passo no caminho do estudo e da pesquisa

FICHA TÉCNICA

Direcção: Carlos Lopes, Abdulai Silá,
Carlos Cardoso, Diana Handem

Conselho Consultivo: Ana Maria Gentili (Itália),
Okwudiba N'Noli (Nigéria), Armando Entralgo (Cuba), Lars Rudebeck
(Suécia)

Luís Moita (Portugal), Manuel dos Santos (Guiné-Bissau)
Manuel Rambout Barcelos (Guiné-Bissau),
Mário Murteira (Portugal), Vasco Cabral (Guiné-Bissau)

Conselho de Redacção: Augusto Paulo, Carlos Schwarz,
Rui Ribeiro, Nelson Fernandes, Fernando Delfim da Silva,
Filomena Miranda e Lígio Monteiro

Concepção Gráfica: Nelson Fernandes

Fotocomposição e Montagem: Gamatipo

Impressão: Gráfica Europam, Lda.

Tiragem: 1000 exemplares

Depósito Legal n.º 22289/88

Preços:

- Guiné-Bissau 2000,00 PG
- Portugal: 750\$00
- Assinatura via aérea (4 números): US\$ 30.00

Locais de venda: Casa da Cultura e INEP (Bissau)
Instituto Caboverdeano do Livro (Cabo Verde)

Estrangeiro: Pedidos a INEP (Serviço de Publicações)

Complexo Escolar 14 de Novembro

C.P. 112 — Bissau

República da Guiné-Bissau

SORONDA, Revista semestral do INEP, Instituto Nacional de Estudos e
Pesquisa

A edição deste número foi financiada pela SAREC (Swedish Agency for
Research Co-operation with Developing Countries)